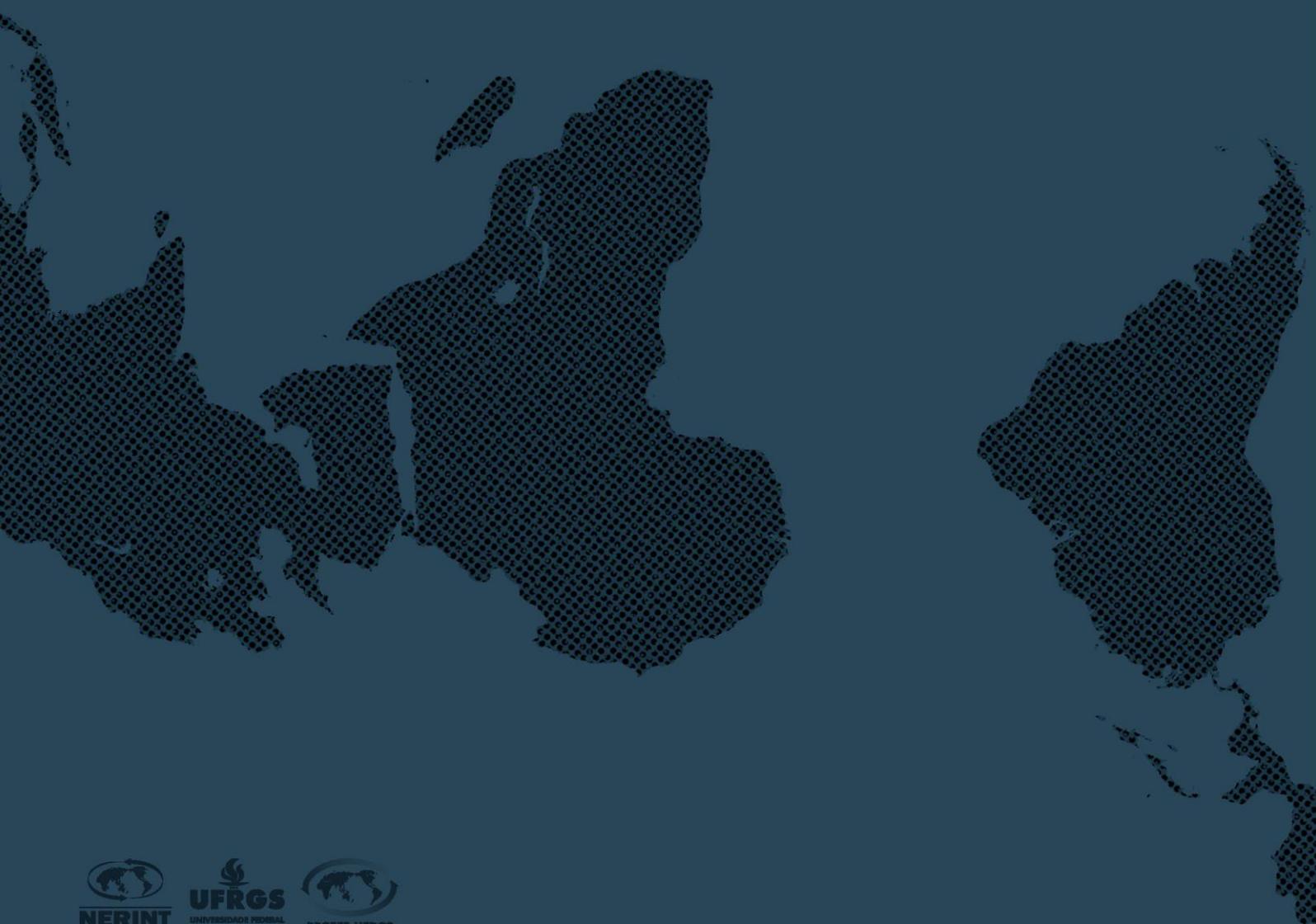


8
ANOS

ISSN: 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL
journal of the global south

volume 10 | número 50 | abr./jun. 2019





CONJUNTURA AUSTRAL

journal of the global south



CONJUNTURA AUSTRAL

journal of the global south

FOCO E ESCOPO

CONJUNTURA AUSTRAL é uma publicação Trimestral, em formato digital, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A Revista publica trabalhos de relações internacionais com foco nos países que integram o Hemisfério Sul, tendo como área geográfica de abrangência as relações internacionais da África, Ásia e América Latina, na perspectiva dos grandes temas da agenda de segurança, diplomacia e desenvolvimento.

A revista publica contribuições na forma de análises de conjuntura, artigos científicos e resenhas bibliográficas, cuja temática se situe na grande área de Estratégia e Relações Internacionais, com especial interesse nos temas relacionados aos países do hemisfério Sul político e suas estratégias de segurança e desenvolvimento. Tem como público alvo pesquisadores, especialistas, pós-graduandos e graduandos da área de Relações Internacionais.

Missão

Promover o debate e a reflexão sobre a conjuntura internacional, com ênfase nos processos de interesse imediato dos países em desenvolvimento.

CONSELHO EDITORIAL/Editorial Board

Adam Habib (University of Johannesburg, África do Sul)
Alejandro Simonoff (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)
Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília, Brasil)
Antonio Jorge Ramalho (Universidade de Brasília, Brasil)
Bertrand Badie (Sciences Po, França)
Boris F. Martynov (Academia de Ciências da Rússia)
Camilo López Burian (Universidad de la República, Uruguai)
Carlos Arturi (UFRGS, Brasil)
Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)
Danny Zahreddine (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil)
Flávio Sombra Saraiva (Universidade de Brasília, Brasil)
Germán Soprano (CONICET / Universidad Nacional de Quilmes / Universidad Nacional de La Plata, Argentina)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina)
Immanuel Wallerstein (Yale University, Estados Unidos da América)
Iraê Lundin (Instituto Superior de Relações Internacionais - Moçambique)
Marcos Costa Lima (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)
Mehdi Parvizi Amineh (University of Amsterdam, Holanda)
Naif Bezwan (Mardin Artuklu University, Turquia)
Paulo Gilberto Fagundes Vizontini (UFRGS, Brasil)
Paulo Wache (Universidade Joaquim Chissano, Moçambique)
Samuel Pinheiro Guimarães (Alto Representante-Geral do Mercosul)
Shiguenoli Miyamoto (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)
Vijay Prashad (Trinity College, Estados Unidos da América)
Willians Gonçalves (Universidade Federal Fluminense / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
Sean W. Burges (Australian National Centre for Latin American Studies)

COMITÊ EDITORIAL / Editorial Committee

André Luiz Reis da Silva (UFRGS, Brasil) - **Editor**
André Moreira Cunha (UFRGS, Brasil)
Eduardo Ernesto Filippi (UFRGS, Brasil)
Leonardo Granato (UFRGS, Brasil)
Marco Aurélio Chaves Cepik (UFRGS, Brasil)
Veronica Korber Gonçalves (UFRGS, Brasil)

EDITORA ADJUNTA / Adjunct Editor

Sílvia Regina Feraboli (UFRGS, Brasil)

EDITORES ASSISTENTES / Assistant Editors

Guilherme Ziebell de Oliveira (UFRGS, Brasil)
Jose Oviedo Perez (UFRGS, Brasil)
Vinicius Henrique Mallmann (UFRGS, Brasil)

FOCUS AND SCOPE

CONJUNTURA AUSTRAL or “Journal of the Global South” is the peer-reviewed journal of the Graduate Program in International Strategic Studies of the Federal University of Rio Grande do Sul (PPGEEI UFRGS, Brazil). Published quarterly, the journal welcomes research articles, scenario analysis pieces, and book reviews on the contemporary politics, security and development strategies of the Global South (Latin America, Africa, Asia and the Middle East). The journal aims to disseminate the academic production of scholars hailing from the Global South on issues of interest to the peoples of the Global South, with special emphasis on themes covered by the multidisciplinary field of International Relations.

Mission

Disseminate the academic production of scholars hailing from the Global South on issues of interest to the peoples of the Global South, with special emphasis on themes covered by the multidisciplinary area of International Relations.

ASSISTENTE DE EDIÇÃO / Edition Assistant

Maria Eduarda Variani (UFRGS, Brasil)

CONTATO / Contact:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
Av. João Pessoa, 52 sala 33A - 3º andar - CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil
Tel: +55 51 3308-3150 | Fax: +55 51 3308-3963
e-mail: conjunturaaustral@ufrgs.br

Rev. Conj. Aust.	Porto Alegre	v.10	n.50	p. 1-104	abr./jun. 2019
------------------	--------------	------	------	----------	----------------



Volume. 10, Número. 50 (abr./jun. 2019)

ARTIGOS

O equilíbrio de poder no Leste Asiático e a reaproximação entre as Coreias: a mais recente fase de cooperação (2017-2018)..... p.5

Renato Saraiva, Ticiano Amaral

República Socialista do Vietnã: contexto, política externa e trinta anos de relações com o Brasil (1989-2019)..... p.26

Carolina Pereira de Souza

Uma análise do complexo industrial-militar indiano como um instrumento de autonomia estratégica..... p.47

João Miguel Villas-Bôas Barcellos

As revoluções passivas neoliberais no pós-URSS: semelhanças e singularidades entre o caos neoliberal russo e ucraniano da década de 1990..... p.67

Felipe Costa Lima

The contribution of the United Nations police to the protection of civilians in South Sudan..... p.84

Josias Marcos de Resende Silva

LEITURAS

Inter-American relations after 9/11: overcoming neglect..... p.98

Livia Peres Milani

Normas de Submissão / Submission Standards..... p.102

O EQUILÍBRIO DE PODER NO LESTE ASIÁTICO E A REAPROXIMAÇÃO ENTRE AS COREIAS: A MAIS RECENTE FASE DE COOPERAÇÃO (2017-2018)

The Balance of Power in East Asia and the Korean Rapprochement: the most recent phase of cooperation (2017-2018)

*Renato Saraiva¹
Ticiane Amaral²*

Introdução

A maior parte das análises acerca da recente aproximação entre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e a República da Coreia (RC), que levou à realização da Reunião de Cúpula Intercoreana, no lado sul coreano da área de segurança conjunta, em 27 de abril de 2018, valorizam, em sua explicação, o suposto sucesso da política externa de Trump de combinar ameaças militares e sanções econômicas. Assim, o texto de Mark Landler para o *The New York Times* afirma: “Existem poucas dúvidas [...] de que as sanções lideradas pelos Estados Unidos, combinadas com as promessas belicosas do Sr. Trump de descarregar ‘fogo e fúria’ na Coreia do Norte caso ameaçasse o solo americano, ajudaram a levar o Sr. Kim à mesa de negociações” (LANDLER, 2018, tradução nossa).⁵ Outras análises se limitam apenas a expressar incompreensão e surpresa em relação à aparente mudança radical de postura de Kim Jong-un, que teria passado de um “ditador” a um “diplomata” em alguns meses (STEIN; TIEFENTHÄLER; RENEAU, 2018).

Não obstante, em nossa perspectiva, tanto existem, sim, dúvidas relevantes sobre a efetividade da política estadunidense de isolamento do regime norte-coreano, quanto a busca da RPDC pela reaproximação e cooperação pode ser melhor compreendida quando observados elementos mais estruturais do equilíbrio de poder na Península Coreana. Este artigo tem como objetivo fornecer elementos para uma análise de conjuntura internacional sobre a recente reaproximação entre a RPDC e a RC, assim como entre a primeira e os Estados Unidos.

¹Bacharel em Relações Internacionais e Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS. Email: renato_8d@hotmail.com

²Bacharela em Relações Internacionais pela UFRGS e Mestranda em Economia Política Internacional pela UFRJ. Email: ticiane.nunes@pepi.ie.ufrj.br

³“There is little question, senior officials and analysts said, that the American-led sanctions, combined with Mr. Trump’s bellicose vows to rain “fire and fury” on North Korea if it threatened the American homeland, helped bring Mr. Kim to the table” (LANDLER, 2018).

Destaca-se, em primeiro lugar, o papel do contexto do equilíbrio de poder do Leste Asiático, marcado pelo desenvolvimento das capacidades nucleares e de entrega de mísseis balísticos norte-coreanas e pela ascensão do governo sul-coreano de Moon Jae-in. Em segundo lugar, é necessário compreender as conexões entre os teatros de conflito do Leste Asiático e o Oriente Médio, a partir dos interesses estratégicos dos Estados Unidos na competição hegemônica com a China e na contenção do crescimento de outras potências asiáticas em ascensão, como a Índia. Neste sentido, este artigo parte da noção de equilíbrio de poder, estabelecida pelo Neorealismo (WALTZ, 1979) como a correlação de capacidades militares e econômicas entre os Estados e a tendência destes a buscarem corrigir distorções na sua distribuição por um fortalecimento de suas posições frente aos outros. Assim como busca relacionar a conjuntura de aproximações entre as Coreias e entre os Estados Unidos e a RPDC ao debate acerca da configuração do sistema internacional no século XXI e da estratégia de política externa estadunidense desenvolvido por Arrighi (2008) e outros teóricos (LAYNE, 2012; MEARSHEIMER; WALT, 2016).

O histórico da mais recente reaproximação entre as Coreias

French (2007) divide a história das aproximações entre as Coreias em quatro fases, todas elas breves momentos de concertação, pontuados por iguais períodos de conflito e tensionamento. A primeira fase, entre 1972 e 1973, foi uma consequência indireta do reatamento de relações entre a China e os Estados Unidos a partir da política externa da presidência de Richard Nixon (1969-1974). Kim Il-Sung esteve presente em Pequim durante a visita secreta de Henry Kissinger, em 1969, e viu tal movimento como causa de insegurança e vulnerabilidade para a RPDC. Por outro lado, o governo sul-coreano de Park Chung-hee percebia as intenções estadunidenses de desengajamento de tropas após o insucesso das campanhas no Vietnã, as quais significavam uma reduzida disposição política de arcar com grandes custos em uma eventual defesa da RC em um ataque norte-coreano. Assim, em Agosto de 1971, um mês após o anúncio oficial da viagem de Nixon à China, Kim Il-Sung fez uma declaração de que aceitaria reunir com os partidos políticos e a sociedade civil da RC.

Em 1972, após Park Chung-hee concordar com a reunião, as relações entre os dois países atingiram o mais alto nível diplomático até então, com o encontro entre o diretor da Agência Central de Inteligência Coreana da RC, Lee Hu-rak, e Kim Il-Sung em Pyongyang, seguido pelo encontro recíproco entre o Vice-Primeiro Ministro da RPDC, Park Sung-chul, e o Presidente sul-coreano Park Chung-hee. Além disso, em abril de 1972, foi estabelecida uma linha telefônica direta de contato entre os dois governos (a “linha vermelha”), e, em 4 de Julho, era assinado o Comunicado Conjunto Norte-Sul, cerca de quatro meses após a assinatura do Comunicado de Shanghai entre Estados Unidos e China, que formalizou as intenções de normalização das relações sino-estadunidenses (FRENCH, 2007).

O Comunicado Conjunto estabeleceu três princípios que consolidaram as bases para a discussão de uma possível reunificação: (1) a unificação deve ser atingida de forma independente, sem dependência ou interferência externa; (2) a unificação deve ser atingida pacificamente; (3) a unificação deve ser buscada em

primeiro lugar em termos de unidade social em ideias, ideologias e sistemas (UNITED NATIONS PEACEMAKER, 1972).

No entanto, seus respectivos interesses nacionais tornavam qualquer aproximação circunscrita dentro de limites bem definidos. Enquanto Kim Il-Sung procurava criar algum tipo de tensão entre as alianças de RC, Estados Unidos e Japão, Park Chung-hee preocupava-se com o fortalecimento do Exército Popular da Coreia. A partir do golpe de Estado de Park de Outubro de 1972, nomeado como a Restauração de Yushin, inspirada na Restauração Meiji japonesa, Kim suspendeu as conversações políticas.

Após um período de maior concentração no fortalecimento de seus respectivos governos, em que a RPDC teve sua estratégia voltada para a busca do isolamento de Park Chung-hee e do enfraquecimento do apoio à presença militar estadunidense na região, uma segunda fase de aproximação ocorreu a partir das enchentes de Setembro de 1984 na RC, para as quais estendeu-se o apoio humanitário norte-coreano. Os principais resultados imediatos se concentraram em torno de negociações econômicas e de reuniões de famílias separadas pela guerra.

Novas perspectivas de progresso em relação à unificação voltaram à tona apenas com o anúncio da Declaração de Seis Pontos, em Julho de 1988, e o lançamento, por parte do presidente Roh Tae-woo (1988-1993), da *Nordpolitik* sul-coreana, a qual tinha como objetivos o engajamento e o mútuo reconhecimento, aderindo à fórmula proposta por Kim Il-Sung de formação de uma república confederada (FRENCH, 2007). Esta quarta fase de aproximação resgatou os acordos do Comunicado Conjunto de 1972, por meio da assinatura da Declaração Conjunta de Desnuclearização da Península Coreana e do Acordo para Reconciliação, Não-Agressão, Trocas e Cooperação, o “Acordo Básico”, que previu o princípio de mútuo reconhecimento do sistema social de cada país (UNITED NATIONS PEACEMAKER, 1991).

O final dos anos 1980 e os anos 1990 significaram uma inversão completa de capacidades entre os dois regimes e o enfraquecimento da RPDC, traduzido em isolamento diplomático com o colapso da União Soviética e o estabelecimento de relações entre seus aliados do Leste Europeu e a RC, e em declínio industrial, crises econômicas e escassez de alimentos.

Por fim, a quarta e última fase identificada por French (2007) representou o ponto mais alto de aproximação desde o Comunicado Conjunto de 1972 e talvez aquele simbolicamente mais memorável. A Política “Raio de Sol” (*Sunshine Policy*) do governo sul-coreano de Kim Dae-jung (1998-2003) defendeu os princípios de não tolerância sobre provocações armadas, de unificação não por absorção e de promoção da cooperação e reconciliação a partir de áreas de mútuo interesse imediato. Nesse sentido, resguardava o consenso geral de que qualquer processo de reunificação teria de ser mais gradual do que a experiência alemã, realizado pacificamente e de forma a reduzir os custos sobre a RC, para o que se esperava algum nível de recuperação econômica na RPDC (FRENCH, 2007).

Novamente, a unificação teria como base a formação de uma confederação, que passaria por três fases, a de intensa cooperação enquanto permanecia a divisão política, a de constituição de uma federação com um único sistema político mas dois governos regionais autônomos, e, finalmente, a adoção de um governo central

(CUMINGS, 2004). Não obstante, a reaproximação sofreu com os problemas internos do sistema político sul-coreano, como a falta de apoio político e de maioria parlamentar na Assembleia Nacional e as dificuldades de recuperação da crise financeira asiática. Ao final do governo de Kim Dae-jung, a Política ‘Raio de Sol’ “parecia mais o triunfo pessoal do presidente do que o da nação” (FRENCH, 2007, p. 251).

Por outro lado, a ascensão da presidência de George W. Bush, com sua política de guerra preventiva contra Estados considerados como uma ameaça à ordem internacional, rompeu o Acordo-Quadro de 1994, que previa os marcos de acordo para a normalização de relações entre os Estados Unidos e a RPDC. Nas palavras de Cumings (2004, p. 87, tradução nossa), “Este retrocesso na Coreia desde que Bush assumiu o cargo é também um exemplo infeliz do nível em que Washington ainda domina a diplomacia na península Coreana”⁴.

A mais recente fase de aproximação entre as Coreias pode ser identificada a partir da participação norte-coreana nas Olimpíadas de Inverno de 2018 em Pyeongchang, na RC, com representação de delegação de alto nível diplomático, dirigida por Kim Yo-jong, irmã e assessora direta de Kim Jong-un, e por Kim Yong-nam, Presidente da Suprema Assembleia Popular (WHAN-WOO, 2018).

Os atletas de ambos países entraram em conjunto na cerimônia de abertura, sob a bandeira da península unificada, e dividiram um mesmo time de Hockey feminino, em uma demonstração de uso tradicional do esporte como mecanismo de aproximação diplomática que teve seus antecedentes em 2006, na entrada conjunta em cerimônia de abertura, e em 1991, na formação de um time unificado no Campeonato Mundial de Tênis de Mesa.

Alcançou-se o auge deste período de aproximação, até então, com a realização da Reunião de Cúpula Intercoreana de 27 de abril de 2018, na qual foi adotada a Declaração de Panmunjeom. Tendo como principal tema de fundo a evolução do programa nuclear e dos testes de mísseis balísticos norte-coreanos, a Declaração de Panmunjeom afirmou o compromisso com a “completa desnuclearização” e o fim definitivo da Guerra da Coreia, com a transformação da situação de armistício em um “regime permanente e sólido de paz” por meio da assinatura de um tratado de paz. Além disso, destacou-se a necessidade de institucionalização de canais de cooperação e de condução de reuniões e conversações periódicas (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2018; HYUN-JU, 2018; JUN-SUK, 2018). Desde então, tem havido diversas reuniões de trabalho para tratar de temas específicos, como obras de infraestrutura e a preservação ambiental na faixa de fronteira, estando ainda programada para o período de outono, a realização de uma nova reunião de cúpula (YONHAP, 2018a).

Diversos analistas têm enfatizado o papel crucial de mediação desempenhado pela diplomacia do presidente sul-coreano Moon Jae-in⁵ para o sucesso da reaproximação entre as Coreias, assim como para a aproximação entre a RPDC e os Estados Unidos (YONHAP, 2018; JAE-KYOUNG, 2018; SANG-HUN, 2018).

⁴ “The backtracking on Korea since Bush assumed office is also an unfortunate example of the degree to which Washington still dominates the diplomacy of the Korean peninsula” (CUMINGS, 2004, p. 87)

⁵ Filho de refugiados norte-coreanos que fugiram de sua província durante a Guerra das Coreias, Moon Jae-in participou desde o secundário de movimentos políticos e trabalhou, posteriormente, como advogado especialista em direitos humanos. Moon chegou a ser preso na década de 1970 por protestar contra o autoritarismo sul-coreano, regulado na constituição anterior denominada *Yusin* (JUNG, 2017). Em sua carreira política antes de assumir o cargo de presidente, Moon foi presidente do Partido Democrata e trabalhou no gabinete do ex-Presidente Roh Moo-hyun (2003-2008).

Devido a sua iniciativa de manter abertos os canais diplomáticos, mesmo em face da escalada de tensionamentos e de pressões contrárias tanto internamente quanto por parte do governo Trump, a RC teria assumido a liderança da conjuntura regional, retirando o poder de barganha de ameaças militares estadunidenses, em um raro episódio em que as alterações das relações de poder não teriam sido determinadas somente pelas grandes potências (THRUSH; LANDLER, 2018; LANDLER, 2018).

Tendo sido eleito em meio à “tempestade política” que levou à confirmação do impeachment da ex-presidente Park Geun-hye, em março de 2017, Moon Jae-in representou a ascensão de movimentos de esquerda, a contestação de privilégios no relacionamento entre o Estado e as corporações *Chaebols*⁶ e o maior apoio à reaproximação com a RPDC (MILLER, 2017).

Com o evento da mais recente Reunião de Cúpula Intercoreana e da Reunião de Cúpula RPDC-Estados Unidos, também conhecida como Cúpula de Cingapura, realizada em 12 de junho de 2018, a expectativa pelo aprofundamento da cooperação na península reduziu a capacidade de mobilização eleitoral dos partidos mais conservadores em torno da agenda de segurança, resultando em uma extensa vitória do Partido Democrático nas eleições locais de 13 de junho de 2018, aumentando a vantagem de Moon na Assembleia Nacional em 11 novos assentos vagos, além de garantir 14 dos 17 postos de governador provincial e prefeituras e a maioria absoluta dos representantes locais e distritais (SE-HWAN, 2018a; RAHN, 2018; JI-WON, 2018; HA-YOUNG, 2018).

Ao mesmo tempo, a presidência de Moon Jae-in correspondeu à uma nova dimensão de inserção internacional da RC em seus eixos Norte e Sul. Destarte, a reaproximação com a RPDC é parte da Nova Política para o Norte (*New Northern Policy*), que visa criar uma nova ordem multilateral no Nordeste Asiático, a partir da qual a RC poderia emergir como seu novo centro, fortalecendo a cooperação com a região Euroasiática, especialmente com a Rússia. Após a visita de Estado de três dias do presidente Moon Jae-in à Moscou, de 21 a 23 de junho de 2018, foi anunciada uma série de projetos para uma maior integração econômica entre os dois países⁷, dos quais se destacam a interligação das Ferrovias Intercoreanas com a Ferrovia Transiberiana, a construção de gasodutos e de uma malha energética conectando a Rússia à RC, China e Japão, e a proposição da assinatura de um acordo de livre-comércio (ATKINSON, 2018; HAMMOND, 2018; THE KOREA TIMES, 2018).

Complementar a este eixo Norte, a Nova Política para o Sul (*New Southern Policy*) tem como objetivo equiparar ao mesmo nível das relações com as grandes potências às relações com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), região que representa em conjunto o segundo maior parceiro comercial e destino

⁶ O termo refere-se aos grandes conglomerados que são geridos e controlados geralmente por famílias tradicionais na Coreia do Sul. O sistema dos *Chaebols* assemelha-se aos *Zaibatsus* no Japão, tendo ambos prosperado em estreita associação entre o capital de algumas famílias influentes e os incentivos governamentais, sobretudo, no caso dos primeiros, entre as décadas de 1960 e 1990.

⁷ Em seu discurso na Duma Federal, o Presidente Moon Jae-in destacou a importância de nove pontos estratégicos para a cooperação com a Rússia: criação de empregos; ferrovias; gás natural; eletricidade; rotas de navegação no Ártico; construção naval; construção de portos; agricultura; e pesca (CHEONG WA DAE, 2018).

de investimentos, além de ser o foco de inovações relacionadas à robótica e à economia da internet (WORLD POLITICS REVIEW, 2017; CHUNG-HA, 2018)⁸.

Em 23 de março de 2018, os presidentes Moon Jae-in e Tran Dai Quang, do Vietnã, anunciaram planos para expandir o comércio bilateral, de cerca de US\$ 60 bilhões, para a faixa de US\$ 100 bilhões de dólares até 2020 (THE ASSOCIATED PRESS, 2018; WORLD POLITICS REVIEW, 2018). Sendo o primeiro país do Sudeste Asiático a estabelecer relações diplomáticas, em 1949, e o terceiro a enviar tropas em apoio na Guerra da Coreia, em 1950, a visita de Estado do Presidente Rodrigo Duterte, da Filipinas, à Seul, de 3 a 5 de junho de 2018, indicou o interesse mútuo no aprofundamento da cooperação bilateral, elegendo o próximo ano de 2019 como o ano de “trocas mútuas” e anunciando o aumento do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico para as Filipinas para US\$ 1 bilhão de dólares (BO-EUN, 2018). Como resultado, a empresa sul-coreana SK Engineering & Construction, a qual expandiu recentemente suas operações para o Cazaquistão e a Turquia, assinou carta de intenções para a construção e operação de duas usinas termoelétricas de 600 megawatts movidas a carvão na ilha filipina de Luzon (HYUN-WOO, 2018).

Por fim, o mais recente destino da Nova Política para o Sul será a Índia, nas visitas de Estado entre 8 e 11 de julho de 2018. Sede de nova instalação da *Samsung Eletronics* em Noida, a 25 quilômetros de Nova Delhi, a Índia está no centro da iniciativa para a ASEAN, significando um acesso direto a recursos humanos extremamente capacitados em tecnologias da informação e uma alternativa à redução do crescimento e ao envelhecimento populacional na China (MIN-HYUNG, 2018; WHAN-WOO, 2018a).

Por outro lado, apesar dos índices de aprovação de mais de 70% do governo Moon Jae-in, a aproximação intercoreana não logra unanimidade entre a sociedade sul-coreana. Chung-Sye Kyun, então Presidente da Assembleia Nacional pelo Partido Democrático, não teve sucesso em aprovar uma resolução em apoio à Declaração de Panmunjeom, devido às disputas em torno dos termos do texto, as quais se dividiam entre manter a utilização “desnuclearização completa” original da Declaração ou reforçar as exigências estadunidenses por uma “desnuclearização completa, verificável e irreversível”.

Tais divergências refletem, em última instância, as próprias diferenças de visões sobre os resultados da Reunião de Cúpula Intercoreana. Se a posição governista do Partido Democrático visa destacar a importância histórica dos acordos, os partidos de oposição alternam entre reconhecer sua relevância mas destacar a necessidade de medidas concretas futuras, como o mais moderado Partido Bareunmirae, ou repudiar suas definições como vagas e fruto de concessões ao regime norte-coreano que não produziram resultados, conforme o conservador Partido Liberdade da Coreia (HE-SUK, 2018; SO-HYUN, 2018).

Ao mesmo tempo em que ocorria a Reunião de Cúpula, cerca de 300 pessoas se reuniram, em Paju, cidade próxima à fronteira, para protestar contra sua realização, demandando a paralisação das conversações por serem “fraudulentas” e representarem uma “falsa esperança”, entre outros imperativos como “parem o genocídio norte-coreano” e “é a hora de bombardear a Coreia do Norte” (SE-HWAN, 2018a). Apesar de ser um

⁸ A Associação de Nações do Sudeste Asiático é composta por dez membros plenos, sendo eles Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Myanmar, Camboja, Laos e Vietnã.

movimento político não expressivo e não representativo, existem de fato entraves sociais profundos no que diz respeito à discussão e implementação de algum projeto de aproximação e unificação das Coreias.

A evolução das capacidades militares norte-coreanas e os interesses estratégicos dos Estados Unidos no Leste Asiático

Os últimos dois anos significaram um avanço expressivo das capacidades nucleares e de lançamento de mísseis norte-coreanas, o qual definiu os marcos recentes do conflito na península coreana. Até então, a RPDC havia conduzido três testes nucleares, nos anos de 2006, 2009 e 2013, número este que dobrou no último período. Apenas em 2016, houve dois novos testes, em 6 de janeiro e 9 de setembro, de cerca de 17 e 35 quilotons respectivamente. Segundo as declarações oficiais, o primeiro teste teria sido de uma bomba de hidrogênio, e o segundo uma ogiva compacta para lançamento de mísseis. Estimativas de especialistas, no entanto, não permitem ter certeza sobre sua veracidade (LEWIS; TAYLOR, 2016; ALBERT, 2018). Por outro lado, em 3 de setembro de 2017, realizou-se um novo teste nuclear no qual se afirmou novamente tratar-se uma bomba de hidrogênio. Desta vez, a maior parte das estimativas apontou para uma carga explosiva superior a centenas de quilotons, fato que torna crível a alegação (BRUMFIEL, 2017). De qualquer modo, a conclusão segura que se pode ter é a de que as capacidades norte-coreanas de produção de artefatos nucleares foram significativamente amplificadas. O mesmo pode ser verificado em relação ao lançamento de mísseis balísticos.

Apesar de ainda não ter havido sucesso na projeção de um míssil balístico intercontinental capaz de conduzir uma ogiva nuclear pela fase de reentrada na atmosfera, a Agência de Inteligência de Defesa dos Estados Unidos e o Ministério da Defesa do Japão ambos confirmaram, em julho e agosto de 2017, o desenvolvimento da tecnologia de miniaturização de ogivas nucleares para o emprego em mísseis balísticos (WARRICK; NAKASHIMA; FIFIELD, 2017). Nesse sentido, Siegfried Hecker, professor afiliado ao Centro para Segurança Internacional e Cooperação da Universidade de Stanford e que inspecionou o programa nuclear norte-coreano entre 2004 e 2010, afirma que existem poucas dúvidas em relação à capacidade de entrega de um míssil balístico nuclear de curto e médio alcance sobre a RC e o Japão (HECKER, 2017). Além disso, também em julho de 2017, o país testou dois mísseis balísticos intercontinentais convencionais que teriam alcance para atingir o Alaska ou até mesmo o território continental dos Estados Unidos na região da Califórnia (MCINNIS, 2017). Portanto, a recente “virada diplomática” da RPDC se torna compreensível quando se percebe que, na verdade, o que levou à uma reaproximação com a RC e os Estados Unidos foi o desenvolvimento de suas capacidades nucleares e de entrega de mísseis balísticos, que colocam o país em condições de dissuasão que permitem a negociação sob relações de força mais favoráveis, sem prejudicar seus valores de autossuficiência e segurança nacionais. Em última análise, este foi o objetivo principal da barganha estratégica que moveu suas relações com a RC e os Estados Unidos.

Em um contexto histórico de formação do Estado sob constante pressão externa, a construção de autossuficiência nacional, como resposta ao isolamento e a prioridade do setor militar na sociedade, como

elemento essencial da segurança nacional, foram os princípios que moldaram o regime norte-coreano. O sistema político da RPDC se desenvolveu tendo como princípio fundador a filosofia política expressa pela “Doutrina Juche”, a qual estabelece a autossuficiência e a independência nacional como os objetivos do Estado.

Dentro deste contexto, insere-se o estabelecimento de um modelo econômico autárquico, visando reduzir a dependência e as vulnerabilidades externas, assim como o investimento em tecnologia militar. Tais princípios da filosofia Juche moldaram a própria política externa do país, que manteve certo distanciamento mesmo entre os aliados, a União Soviética e a China, em preservação de sua autonomia e aproveitamento de suas margens de barganha no conflito sino-soviético.

Por outro lado, a partir dos anos 1990, reforçou-se o papel e a prioridade do setor militar na sociedade. A partir da “Política Songun”, elevou-se o status das Forças Armadas ao centro do sistema político, em um momento em que o poder militar serviria de último recurso de garantia da independência nacional frente às disparidades internacionais com o fim da Guerra Fria, o colapso da União Soviética e a ascensão do poder unipolar e unilateral dos Estados Unidos (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015; FRENCH, 2007). Desse ponto de vista, compreende-se a importância do investimento no Programa Nuclear.

A primeira crise nuclear entre a RPDC e os Estados Unidos, iniciada a partir de 1991, se deu primeiramente em torno da instalação de energia nuclear de Yongbyon. A instalação da usina de Yongbyon se inseriu dentro do contexto de crise do regime energético norte-coreano, dependente da importação de petróleo, em um momento em que suas principais fontes, a União Soviética e os países socialistas do Leste Europeu, não estavam disponíveis. Seu objetivo imediato era, portanto, a diversificação da matriz energética e a garantia da segurança energética. Uma prova disto é o fato de que a carga de combustível do reator, que teria que ser retirada várias vezes para produzir artefatos nucleares a partir dos resíduos de plutônio, foi removida apenas duas vezes entre 1989 e 1994. Após uma série de tensionamentos em torno das inspeções pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e de ameaças de sanções por meio do Conselho de Segurança por parte dos Estados Unidos, chegou-se a um marco mínimo de negociação com o Acordo-Quadro de outubro de 1994, assinado com o presidente Bill Clinton. Alguns dos pontos principais do Acordo reafirmavam a proposta de substituição dos reatores nucleares por novos reatores a base de água-leve, de menor potencial bélico, assim como apontavam para a normalização de relações diplomáticas (CUMINGS, 2004).

Não obstante a reaproximação entre as Coreias liderada pela política externa de Kim Dae-jung, os termos do Acordo-Quadro não foram em sua maioria implementados pela presidência de Bill Clinton, e a ascensão do governo de George W. Bush inverteu completamente as bases da política estadunidense para a RPDC. Nas palavras de Cumings (2004, p. 95, tradução nossa), “em uma demonstração de um processo

decisório partidário de política externa nunca antes visto, Bush determinou desde o princípio ser o anti-Clinton [...]”.⁹

A partir de então, os conflitos na península coreana teriam como política oficial não mais a contenção e a dissuasão da Guerra Fria, mas os planos de ataque preemptivo contra adversários que se acreditasse serem possuidores de armas de destruição em massa, com a inclusão da RPDC no “Eixo do Mal” da estratégia dos Estados Unidos para o Pós-Guerra Fria. Assim, a segunda crise nuclear irrompeu, em outubro de 2002, como uma repetição acelerada dos eventos da crise anterior, em meio à expulsão dos inspetores da AIEA pelo governo norte-coreano e o anúncio de retirada do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Buscou-se a distensão entre os dois países por meio das chamadas Negociações das Seis Partes, que reuniram os principais atores envolvidos no conflito regional, incluindo também a China, Rússia e Japão, além dos Estados Unidos e da RPDC e RC. Ainda assim, mesmo com a assinatura da Declaração Conjunta, a questão da desnuclearização da península voltou a retroceder em função das pressões estadunidenses pelo congelamento de ativos norte-coreanos em bancos asiáticos, que levariam ao primeiro teste nuclear por parte da RPDC em 2006.

Com a presidência de Barack Obama (2009-2017), apesar das elaborações de conceitos como o de “poder inteligente” ou de “paciência estratégica”, manteve-se ainda a indecisão estratégica que caracterizara o governo Bush (BRITES, 2014)¹⁰. Uma boa parte das análises sobre o governo de Donald J. Trump, por sua vez, tem destacado elementos que permitiriam identificar sua política, assim como na relação Bush-Clinton, por ter uma posição anti-Obama, seja em relação ao Acordo de Paris para as mudanças climáticas e a Parceria Transpacífico, ou em relação à política interna para a migração (SMITH, 2018). Outro conjunto de trabalhos tem focado no seu caráter anti-globalização e em suas consequências negativas para a liderança internacional dos Estados Unidos na gestão de uma ordem global liberal e multilateral, e um terceiro tem ainda se fixado nas características pessoais do perfil individual e de liderança representado por Trump (VINHA, 2017; LANDLER, 2017). Mas como compreender a recente aproximação com a RPDC, marcada pela Reunião de Cúpula de 12 de junho de 2018, frente à estratégia de política externa dos Estados Unidos para o Leste Asiático?

As orientações geopolíticas do Leste Asiático estão intimamente relacionadas a outro contexto regional, no Oriente Médio, ambos tendo se constituído como os principais teatros dos interesses estratégicos dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria. Muitos questionaram a aparente contradição entre a retirada do acordo nuclear com o Irã, o Plano de Ação Conjunto, e a negociação e assinatura de outro acordo nuclear com a RPDC, apesar do Presidente Donald Trump não ter visto nenhum efeito negativo (REUTERS, 2018). Na verdade, os dois temas parecem estar imbricados, de tal modo que a evolução das conversações com a RPDC

⁹ “In a display of partisan foreign policy decision-making, unlike any previous episode, Bush determined first of all to be anti-Clinton” (CUMINGS, 2004, p. 95).

¹⁰ Poder inteligente (*smart power*) e paciência estratégica se referem, respectivamente, ao uso combinado e harmonioso do poder duro (*hard power*) e do poder brando (*soft power*), e à adoção de uma postura reativa aos acontecimentos políticos do Leste Asiático.

constituiu parte do cálculo de decisão da retirada estadunidense do acordo nuclear e da reimposição de sanções sobre o Irã (BENNETT, 2018).

As Possíveis Interconexões Regionais entre o Leste Asiático e o Oriente Médio

Desde o lançamento da Guerra ao Terror e do Projeto para o Novo Século Norte-Americano, pelo governo George W. Bush, a reorganização do mapa político regional do Oriente Médio teve como objetivo indireto o controle sobre as condições de crescimento de longo prazo da China e de outras potências em ascensão da Ásia. Assim, de acordo com Arrighi (2008, p. 199), o uso da guerra de baixa intensidade pelos neoconservadores como mecanismo de eliminar a concorrência contra a centralidade dos Estados Unidos na economia mundial levou a uma “estranha morte do projeto da globalização”, na qual a invasão do Iraque, em 2003, significou apenas “o primeiro movimento tático numa estratégia de longo prazo que visava utilizar o poderio militar para impor o controle norte-americano sobre a torneira global do petróleo e, assim, sobre a economia global durante outros cinquenta anos ou mais”. Tal movimento tático, entretanto, não se realizou como previsto e o aniversário de dez anos de guerra apresentou como resultados mais de 2 US\$ trilhões de dólares de custo, um governo iraquiano distante do modelo de democracia prometido e uma série de dúvidas mesmo sobre sua posição como aliado e a capacidade de influência dos Estados Unidos sobre o país e a contenção da ajuda militar iraniana ao governo sírio (TROTTA, 2013; STUSTER, 2013).

Mas mais importante, em termos estratégicos, o fracasso na estabilização do Iraque e no reordenamento da ordem política no Oriente Médio aumentou a dependência econômica dos Estados Unidos da compra de títulos públicos pela China para manter seu déficit no balanço de pagamentos, assim como os custos das operações militares e a própria hegemonia do dólar como moeda de curso internacional. De tal modo que o desenvolvimento deste “vício da compra de dólares pelos chineses” (KRUGMAN, 2005; ARRIGHI, 2008) impediu os Estados Unidos de prosseguir com a contenção da China em seu front econômico, utilizando-se muitas vezes do front geopolítico no mar do sul da China como válvula de escape.¹¹

O que cabe ainda ser analisado, na atual conjuntura, é a possibilidade de a consolidação da reconquista de posições contra o Estado Islâmico no Iraque e na Síria (COKER; HASSAN, 2017; O’CONNOR, 2018; U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018) restabelecer a influência dos Estados Unidos sobre a ordem política no Oriente Médio, a partir da qual se poderia retomar a iniciativa no front econômico da contenção à China.

De fato, em 18 de junho de 2018, menos de uma semana após a Reunião de Cúpula com a RPDC, o Secretário de Estado Mike Pompeo retomou a retórica crítica à política comercial “predatória” chinesa em encontro com indústrias automobilísticas estadunidenses. A coincidência não escapou também à cobertura do *The New York Times*: “os comentários sugerem que a administração Trump - agora que a reunião de cúpula

¹¹ Nas últimas décadas, a China converteu-se no maior comprador de títulos da dívida pública estadunidense. Os empréstimos por parte da China para os Estados Unidos, através da compra de títulos do Tesouro, permitem que estes comprem produtos chineses e financiem seu déficit histórico em transações correntes. Apesar de vantajosa a curto prazo, tal situação criou uma espécie de dependência em relação a compra de títulos por parte da China para sustentar a posição internacional do dólar, com consequências sobre a capacidade da economia estadunidense de produzir um equilíbrio externo e sobre a indústria (KRUGMAN, 2005).

de Cingapura com o líder norte-coreano Kim Jong-un acabou - está aumentando ainda mais seus esforços para se opor às práticas comerciais chinesas” (HARRIS, 2018. tradução nossa).¹² Em 15 de Junho de 2018, foi anunciada a imposição de tarifas adicionais de 25% em um conjunto de 818 produtos chineses que haviam já sido alvo de taxaço em 6 de abril, junto a um segundo conjunto de 284 produtos, o qual será ainda revisado em audiência pública, somando um total de 1102 produtos avaliado em 50 US\$ bilhões de dólares. De modo geral, a medida visa estrategicamente alcançar bens industriais altamente tecnológicos incluídos na política industrial chinesa *Made in China 2025*, como os setores aeroespacial, de tecnologia da informação e comunicações, robótica, maquinarias industriais, novos materiais e automobilística (SWANSON, 2018; USTR, 2018). Tal iniciativa aprofunda um movimento que, iniciado em 22 de Janeiro de 2018 com o anúncio de aplicação de tarifas de 30% sobre painéis solares e aprofundado por tarifas de 25% sobre o aço e alumínio, tem sido caracterizado como uma “guerra comercial” com a China (COLLINS, 2018).

Apesar das pressões continuadas no mar do sul da China, o front econômico, e não o geopolítico, parece ser o eixo central da política externa do governo Trump. Em entrevista ainda durante o processo eleitoral, em Março de 2016, quando perguntado a respeito de uma possível contenção da expansão militar chinesa, este afirmava antecipadamente: “Eu usaria o comércio para negociar. [...] Eu usaria o comércio, absolutamente, como uma moeda de troca” (HABERMAN; SANGER, 2016. tradução nossa)¹³.

A rápida ascensão da China como potência no sistema internacional tem sido vista, nos Estados Unidos, com grandes suspeitas por diferentes observadores. Para Mearsheimer (2014), se a economia chinesa continuar crescendo na mesma velocidade durante as próximas décadas, os EUA enfrentarão mais uma vez um concorrente potencial na disputa hegemônica e a política das grandes potências, característica da Guerra Fria, retornará com força total. Seguindo a lógica do realismo ofensivo, a expansão econômica e política da China irá levá-la, inequivocamente, a tentar dominar a Ásia do mesmo modo que os EUA dominam o hemisfério ocidental (MEARSHEIMER, 2010)¹⁴. Enfraquecer a posição do Irã enquanto potência regional rival seria assim um movimento no sentido de buscar garantir a influência dos Estados Unidos no Oriente Médio e, conseqüentemente, o controle sobre “a torneira global do petróleo” e as condições de crescimento da economia mundial. Conforme ressalta Walt (2018), a retirada do acordo nuclear tem como única lógica a política de isolamento internacional do Irã e de não reconhecimento da legitimidade de seus interesses regionais, ecoando, em última instância, a “canção de sereia” da mudança de regime.

Tal agenda unifica parte considerável da base de apoio do governo Trump, representada pela linha dura do lobby israelense, como o Comitê de Assuntos Políticos Americano-Israelenses (AIPAC), a organização de oposição iraniana *Mujahideen-e-Khalq* (MEK) e o empresário e seu doador de campanha Sheldon Adelson,

¹² “The blistering remarks suggested that the Trump administration — now that the Singapore summit meeting with the North Korean leader, Kim Jong-un, is over — is further ramping up its efforts to push back against Chinese trade practices” (HARRIS, 2018).

¹³ “I would use trade to negotiate. [...] I would use trade, absolutely, as a bargaining chip” (HABERMAN; SANGER, 2016).

¹⁴ De acordo com a teoria do realismo ofensivo proposta pelo autor a estrutura básica do sistema internacional força os estados preocupados com sua segurança a competir uns com os outros pelo poder. O objetivo final de todo grande poder é maximizar sua participação no poder mundial e eventualmente dominar o sistema. Isso significa que os Estados mais poderosos procuram estabelecer a hegemonia em sua região do mundo, garantindo ao mesmo tempo que nenhuma grande potência rival domine outra área (MEARSHEIMER, 2010).

assim como pelo novo quadro de responsáveis em relações exteriores, na Assessoria de Segurança Nacional (John Bolton) e no Departamento de Estado (Mike Pompeo), cujas nomeações podem ser consideradas uma inflexão em sua política externa (HASSIBI, 2018; CLIFTON; LOBE, 2017; TABRIZY, 2017).

Nesta perspectiva, o acordo com a RPDC seria uma espécie de *tertius gaudens* (“o terceiro, que se alegra”), na estratégia de contenção à China proposta por James Pinkerton, em que o desengajamento por parte dos Estados Unidos associado à uma tática de equilíbrio de poder permitiria administrar os benefícios das rivalidades regionais na Ásia (ARRIGHI, 2008)¹⁵. A resolução do conflito na Península Coreana teria a vantagem, nestes termos, de evitar os custos de uma conflagração direta, redirecionando os recursos estadunidenses para a reorganização da ordem política no Oriente Médio e a competição econômica com a China, sem abandonar as posições militares na região. Tal estratégia pode ser considerada como uma versão neoconservadora do conceito de balanceamento externo (*offshore balance*), o qual defende como central não a garantia de primazia e engajamento global, mas o estabelecimento de alianças regionais que permitam controlar as linhas de comunicações comerciais e estruturar linhas de defesa de antiacesso e negação de área (LAYNE, 2012; MEARSHEIMER; WALT, 2016).

Na semana anterior à Reunião de Cúpula Intercoreana, o Presidente Moon Jae-in anunciou a renúncia norte-coreana à qualquer exigência de retirada de tropas estadunidenses, da mesma forma que Kim Jong-il havia declarado em sua reunião com Kim Dae-jung nos anos 2000. Do ponto de vista da RPDC, a presença militar continuada dos Estados Unidos na península, funcionando nos moldes de uma operação de paz, é vista com potencial para cumprir o papel de contrabalancear sua dependência em relação à China e conter um possível avanço das forças armadas sul-coreanas em meio à um processo de maior aproximação ou unificação (FITZPATRICK, 2018; CUMINGS, 2004, p. 84).

Do ponto de vista dos Estados Unidos, se a principal preocupação em torno da realização da Reunião de Cúpula era a negociação de uma desnuclearização completa, verificável e irreversível, o texto da Declaração Conjunta, ao reduzir a fórmula a uma “desnuclearização completa” da Península Coreana, demonstrou a prevalência do interesse no estabelecimento de um novo perfil de relações diplomáticas entre os dois países (THE WHITE HOUSE, 2018).

Posteriormente, em uma conferência em Seul, o Secretário de Estado Mike Pompeo afirmou ter a expectativa para um “significativo desarmamento” nos próximos dois anos e meio, reconhecendo, portanto, que o processo de desnuclearização seguiria um modelo “passo por passo” e não de desnuclearização imediata (SANG-HUN, 2018a). Pode-se questionar se, na verdade, tal fórmula não implica em um reconhecimento implícito da RPDC como uma potência nuclear, na medida em que suas capacidades de produção de artefatos nucleares e de entrega de mísseis balísticos não seriam desestruturadas imediatamente e permaneceriam

¹⁵ Pinkerton (2018) saudou a Reunião de Cúpula entre os Estados Unidos e a RPDC como um “fim para a Guerra Fria”, destacando precisamente suas consequências positivas para uma redução dos custos com a presença militar global estadunidense sustentada a partir do pós-guerra. Entretanto, não se pretende afirmar aqui a concepção de *tertius gaudens* de Pinkerton como um retrato exato da estratégia de política externa do governo Trump, mas apenas como ilustração da relação entre o desengajamento e a distensão na Península Coreana e as iniciativas no Oriente Médio e em relação à China. Uma análise desta e de outras respostas conservadoras para a ascensão chinesa, estão presentes em obras como “Sobre a China”, de Henry Kissinger, e “How We Would Fight China”, de Robert Kaplan.

ainda em termos de conhecimentos técnicos e know-how mesmo após o fechamento de instalações e a destruição de materiais e equipamentos.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo fornecer uma base de análise para o estudo da conjuntura internacional na Península Coreana, marcada pela mais recente aproximação entre as Coreias e entre a RPDC e os Estados Unidos. Ressalta-se, nesse sentido, a importância da evolução das capacidades nucleares e de entrega de mísseis balísticos da RPDC como fator principal para as mudanças no equilíbrio regional de poder e nas relações com os Estados Unidos, assim como das redefinições da política externa sul-coreana, a partir das Novas Políticas para o Norte e para o Sul do governo de Moon Jae-in, para a reaproximação entre as Coreias e a projeção de um novo cenário geopolítico para o Leste e Sudeste Asiático.

Os estudos sobre a realidade na RPDC ainda permanecem sob o estigma da irracionalidade de seus líderes e de sua sociedade. O discurso hegemônico segue retratando um regime desonesto e desesperado governado por um ditador paranoico ameaçando o mundo com um ataque nuclear. Tal estigma, na medida em que nega a aplicação dos mesmos conceitos de dissuasão e equilíbrio de poder utilizados para explicar a competição interestatal entre as grandes potências, impede não apenas a compreensão das motivações norte-coreanas mas também do equilíbrio de poder que mobiliza a Península Coreana e o Leste Asiático como um todo.

Na verdade, a política externa norte-coreana teve como objetivo bem definido a busca de uma redefinição de suas relações com os Estados Unidos por meio do desenvolvimento de suas capacidades nucleares e de entrega de mísseis balísticos, fazendo uso assim de uma barganha nuclear, em uma “astuta diplomacia de sobrevivência”. A estratégia e o comportamento da RPDC é plenamente consistente com a lógica do conflito na Península Coreana após a Guerra da Coreia e da confrontação nuclear na Guerra Fria. Desde o fim da Guerra da Coreia, qualquer ganho para o Norte foi percebido como uma perda para o Sul, e vice-versa, de modo que um delicado balanceamento de poder teve de ser mantido e apenas quando ambos países poderiam perceber uma vitória diplomática houve alguma reaproximação. Hoje talvez o avanço das capacidades nucleares e missilísticas norte-coreanas e a redefinição da política externa sul-coreana em seus eixos Norte e Sul possam garantir uma aproximação duradoura, a depender da evolução das negociações com os Estados Unidos em torno da desnuclearização.

Não obstante os diversos receios em torno da perda de empregos na RC para a população norte-coreana em uma eventual reunificação, poder-se-ia, ao contrário, ganhar um novo dinamismo econômico para o problema demográfico sul-coreano, com o envelhecimento populacional e o limite de pleno emprego, permitindo o redirecionamento da produção de manufaturas intensivas em mão de obra que se deslocou para a China e o Sudeste Asiático.

Qualquer projeção acerca de uma possível reunificação, precisaria considerar as suas implicações econômicas e em termos da inserção internacional de um novo Estado nacional coreano unificado. Da mesma

forma, mesmo um processo de aproximação que mantenha a divisão nacional mas tenha duração e consequências de longo prazo deve ser compreendido como um pilar fundador de um novo cenário geopolítico regional para o Leste Asiático.

A Península Coreana é definida historicamente por sua condição estratégica de “entreposto entre grandes potências”. Por isso mesmo, enfatizou-se ao longo do artigo as conexões entre a aproximação da RPDC e dos Estados Unidos com a estratégia de política externa deste último para o Leste Asiático e o Oriente Médio. Assim, a retirada do acordo nuclear com o Irã e a assinatura de outro com a RPDC podem ser compreendidas a partir da noção de *tertius gaudens* de James Pinkerton, a qual traduz a ideia de que um desengajamento de uma conflagração direta na Península Coreana liberaria recursos para o reforço das posições dos Estados Unidos no Oriente Médio, aumentando o controle sobre a “torneira global do petróleo” e as condições de crescimento de longo prazo da China e de outras potências asiáticas em ascensão, como a Índia.

Nesse sentido, caberia ainda questionar qual seria o papel das Coreias na Grande Estratégia dos Estados Unidos para o Pós-Guerra Fria, tendo em vista sua tendência histórica de reduzi-las a uma reflexão tardia e imediata, como no reatamento histórico de relações com a China e na decisão de suspender os jogos de guerra após a Reunião de Cúpula com a RPDC, nas quais não houve consulta ao governo sul-coreano.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Joel. In Russia, South Korea's Moon Eyes a Major Realignment for Northeast Asia. **World Politics Review**, 27 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.worldpoliticsreview.com/articles/24938/in-russia-south-korea-s-moon-eyes-a-major-realignment-for-northeast-asia>>. Acesso em 10/07/2018.
- ALBERT, Eleanor. **North Korea's Military Capabilities**. Council on Foreign Relations, 6 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/north-koreas-military-capabilities>>. Acesso em 10/07/2018.
- BENNETT, Brian. How Talks with North Korea Convinced Trump to Scrap the Iran Deal. **Time**, 8 mai. 2018. Disponível em: <<http://time.com/5269958/iran-nuclear-deal-donald-trump-north-korea/>>. Acesso em 10/07/2018.
- BRITES, Pedro V. P. **A Crise na Península Coreana e a Segurança Regional do Leste Asiático**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Acesso em 10/07/2018.
- BRUMFIEL, Geoff. Here Are The Facts About North Korea's Nuclear Test. **National Public Radio**, 3 set. 2017. Disponível em: <<https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2017/09/03/548262043/here-are-the-facts-about-north-koreas-nuclear-test>>. Acesso em 10/07/2018.
- BO-EUN, Kim. Duterte affirms support for Moon's peace efforts. **The Korea Times**, 4 jun. 2018. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2018/06/113_250094.html>. Acesso em 10/07/2018.

- CHEONG WA DAE. **Address by President Moon Jae-in at the State Duma of Russia.** The Republic of Korea, Briefings & Speeches, 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://english1.president.go.kr/BriefingSpeeches/Speeches/47>>. Acesso em 10/07/2018.
- CHUNG-HA, Suh. ASEAN, a key partner for Korea's future. **The Korea Times**, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2018/06/120_250249.html>. Acesso em 10/07/2018.
- CLIFTON, Eli; LOBE, Jim. Trump Ignores Advisers on Iran Deal, Follows Pro-Israel Billionaire Adelson's Money. **Alternet**, Grayzone Project, 16 out. 2017. Disponível em: <<https://www.alternet.org/grayzone-project/trump-ignores-advisers-iran-dea>>. Acesso em 10/07/2018.
- COKER, Margaret; HASSAN, Falih. Iraq Prime Minister Declares Victory Over ISIS. **The New York Times**, 9 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/12/09/world/middleeast/iraq-isis-haider-al-abadi.html>>. Acesso em 10/07/2018.
- COLLINS, Keith. All the Threats and Tariffs in the U.S.-China Trade Conflict. **The New York Times**, Interactive, 15 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2018/04/05/business/china-us-trade-conflict.html>>. Acesso em 10/07/2018.
- CUMINGS, Bruce. **North Korea: Another Country.** New Press: New York, 2004.
- FITZPATRICK, Mark. On the mountaintop with North Korea. **The International Institute for Strategic Studies**, The Survival Editor's Blog, 27 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.iiss.org/blogs/survival-blog/2018/04/mountaintop-north-korea>>. Acesso em 10/07/2018.
- FRENCH, Paul. **North Korea: The Paranoid Peninsula: A Modern History.** Zed Books: New York, 2007.
- HABERMAN, Maggie; SANGER, David E. Transcript: Donald Trump Expounds on His Foreign Policy Views. **The New York Times**, Interview, 26 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/03/27/us/politics/donald-trump-transcript.html>>. Acesso em 10/07/2018.
- HAMMOND, Andrew. Moon's Russia visit shows shifting strategic landscape. **The Korea Times**, 22 jun. 2018. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/opinion/2018/06/137_251105.html>. Acesso em 10/07/2018.
- HARRIS, Gardiner. Pompeo Issues a Warning to the World on Trade. **The New York Times**, 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/06/18/us/politics/pompeo-trade-china.html>>. Acesso em 10/07/2018.
- HASSIBI, Navid. Why Trump supports diplomacy with North Korea but not Iran. **The Bulletin of the Atomic Scientists**, 2 mai. 2018. Disponível em: <<https://thebulletin.org/2018/05/why-trump-supports-diplomacy-with-north-korea-but-not-iran/>>. Acesso em 10/07/2018.
- HA-YOUNG, Choi. Ruling party sweeps local elections. **The Korea Times**, 13 jun. 2018. Disponível em: <<http://m.koreatimes.co.kr/pages/article.asp?newsIdx=250624>>. Acesso em 10/07/2018.
- HECKER, Siegfried S. What We Really Know About North Korea's Nuclear Weapons: And What We Don't Yet Know for Sure. **Foreign Affairs**, 4 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/north-korea/2017-12-04/what-we-really-know-about-north-koreas-nuclear-weapons>>. Acesso em 10/07/2018.

- HE-SUK, Choi. Political parties poles apart on Panmunjeom Declaration. **The Korea Herald**, 28 abr. 2018. Disponível em: <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20180428000057&ACE_SEARCH=1>. Acesso em 10/07/2018.
- HYUN-JU, Ock. Two Koreas' commitment to 'complete denuclearization' raises hope, concerns. **The Korea Herald**, 27 abr. 2018. Disponível em: <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20180427000871&ACE_SEARCH=1>. Acesso em 10/07/2018.
- HYUN-WOO, Nam. SK E&C expands global development through overseas projects. **The Korea Times**, 20 jun. 2018. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/tech/2018/06/129_251006.html>. Acesso em 10/07/2018.
- JAE-KYOUNG, Kim. Moon's role crucial for successful Singapore summit. **The Korea Times**, 3 jun. 2018. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2018/06/103_250023.html>. Acesso em 10/07/2018.
- JI-WON, Park. Ruling party wins 11 out of 12 by-elections, **The Korea Times**, 13 jun. 2018. Disponível em: <<http://m.koreatimes.co.kr/pages/article.asp?newsIdx=250633>>. Acesso em 10/07/2018.
- JUN-SUK, Yeo. On the table at Peace House: nukes, peace, better relations. **The Korea Herald**, 25 abr. 2018. Disponível em: <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20180425000824&ACE_SEARCH=1>. Acesso em 10/07/2018.
- JUNG, Min-ho. Moon Jae-in: Son of war refugees rises to power. **The Korea Times**, 09 mai, 2017. Disponível em: <https://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2017/05/356_229029.html>. Acesso em 10/09/2018.
- LANDLER, Mark. Trump, the insurgent, breaks with 70 years of american foreign policy. **The New York Times**, 28 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/12/28/us/politics/trump-world-diplomacy.html>>. Acesso em 10/07/2018.
- LANDLER, Mark. As Two Koreas Talk Peace, Trump's Bargaining Chips Slip Away. **The New York Times**, 28 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/04/28/us/politics/trump-north-korea.html>>. Acesso em 10/07/2018.
- LAYNE, Christopher. The End of Pax Americana: How Western Decline Became Inevitable. **The Atlantic**, Abr. 2012. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2012/04/the-end-of-pax-americana-how-western-decline-became-inevitable/256388/>>.
- LEWIS, Jeffrey; TAYLOR, Nathaniel. **North Korea's Nuclear Year in Review - and What's Next**. Nuclear Threat Initiative, Articles, 20 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.nti.org/analysis/articles/north-koreas-nuclear-year-reviewand-whats-next/>>. Acesso em 10/07/2018.
- MCINNIS, Kathleen J (Coord.). The North Korean Nuclear Challenge: Military Options and Issues for Congress. **Congressional Research Service**, CRS Report, 6 nov. 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/nuke/R44994.pdf>>. Acesso em 10/07/2018.
- MEARSHEIMER, J. The Gathering Storm: China's Challenge to U.S Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, p. 381-396, 2010.
- MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. The Case for Offshore Balancing: A Superior U.S. Grand Strategy. **Foreign Affairs**, v. 95, n. 4, p. 70-83, 2016.

- MILLER, J. Berkshire. South Korea's Political Storm Swirls Ahead of Park Impeachment Ruling. **World Politics Review**, 2 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.worldpoliticsreview.com/articles/21388/south-korea-s-political-storm-swirls-ahead-of-park-impeachment-ruling>>. Acesso em 10/07/2018.
- MIN-HYUNG, Lee. Moon begins six-day trip to India, Singapore. **The Korea Times**, 8 jul. 2018. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2018/07/113_251911.html>. Acesso em 10/07/2018.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Panmunjeom Declaration for Peace, Prosperity and Unification of the Korean Peninsula**. Republic of Korea: Panmunjeom, 2018. Disponível em: <http://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5478/view.do?seq=319130&srchFr=&srchTo=&srchWord=&srchTp=&multi_itm_seq=0&itm_seq_1=0&itm_seq_2=0&company_cd=&company_nm=&page=1&titleNm=>. Acesso em 10/07/2018.
- O'CONNOR, Tom. What happened to ISIS? U.S. and Syria near total victory over Jihadis, but may turn on each other next. **Newsweek**, 27 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.newsweek.com/what-happened-isis-us-syria-near-total-victory-jihadis-may-turn-each-other-998334>>. Acesso em 10/07/2018.
- PINKERTON, James P. How Donald Trump Just Ended the Cold War for Good. **The American Conservative**, 13 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.theamericanconservative.com/articles/how-donald-trump-just-ended-the-cold-war-for-good/>>. Acesso em 10/07/2018.
- RAHN, Kim. Sweeping local elections victory gives boost to Moon's North Korea policy. **The Korea Times**, 13 jun. 2018. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2018/06/113_250617.html>. Acesso em 10/07/2018.
- REUTERS. Trump says nixing Iran nuclear deal would not hurt North Korea talks. **Reuters**, Washington, 30 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-nuclear-iran-trump/trump-says-nixing-iran-nuclear-deal-would-not-hurt-north-korea-talks-idUSKBN1I11Z3>>. Acesso em 10/07/2018.
- SANG-HUN, Choe. How He Brought Trump and Kim Jong-un Together. **The New York Times**, 9 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/09/world/asia/moon-jae-in-trump-kim-jong-un.html>>. Acesso em 10/07/2018.
- SANG-HUN, Choe. 'Major Disarmament' Expected in North Korea Within Trump's First Term, Pompeo Says. **The New York Times**, 13 jun. 2018a. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/06/13/world/asia/trump-kim-summit-north-korea.html>>. Acesso em 10/07/2018.
- SE-HWAN, Bak. Rightwing protestors claim 'time to bomb NK'. **The Korea Herald**, 27 abr. 2018. Disponível em: <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20180427000661&ACE_SEARCH=1>. Acesso em 10/07/2018.
- SE-HWAN, Bak. How Trump-Kim summit will affect local elections in South Korea. **The Korea Herald**, 11 jun. 2018a. Disponível em: <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20180611000654&ACE_SEARCH=1>. Acesso em 10/07/2018.
- SMITH, David. The anti-Obama: Trump's drive to destroy his predecessor's legacy. **The Guardian**, 11 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2018/may/11/donald-trump-barack-obama-legacy>>. Acesso em 10/07/2018.
- SO-HYUN, Kim. Speaker 'ashamed' at parliament's failure to support Panmunjeom Declaration. **The Korea Herald**, 29 mai. 2018. Disponível em:

<http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20180529000652&ACE_SEARCH=1>. Acesso em 10/07/2018.

STEIN, Robin; TIEFENTHÄLER, Ainara; RENEAU, Natalie. Kim Jong-un's Extreme Makeover. **The New York Times**, 7 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/video/world/asia/100000005872698/from-dictator-to-diplomat-kim-jong-uns-extreme-makeover.html>>. Acesso em 10/07/2018.

STUSTER, Dana J. 10 years after Saddam, is Iraq a U.S. ally?. **Foreign Policy**, 9 abr. 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2013/04/09/10-years-after-saddam-is-iraq-a-u-s-ally/>>. Acesso em 10/07/2018.

SWANSON, Ana. U.S. and China Expand Trade War as Beijing Matches Trump's Tariffs. **The New York Times**, Washington, 15 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/06/15/us/politics/us-china-tariffs-trade.html>>. Acesso em 10/07/2018.

TABRIZY, Nilo. John Bolton wants Regime Change in Iran. What's his alternative?. **The New York Time**, 8 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/video/world/middleeast/100000005842749/john-bolton-wants-regime-change-in-iran-whats-his-alternative.html>>. Acesso em 10/07/2018.

THE ASSOCIATED PRESS. S. Korea's Moon visits Vietnam to deepen bilateral trade ties. **The Asahi Shimbun**, 23 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.asahi.com/ajw/articles/AJ201803230050.html>>. Acesso em 10/07/2018.

THE KOREA TIMES. 'New Northern Policy'. **The Korea Times**, Editorial, 25 jun. 2018. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/opinion/2018/06/137_251237.html>. Acesso em 10/07/2018.

THE WHITE HOUSE. **Joint Statement of President Donald J. Trump of the United States of America and Chairman Kim Jong Un of the Democratic People's Republic of Korea at the Singapore Summit**. The White House, Statements & Releases, 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/joint-statement-president-donald-j-trump-united-states-america-chairman-kim-jong-un-democratic-peoples-republic-korea-singapore-summit/>>. Acesso em 10/07/2018.

THRUSH, Glenn; LANDLER, Mark. Why Trump, After North Korea's Test, Aimed His Sharpest Fire at the South. **The New York Times**, Washington, 3 set. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/09/03/us/trump-north-south-korea-nuclear.html>>. Acesso em 10/07/2018.

TROTTA, Daniel. Iraq war costs U.S. more than \$2 trillion: study. **Reuters**, New York, 14 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-iraq-war-anniversary/iraq-war-costs-u-s-more-than-2-trillion-study-idUSBRE92D0PG20130314>>. Acesso em 10/07/2018.

UNITED NATIONS PEACE MAKER. **The July 4 South-North Joint Communiqué**. United Nations Peace Maker, Peace Agreements Database, 4 jul. 1972. Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/korea-4july-communicue72>>.

UNITED NATIONS PEACE MAKER. **Agreement on Reconciliation, Non-Aggression, and Exchanges and Cooperation between South and North Korea**. United Nations Peace Maker, Peace Agreements Database, 13 dez. 1991. Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/korea-reconciliation-nonaggression91>>.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Operation Roundup Hits ISIS Remnants in Iraq, Syria**. U.S. Department of Defense, Combined Joint Task Force Operation Inherent Resolve News Release, 1 Jun. 2018.

Disponível em: <<https://www.defense.gov/News/Article/Article/1537594/operation-roundup-hits-isis-remnants-in-iraq-syria/>>. Acesso em 10/07/2018.

USTR [UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE]. **USTR Issues Tariffs on Chinese Products in Response to Unfair Trade Practices**. Office of the United States Trade Representative, Press Releases, Washington, 15 jun. 2018. Disponível em: <<https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2018/june/ustr-issues-tariffs-chinese-products>>. Acesso em 10/07/2018.

VINHA, da Luís. Previsivelmente incoerente: uma análise preliminar da política externa de Donald Trump, **Relações Internacionais**, no. 55, Lisboa, set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992017000300002>. Acesso em 10/07/2018.

VISENTINI, Paulo F.; PEREIRA, Analúcia D.; MELCHIONNA, Helena H. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. Editora Unesp: São Paulo, 2015.

WHAN-WOO, Yi. Olympics are over. Will peace continue?. **The Korea Times**, 18 mar. 2018. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2018/03/103_245792.html>. Acesso em 10/07/2018.

WHAN-WOO, Yi. Korea strengthens partnership with India. **The Korea Times**, 8 jul. 2018. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2018/07/113_251892.html>. Acesso em 10/07/2018.

WALT, Stephen M. The Art of the Regime Change. **Foreign Policy**, 8 mai. 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/05/08/the-art-of-the-regime-change/>>. Acesso em 10/07/2018.

WALTZ, Kenneth N. 1979. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill.

WARRICK, Joby; NAKASHIMA, Ellen; FIFIELD, Anna. North Korea now making missile-ready nuclear weapons, U.S. analysts say. **Washington Post**, 8 ago. 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/national-security/north-korea-now-making-missile-ready-nuclear-weapons-us-analysts-say/2017/08/08/e14b882a-7b6b-11e7-9d08-b79f191668ed_story.html?utm_term=.d5fe5a03847d>. Acesso em 10/07/2018.

WORLD POLITICS REVIEW. The Strategy Behind South Korea's Outreach to Southeast Asia. **World Politics Review**, The Editors, 14 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.worldpoliticsreview.com/trend-lines/23612/the-strategy-behind-south-korea-s-outreach-to-southeast-asia>>. Acesso em 10/07/2018.

WORLD POLITICS REVIEW. South Korea and Vietnam Set Ambitious Trade Targets, With 'Almost Identical' Strategic Goals. **World Politics Review**, The Editors, 4 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.worldpoliticsreview.com/trend-lines/24505/south-korea-and-vietnam-set-ambitious-trade-targets-with-almost-identical-strategic-goals>>. Acesso em 10/07/2018.

YONHAP. S. Korea's mediation diplomacy seen as rarity in international politics. **The Korea Herald**, Singapore, 12 jun. 2018. Disponível em: <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20180612000089&ACE_SEARCH=1>. Acesso em 10/07/2018.

YONHAP. Korea to push in earnest for peace, prosperity in autumn summit: Seoul official. **The Korea Herald**, 2 jul. 2018a. Disponível em: <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20180702000546&ACE_SEARCH=1>. Acesso em 10/07/2018.

*Recebido em 3 de dezembro de 2018.
Aprovado em 16 de março de 2019.*

RESUMO

Este artigo analisa a conjuntura internacional da recente reaproximação entre as Coreias. Destaca-se o papel do contexto do equilíbrio de poder no Leste Asiático, marcado pelo desenvolvimento das capacidades nucleares e missilísticas norte-coreanas e pelo novo governo sul-coreano de Moon Jae-in, assim como as conexões entre os teatros de conflito do Leste Asiático e o Oriente Médio, a partir dos interesses estratégicos dos Estados Unidos na competição hegemônica com a China.

Palavras-chave: Reaproximação entre as Coreias; Programa nuclear norte-coreano; Equilíbrio de poder no Leste Asiático.

ABSTRACT

This article analyses the international conjuncture of recent rapprochement between the two Koreas. It highlights the context of the balance of power in East Asia, with the development of north korean nuclear and missile capabilities and the Moon Jae-in south korean government, as well as the connexion among the theatres of conflict in East Asia and Middle East, followed by strategic interests of the United States in the hegemonic competition with China.

Key-words: Korean rapprochement; North Korean nuclear programme; East Asian balance of power.

REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ: CONTEXTO, POLÍTICA EXTERNA E TRINTA ANOS DE RELAÇÕES COM O BRASIL (1989-2019)

Socialist Republic of Vietnam: context, foreign policy and thirty years of relations towards Brazil (1989-2019)

*Carolina Pereira de Souza*¹

Introdução

No âmbito acadêmico brasileiro, sobretudo na área de Relações Internacionais, os estudos sobre países asiáticos ainda são raros e em grande medida, direcionados à China e à Índia. Essa inclinação é compreensível e justificável se observarmos o mapa da Ásia e prestarmos atenção nas mudanças que estão ocorrendo no mundo. Segundo relatório da PWC (2017), a China e a Índia serão as duas maiores economias mundiais em 2050. Entretanto, os demais países da região também serão afetados por esse crescimento econômico. Por exemplo, a Indonésia está na 4ª posição desse ranking, enquanto a previsão é que o Vietnã seja a economia que mais se desenvolverá nesse período, alcançando crescimento do PIB *per capita* anual de 5,1% e partindo de 32ª economia mundial para 20ª em 2050.

A relação entre Brasil e países da Ásia está em construção constante. Paulatinamente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a diplomacia brasileira tem construído uma tradição universalista. Durante os anos 1970, na medida em que a economia brasileira se desenvolvia, o universalismo atingiu seu apogeu e o Brasil aprofundou relações com países em desenvolvimento e desenvolvidos nos cinco continentes (LAMPREIA, 1996). A medida em que o Brasil acumulava relações bilaterais, seu papel internacional se modificou e o país ganhou ênfase como parceiro comercial, aliado e país capaz de intermediar conflitos internacionais (LESSA, 1998). No continente asiático, o Brasil mantém relações tradicionalmente com o Japão, Índia e Coreia do Sul, por exemplo. Recentemente, as relações entre o Brasil com países como Singapura, Malásia e demais países da ASEAN também tem se intensificado na medida em que as duas organizações regionais, ASEAN e MERCOSUL, se aproximam.

¹Graduada em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina. Email: carolina_p@ymail.com

A Ásia é também um continente importante no esforço de diversificação de mercados dos produtos brasileiros e no fortalecimento do Brasil como ator global. De acordo com o Embaixador Veloso (2017, p.240), o Sudeste Asiático é uma região “politicamente estável, com sólidas perspectivas de crescimento econômico e forte disposição de interagir com atores externos”. Além disso, a região tem algumas características e objetivos semelhantes aos brasileiros, o que cria oportunidades de desenvolvimento mútuo por meio da cooperação.

Objetiva-se trabalhar nessa pesquisa o vínculo bilateral entre Brasil e Vietnã desde o estabelecimento das relações em 1989. Além da oportuna comemoração do aniversário de estabelecimento das relações com o Vietnã, os estudos brasileiros sobre esse país ainda são precários, quando não inexistentes. A pesquisa busca também iniciar, e incentivar, o estudo de outros países asiáticos e de sua importância para o Brasil. Além disso, procura-se compreender por que as relações entre esses dois países se intensificaram nos últimos anos, e se essa escalada tem paralelo com as relações com os demais países da ASEAN.

Como veremos, o estabelecimento de relações diplomáticas com outros países auxiliou o desenvolvimento do Vietnã na década de 1990 e nos anos 2000. Ainda hoje, o crescimento econômico vietnamita baseia-se nas boas relações com vizinhos e no estabelecimento de relações com parceiros em outros continentes. Consequentemente, estudar a história desse país, sua política externa e interna e suas relações com o Brasil pode nos ensinar sobre: outras culturas e formas de pensar a política externa, relações internacionais, nosso próprio país, suas forças e suas fraquezas, bem como oportunidades futuras.

Para alcançar tal objetivo, utiliza-se uma revisão bibliográfica sobre a história recente do Vietnã, bem como sua política externa. Ademais, emprega-se meios de comunicação de ambas as embaixadas, além de sites de divulgação de notícias do governo vietnamita, documentos disponíveis e relatórios de dados para conseguir realizar a pesquisa. Houve tentativa de entrevistar representantes de ambos os países, infelizmente sem sucesso. A comparação das relações entre Brasil e Vietnã, e entre Brasil e demais países da ASEAN se dará sob a análise do número de visitas oficiais realizadas e do volume de trocas comerciais recentes. Veremos que as relações entre Vietnã e Brasil estão em processo de desenvolvimento e que tendem a aumentar consideravelmente nos próximos anos.

Por fim, para buscar um panorama geral, incluindo o contexto vietnamita nas últimas décadas, sua política externa, e relações bilaterais Brasil-Vietnã, o artigo está dividido em três seções. A primeira abordará brevemente o contexto vietnamita após o fim da Guerra do Vietnã (1945-1975)², tratando das conjunturas internas e internacionais. Na segunda seção, procuro demonstrar quais foram as mudanças na política externa vietnamita após a renovação, *Đổi Mới*, e qual é a atual estratégia da política externa do país. Na terceira seção, analiso o histórico de relações entre Brasil e Vietnã, abordando visitas oficiais, apoios em instituições multilaterais, valor das trocas comerciais, bem como produtos importantes para essa relação.

²Alguns historiadores preferem separar esse conflito contra os franceses da guerra contra os Estados Unidos mais tarde, mas os dois estão interligados e tem questões externas e internas similares, além do envolvimento americano ser perene, portanto nessa pesquisa, a exemplo de Caputo (2005), tratarei da Guerra do Vietnã como um único conflito. No Vietnã, essa guerra é conhecida como Guerra Americana.

República Socialista do Vietnã: contexto na segunda metade do século XX e início do século XXI

Os franceses invadiram o Vietnã em 1858 sob as ordens de Napoleão III, finalizando o breve período em que o Império vietnamita esteve reunido. A estrutura do governo vietnamita foi destruída e substituída por uma burocracia francesa, que desenvolveu a agricultura e a mineração no país criando a falsa impressão de prosperidade. Enquanto uma classe burguesa surgiu, a maior parte da população empobreceu. Por exemplo, se antes da invasão francesa a maior parte da população era alfabetizada, em 1939 a taxa de população alfabetizada caiu para 15%. Foram as injustiças sociais desse período que deram as bases para os movimentos nacionalistas posteriores (TAYLOR, 2013).

Em 1930, o jovem Hồ Chí Minh³ funda o Partido Comunista Vietnamita. Dez anos mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão invade o Vietnã, ainda colônia francesa. Nesse momento, Hồ Chí Minh, líder do partido comunista, convoca o povo à luta. Somente no norte vietnamita, aproximadamente 1 milhão de pessoas morreram de fome nesse período por conta das políticas japonesas de envio da produção de arroz para seu país e seus combatentes. Devido às circunstâncias, um grupo liderado por Hồ Chí Minh cria a Việt Minh (Liga para Independência do Vietnã) com o apoio dos Estados Unidos (EUA), que na Segunda Guerra Mundial também combatia o Japão (TUCKER, 1999).

Em 1945, após a rendição do Japão na Guerra Mundial, a Việt Minh declara a Independência do Vietnã. Os acontecimentos durante a retirada do Japão e disputas de grupos internos no país, até a proclamação da República Democrática do Vietnã são conhecidos como a “Revolução de Agosto” (OLSEN, 2006). Durante a Conferência de Potsdam os países aliados dividiram o país no paralelo 16°, sendo a reconstrução e controle do norte responsabilidade chinesa e os britânicos responsáveis pelo sul do Vietnã. O governo chinês percebeu que não poderia retirar o governo de Hanói sem sofrer uma revolução popular. Portanto, pressionou para que o grupo liderado por Ho incluísse grupos nacionais não-comunistas no governo. Enquanto os britânicos tiveram que negociar com os franceses que ainda possuíam tropas no Sul.

A Việt Minh se recusou a aceitar a independência de somente metade do país o que deu início a Guerra do Vietnã. Havia alguns grupos internos na disputa pelo poder no norte e no sul, além dos países estrangeiros envolvidos no conflito. Diversas batalhas ocorreram, principalmente nas áreas rurais, até que em Điện Biên Phủ, os vietnamitas cercaram uma base importante francesa e venceram a batalha que fez com que os franceses negociassem a saída do país. Em 1954, franceses e representantes da Việt Minh firmaram um acordo dividindo o país no paralelo 17°, criando a República Democrática do Vietnã ao norte com Hanói como capital e com o apoio da União Soviética, e a República do Vietnã no sul sob o comando de Bảo Đại, com o apoio dos Estados Unidos. Esse acordo foi negociado na Conferência de Genebra e definia que em um ano

³ A vida de Nguyễn Sinh Cung e sua influência na Independência do Vietnã por si só já são assunto para mais de um artigo científico. Entretanto, não faz parte do objetivo desse artigo explicar sua história e ações em prol de seu país. Hồ Chí Minh (aquele que ilumina) nasceu em Kiem Lan em 1890 e morreu em Hanói em 1969. Aos 21 anos de idade Ho é expulso da escola onde estudava por traduzir um documento escrito pelos trabalhadores rurais vietnamitas com reivindicações aos franceses. Já na lista negra da polícia francesa, ele começou a trabalhar como cozinheiro em um navio francês, onde viaja o mundo todo, inclusive conhece o Rio de Janeiro em 1912 (SELEME, 2018), morou em Nova York e em Boston e admirava os Estados Unidos pela defesa da independência e autodeterminação dos povos. Em 1919, já em França, Hồ Chí Minh, com alguns colegas, escreve para Woodrow Wilson pedindo ajuda para libertar seu povo e seu país dos franceses (LANGER, 2005). Ho se une ao Partido Comunista Francês em 1920 e depois tem uma longa jornada até voltar ao Vietnã e criar o Partido Comunista Vietnamita.

ocorrerem eleições no país para reunificação. Os EUA, entretanto, se recusaram a cumprir o acordo (HIRSCHMAN; PRESTON; LOI, 1995).

Enquanto o Vietnã do Norte começou a reconstrução do país com a certeza de que Hồ Chí Minh venceria as eleições, no Vietnã do Sul, o primeiro ministro Ngô Đình Diem tomou o poder de Bảo Đại e estabeleceu um governo autoritário, com o apoio dos Estados Unidos. Os Estados Unidos durante o conflito com o Vietnã também sofreram uma grave divisão. O país, que é conhecido como a nação da liberdade dos povos e de expressão, e que, além disso, apoiou no início a independência do país através da Việť Minh, agora apoiava um país colonialista contra sua colônia. Essa mudança se deu, quando o contexto da Guerra Fria se formou. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a troca de Presidentes no poder dos Estados Unidos e a pressão para conter o avanço do comunismo pelo mundo (TAYLOR, 2013). Com a tomada do poder na China pelos comunistas em 1948, as autoridades responsáveis pela segurança e estratégia nos EUA, junto com o Presidente, começaram a acreditar em uma teoria conhecida como teoria do dominó: caso o Vietnã “caísse” nas mãos dos comunistas, os demais países do sudeste asiático ficariam vulneráveis ao comunismo (NIXON *apud* TURLEY, 2008, p. 15).

O conflito ao mesmo tempo internacional e nacional levaria ainda vinte anos até ter um desfecho. O Vietnã do Norte enviava suprimentos e tropas para os vietcongs⁴ no Sul através da trilha Hồ Chí Minh que seguia pelo Laos e Camboja. No início, os vietnamitas tiveram apoio dos chineses com armas e tropas, o que possibilitou que mais vietnamitas fossem ao Sul para lutar (1954-1957). Mas aos poucos, com a deterioração das relações entre China e União Soviética, a China deixou de ser um aliado do Vietnã (OLSEN, 2006). Enquanto isso, os EUA cada vez mais forneciam suprimentos, armas, treinamento e tropas para o exército do Vietnã do Sul. As estimativas de mortes são altas, somente contra os americanos estimam-se que os vietnamitas tenham perdido entre 966 mil a 3,8 milhões de pessoas, os números são imprecisos, porque a maior parte dos corpos não eram resgatados ou encontrados. Os EUA, por sua vez, perderam aproximadamente 58 mil vidas, além deles, outros países como Tailândia, Camboja, Laos e Coreia do Sul sofreram perdas significativas (HIRSCHMAN; PRESTON; LOI, 1995).

A libertação⁵ de Saigon ocorreu oficialmente no dia 30 de abril de 1975, iniciando um período de reunificação do país sob a égide do comunismo norte e sul vietnamita. A maioria dos oficiais da República do

⁴É importante lembrar que existiam dois grupos comunistas nesse conflito. Embora os dois mantivessem contato e tivessem ligações, as decisões foram tomadas por autoridades dos dois grupos. O primeiro grupo era o de comunistas no Vietnã do Norte. A divisão do país se deu através da Conferência de Genebra em 1954, que dividiu o país em dois, sendo o norte sob a égide do governo comunista/nacionalista e o sul sob a égide do monarca, e mais tarde de diferentes presidentes, apoiados pelos Estados Unidos. Quando o acordo foi assinado e o país dividido, estabeleceu-se um prazo para que os simpatizantes de cada lado se movessem: comunistas para o norte, capitalistas para o sul. Alguns simpatizantes comunistas, entretanto, não deixaram o Sul e ficaram para atuar como resistência, já que em um ano o país deveria se reunir sob um presidente. A reunião não ocorreu como estabelecido e no início dos anos 1960 esse grupo de resistência se tornou a Frente Nacional para a Libertação do Vietnã, um exército cujos combatentes ficaram conhecidos como “vietcongs” (CAPUTO, 2005).

⁵Os discursos sobre qualquer guerra não são universais ou neutros e esse caso não seria diferente. A tomada de Saigon pelos exércitos comunistas do Sul e do Norte é conhecida como a “Queda de Saigon” pela mídia ocidental, com algumas exceções. Ao mesmo tempo, o nome oficial dado pelos vietnamitas e utilizados, ou ao menos discutidos, em alguns outros meios de comunicação é a “Libertação de Saigon”. É comum ouvirmos dizer que os vencedores das guerras escrevem a história, mas nesse caso a “queda” de Saigon é o termo mais comum. Em respeito à vitória vietnamita utilizarei o termo “libertação”, visto que a guerra também ocorreu em um contexto de luta contra invasores/colonizadores, esse argumento e escolha sugere contradições e mais considerações sobre o tema, que poderão ser desenvolvidos em artigo subsequente.

Vietnã do Sul foi enviada para campos de “reeducação” e adequação à vida em um país socialista/comunista. Além disso, um sistema de registro de pessoa foi implementado para garantir que as famílias que tivessem apoiado o governo sul-vietnamita fossem punidas através da restrição de empregos, educação e até rações ou porções de comida (TAYLOR, 2013). Os comunistas do Sul também foram marginalizados pelo governo de Hanói, que enviou centenas de pessoas sem nenhuma, ou pouca, preparação sobre agricultura para “novas áreas econômicas”, regiões afastadas no interior do país, onde o governo tentava coletivizar as terras com grande resistência das famílias rurais.

Durante a tentativa de transição para um governo socialista-stalinista, foram tomadas propriedades de famílias ricas, a inflação aumentou, pessoas foram transferidas para propriedades rurais e depois voltavam clandestinamente para as cidades. A pobreza extrema em que o país se encontrava, agravada pelo fracasso das reformas socialistas, forçou o governo de Hanói a retomar alguns incentivos privados, principalmente com fazendeiros para produção de alimentos. Essas pequenas mudanças melhoraram a vida nas áreas rurais durante os anos 1980, apesar de as populações urbanas ainda sofrerem com falta de produtos e alimentos e com uma infraestrutura deteriorada (TAYLOR, 2013).

Junto à desordem interna somou-se o contexto internacional. União Soviética e China disputavam influência na região, principalmente na fronteira Vietnã-Camboja. Essa fronteira foi estabelecida pelos franceses, mas era muito similar a que existia desde os séculos XVII e XVIII graças a aquisições vietnamitas do território cambodiano. Essas aquisições, entretanto, não eram aceitas pelos nacionalistas que tomaram o poder do país em 1975 sob o comando do líder conhecido como Pol Pot (TUCKER, 1999). Dois anos mais tarde, os ataques à vietnamitas nessas regiões começaram com o apoio militar e financeiro da China. Além disso, o cenário de guerra-fria havia mudado, de um bloco entre China e União Soviética contra Estados Unidos, para a união de Estados Unidos e China contra a União Soviética. Incapaz de conseguir normalizar as relações com Estados Unidos, os vietnamitas então assinam um acordo com a União Soviética para derrubar o governo do Camboja antes que a China pudesse responder. Taylor (2013) afirma que essa decisão deixou o país cercado por inimigos pelos próximos 10 anos e com uma fina linha de ligação com os países do bloco soviético.

O governo cambojano do Khmer vermelho é derrotado em poucos dias em 1978, a China até invade o norte do Vietnã por algum tempo no ano seguinte, mas depois de destruir a infraestrutura administrativa e econômica se retira. Alguns conflitos internos no Camboja tem como consequência a manutenção de tropas vietnamitas no país até 1989, quando o bloco soviético começa a se desmanchar e o conflito começa a não ter sentido (TUCKER, 1999). As décadas de 1980 e 1990 foram cruciais para o país. Com a inexistência de um mundo bipolar, o conflito com o Camboja termina e as relações com a China são normalizadas. Além disso, o Vietnã consegue entrar na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Internamente, o então líder do partido comunista, Lê Duẩn, que governou ao lado de Hồ Chí Minh durante parte da guerra contra os Estados Unidos morreu em 1986. Em seu lugar Nguyễn Văn Linh é eleito Secretário Geral, durante o VI Congresso Nacional. Linh foi líder do partido comunista do Sul desde 1975 e conhecido por defender o capital privado desde os anos 1970, o que causou conflitos e sua abdicação do

Politburo em 1982. Vãn Linh influenciou na retirada do controle do Estado sobre alguns setores como mercados, religiões, atividades culturais e jornalismo. Foi ele quem deu início à reformas que são conhecidas como *Đổi Mới* (renovação). Linh em seus primeiros discursos se desculpou pelas políticas econômicas do país, incentivou o investimento estrangeiro, convidou jornalistas a escreverem sobre corrupção e abuso, permitiu a publicação de críticas ao partido, ao mesmo tempo em que tentava renovar antigos templos e heranças culturais da revolução (TAYLOR, 2013).

A *Đổi Mới* estabeleceu uma economia que podemos chamar de economia de mercado com orientação socialista (KARADJIS, 2005). O objetivo dessa economia seria o desenvolvimento do socialismo, segundo o próprio Linh: “queremos alcançar o socialismo, mas queremos ir de avião e não de bicicleta” (SHENON, 1998). Nesse modelo, o Estado desempenha um papel decisivo no controle da economia, mas a iniciativa privada e as cooperativas desempenham o papel principal na produção de mercadorias, podemos considerar essa reforma como baseada no estilo chinês (HOANG *et al*, 2011). A economia vietnamita presenciou um alto e estável crescimento no período de 1992 a 1997. Esse crescimento está associado ao sucesso das políticas econômicas *Đổi Mới* e à melhora no contexto internacional. Porém, a crise financeira asiática de 1998 também afetou o país, que passou de um crescimento entre 8% e 9% ao ano para 4% a 5% nos três anos seguintes (THO, 2003). Segundo dados da Unicef (2013), no período entre 2008 e 2012, entre a juventude⁶ há uma taxa de 97,5% de homens e 96,7% de mulheres alfabetizadas. Cerca de 17% da população estava abaixo da linha de pobreza (USD1,25 por dia) no país, no período entre 2007 e 2011.

Na primeira década do século XXI a relação entre Vietnã e China se mostrou mais importante, especialmente para as lideranças do Vietnã. Qualquer mudança política que substitua o Partido Comunista na China tornará muito difícil para o Partido Comunista vietnamita se manter no poder (TAYLOR, 2013). Por outro lado, o aumento do nacionalismo em ambos os países, nos últimos anos, acirrou desacordos. O governo vietnamita acusa a China de ter uma postura de dominação na região, principalmente sob as ilhas no Mar do Sul da China. Apesar dos números progressivos econômicos do país, os dados de desigualdade de distribuição de renda não são claros. Com todas as controvérsias, entretanto, as políticas *Đổi Mới* foram as principais responsáveis pelo Vietnã do século XXI, no próximo tópico veremos o que mudou na política externa vietnamita durante as políticas de renovação e qual o contexto das relações entre o país e a América Latina.

Política externa do Vietnã: a *đổi mới* e o início do século XXI

A partir de meados da década de 1980, o Vietnã começou um período de transição. Segundo Abuza (2001), uma das principais mudanças ocorreu no plano de desenvolvimento do país. Antes baseado em um modelo stalinista com planejamento estatal, controle de preços e pesada industrialização. A partir desse momento, o país se baseava em um modelo de economia orientada para o exterior, com base no comércio internacional, investimento internacional, empréstimo bi e multilateral e interdependência econômica. Atualmente, as duas instâncias centrais de poder são o Comitê Central do Partido Comunista Vietnamita

⁶ Compreendida entre as idades de 15 a 24 anos.

(PCV), com cerca de 200 integrantes, e o Politburo, com 19 membros. Cabe ao Comitê Central do PCV escolher, entre os membros do Politburo, o secretário-geral do PCV. O governo é chefiado pelo secretário-geral do PCV, Nguyễn Phú Trọng; pelo presidente⁷, e pelo primeiro-ministro, Nguyễn Xuân Phúc. O presidente da República (chefe de estado) e o primeiro-ministro (chefe de governo) têm mandatos de cinco anos, renováveis uma vez (SENADO FEDERAL, 2018).

Como vimos, no contexto do pós-guerra, o Vietnã teve sua relação com os vizinhos desgastada. Para que essa reforma funcionasse, o Vietnã precisava desenvolver suas relações com outros países. A política externa do Vietnã começou a enfatizar o cultivo de “amigos” no exterior e o engajamento na comunidade internacional através da coexistência pacífica com China, Estados Unidos e a ASEAN (ELLIOT, 2012). Como resultado do reforço de sua diplomacia, o número de países com que o Vietnã possuía relações subiu de 23, em 1985, para 163 países em 1995. Além disso, dez anos antes o país já havia se unido à Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), ainda em 1995 o Vietnã se uniu à ASEAN e se aplicou para ser membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, conseguindo esse status em 2007 (CHAPMAN, 2017).

Na política externa, a *Đổi Mới* se caracterizou pela abertura do país à comunidade internacional. Podemos considerar a política externa do Vietnã a partir desse período como uma política externa multidirecional. Na definição de Chapman (2017, p.34) uma política externa multidirecional visa “diversificar as relações para colher o máximo possível de benefícios políticos, econômicos, sociais e de segurança, enquanto se protege contra ameaças potenciais em uma ordem internacional multipolar cada vez mais integrada”. Tendo em conta que o Vietnã é um país relativamente pequeno em território e tem uma história de relações assimétricas com a China, essa política é uma forma de prevenir que o país sofra de um efeito de balança ou *bandwagon* com algum outro Estado “maior”, enquanto protege sua soberania e autonomia.

Em 2003, a reunião do 8º Comitê Central resultou na Resolução nº8 que diverge das abordagens anteriores que tratavam de amigos e inimigos do país. Nessa nova resolução é incorporado os conceitos de parceiro (*doi tac*) e oponente (*doi tuong*) na tentativa de demonstrar que uma relação pode ser desenvolvida mesmo que existam temas de cooperação e alguns interesses conflitantes, simultaneamente (PHAM, 2011). No Vietnã, a política externa multidirecional tem três pilares principais que são: a) as parcerias estratégicas/compreensivas; b) Acordos comerciais e c) o multilateralismo (CHAPMAN, 2017).

Parcerias estratégicas são acordos entre dois “atores” para estabelecer uma relação mais próxima de trabalho em diversas áreas sem a necessidade de assimilar uma ameaça, ou um inimigo em comum (NADKARNI, 2010). A Política Externa do Vietnã inclui uma série de termos para denotar o nível e os mecanismos da relação: parcerias compreensíveis, parcerias estratégicas, parcerias estratégicas extensivas, parcerias compreensivas-estratégicas, parcerias estratégico-compreensivas e parceria cooperativa compreensiva-estratégica (THAYER, 2013). A diferença entre cada uma ainda não está clara, pois os próprios

⁷ Até setembro de 2018, o Presidente do Vietnã era Trần Đại Quang, que morreu por conta de uma infecção viral. Em seu lugar, assumiu o posto a Presidente da Assembleia Nacional: Nguyễn Thị Kim Ngân. Em outubro de 2018, foi eleito unanimemente para o cargo de presidente o então Secretário Geral do PCV. Trọng será o primeiro a ocupar simultaneamente duas das posições mais importantes do país desde a morte de Hồ Chí Minh (VU, 2018).

políticos vietnamitas precisam criar ainda uma definição para cada uma delas (LE, 2013). Segundo Chapman (2017), o conteúdo de cada parceira pode variar, mas geralmente as parcerias compreensivas são menos densas. Para termos alguns exemplos: a China é caracterizada como uma parceria cooperativa compreensiva-estratégica, a Rússia é classificada como parceria compreensiva-estratégica, o Japão é tido como um parceiro extensivo estratégico, a Índia tem uma parceria estratégico-compreensiva, países como Espanha, Coreia do Sul e Reino Unido são classificados como parcerias estratégicas, enquanto o Brasil, dentre outros países incluindo os Estados Unidos, tem uma relação compreensiva (CHAPMAN, 2017, p.39-40).

O desenvolvimento econômico é um interesse estratégico para o Vietnã, e desde a *Đổi Mới* esse tema adentrou o rol de questões de segurança nacional. Uma política externa multidirecional, aliada a acordos internacionais permite que o país continue se desenvolvendo. Desde os anos 2000, o país experimenta um crescimento de em média 6% no PIB anual e desde 2009 o país é caracterizado como de renda média (NGUYEN, 2015). Além disso, o Vietnã também empenha-se em evitar a dependência de um único parceiro comercial, como aconteceu durante a Guerra Fria. Em 2016, o Ministro da Indústria e Comércio garantiu que acordos comerciais são uma abordagem efetiva para integração dentro de uma economia global e de fortes cooperações econômicas. O maior parceiro econômico, e estratégico, do Vietnã, atualmente, é a China, correspondendo a um total de 28,6% das importações do país e 12,4% das exportações do país em 2017 (WTO, 2017).

O terceiro mecanismo no qual se apoia a política externa do Vietnã é o multilateralismo. A participação em fóruns multilaterais é um dos principais auxiliares da manutenção pacífica de disputas territoriais que o país ainda tem, principalmente acerca do Mar territorial, outrossim de dar voz ao país nas relações internacionais. Ademais, a participação nessas organizações trouxe benefícios econômicos ao país e auxiliou no seu desenvolvimento. Nesse sentido, a ASEAN e a APEC são peças chaves para a política externa vietnamita. Além de servir como uma forma de contrabalancear as relações com a China, a participação efetiva dentro desses organismos permitiu ao país reforçar uma abordagem proativa multilateral no cenário internacional (CHAPMAN, 2017).

Portanto, a partir da *Đổi Mới*, e mais intensificamente no século XXI, o Vietnã começou a reconhecer outros países como poderes emergentes: Rússia, China e Índia. Além disso, passou a incentivar uma “integração proativa na economia internacional enquanto ao mesmo tempo expande a cooperação internacional em outros domínios”⁸ (THE COMMUNIST PARTY OF VIETNAM *apud* CHAPMAN, 2017, p.33). Em 2013, a resolução nº22 também reivindicou uma integração positiva e proativa, aumentando consideravelmente o escopo para além da economia, incluindo temas como segurança, defesa, cultura e temas sociais. No mesmo ano, o primeiro Ministro Nguyễn Tấn Dũng emitiu a diretiva nº15/CT-TTg, que levou ao estabelecimento de um Comitê Diretor Nacional de Integração Internacional, dividido em duas agências inter-relacionadas. A primeira trata dos assuntos de integração política, segurança e defesa nacional e a

⁸Texto no original: “proactive integration into the international economy whilst at the same time expanding international cooperation into other domains”. Todas as traduções desse artigo, em que não estejam sinalizados os tradutores responsáveis, são de autoria própria.

segunda ocupa-se de temas relacionados à integração social, cultural, científica, tecnológica, de educação e treinamento (THAYER, 2017).

O plano de estratégia de política externa do país no período de 2020 a 2030 continua no mesmo caminho, dando destaque para o multilateralismo, aprofundamento da integração entre os países da ASEAN, tratados econômicos com outros países e regiões. Nesse sentido, a América Latina, como um todo, é uma das regiões que o país considera estratégica para seu desenvolvimento na próxima década. A região e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) são vistos como mercados chave para aperfeiçoar a efetividade de sua integração internacional e para diminuir sua dependência de mercados com alto risco (VGP, 2016). As exportações vietnamitas correspondem a 77% do seu Produto Interno Bruto anual. Portanto, o papel de mercados e regiões onde o país possa expandir suas relações é especialmente estratégico (DUNG, 2015).

A assinatura do Acordo Abrangente e progressivo para a Parceria Transpacífico (CPTPP) foi importante para o Vietnã nesse sentido, pois incrementou as relações do país com países latinos como México, Peru e Chile. No caso do México, o Vietnã já é o 8º maior parceiro comercial, com um crescimento anual de trocas entre 10% e 15%. Enquanto isso, o México é o segundo maior importador latino do Vietnã, atrás somente do Brasil (EMBAIXADA DO VIETNÃ NO MÉXICO, 2018). Em 2014, pela primeira vez, o comércio entre Peru e Vietnã superou a marca de 200 milhões de dólares (EMBAIXADA DO PERU NO VIETNÃ, 2014). Quatro anos mais tarde, o Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros também afirmou que vê o Chile como um dos mais importantes parceiros na América Latina (NHÂN DÂN, 2018). No ano de 2016, o comércio entre Vietnã e Chile chegou a mais de 1 bilhão de dólares (NHÂN DÂN, 2017).

De acordo com o relatório do Ministério de Comércio e Indústria, o Vietnã tem atualmente relações comerciais com todos os países da América Latina. O valor total das trocas comerciais entre o país e a região subiram de 245 milhões de dólares em 2000, para 13.45 bilhões de dólares em 2017. No ano de 2021, o país espera alcançar a cifra de 18 bilhões de dólares em trocas comerciais com a América Latina (VGP, 2018). Na próxima seção buscamos demonstrar as circunstâncias das relações entre Brasil e Vietnã.

Brasil e Vietnã: contexto e histórico das relações entre os dois países

O Brasil nos anos 1980 passou por um processo de redemocratização, após mais de 20 anos de ditadura civil-militar (1964-1985). Durante o período de 1986 a 1990, o Ministro das Relações Exteriores, Roberto Costa de Abreu Sodré, orientou a política externa do país para, dentre outras coisas, o “desenvolvimento das relações com a Ásia” (BARRETO, 2012a, p. 57). Durante esse período, as relações Brasil e China se intensificaram, com o país realizando 70 visitas de missões oficiais ao Brasil em 1987. O Presidente do Brasil no período, José Sarney de Araújo Costa, também visitou a China em junho de 1988. Enquanto isso, os diálogos com o Japão continuaram acerca das possibilidades econômicas e comerciais e da celebração da comunidade nipônica no Brasil. Em 1988, segundo Barreto (2012a), o Príncipe Fumihito visitou o Brasil para a celebração dos 80 anos da imigração japonesa. O crescimento econômico dos países conhecidos como “Tigres Asiáticos” também atraiu a atenção do governo brasileiro.

Após as retiradas de tropas vietnamitas do Camboja e das reformas econômicas que, mesmo mantendo o controle estatal, permitiram o desenvolvimento do livre mercado, o Vietnã apresentou números de crescimento rápido na agricultura e indústria. Desse modo, no dia 08 de maio de 1989 o Brasil estabeleceu relações com o país. O Ministro Roberto Abreu afirmou que o estabelecimento das relações com o Vietnã e Cuba foi possível graças à “superação de barreiras e preconceitos ideológicos” (BARRETO, 2012a, p.121). Entretanto, a embaixada brasileira em Hanói só foi inaugurada em 1994, enquanto a embaixada vietnamita foi inaugurada em 2000 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES). As relações entre os dois países se expandiram no decorrer dos anos 1990 concomitante com a expansão das relações internacionais vietnamitas.

Em julho de 1995, o Presidente Clinton anunciou o estabelecimento das relações dos EUA com Hanói. As relações entre China e Vietnã também se desenvolveram ocasionando a reabertura de linhas ferroviárias, cooperação econômica e solução parcial de controvérsias fronteiriças. O Vietnã demonstrou interesse em estreitar o diálogo com o Brasil desde que as relações foram estabelecidas e, em outubro de 1995, o Presidente do Vietnã, Lê Đức Anh, visitou o Brasil e foi assinado o Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum entre as duas Chancelarias (EMBAIXADA DO BRASIL EM HANÓI). Segundo a Folha de S. Paulo (1995), a visita se deu também para tratar de assuntos comerciais. Essa foi a primeira viagem de um Chefe de Estado vietnamita à América Latina. Na ocasião o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995, p. 161, 162), afirmou que “[...] o Vietnã é um caso de sucesso que deve estimular a cooperação entre os dois países” e que “nós queremos uma parceria com [...] esse Vietnã fortalecido pela reforma e pela estabilização”. Na ocasião, o ex-presidente brasileiro também admitiu que ainda havia muito a ser feito, mas que o Brasil tinha a intenção de “criar e implementar acordos bilaterais em áreas de interesse concreto” repercutindo na relação econômica e comercial dos países bem como na cooperação técnica, científica e cultural (CARDOSO, 1995, p.162).

As relações continuaram se desenvolvendo aos poucos, quando em 2003 ocorreu a visita de missão político-empresarial brasileira, chefiada pelo Deputado Federal Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara. A equipe participou na feira “Vietnam International Industrial Fair 2003” - “VIIF 2003” (EMBAIXADA DO BRASIL EM HANÓI). Em novembro do mesmo ano, o Ministro da Defesa do Vietnã, Phạm Văn Trà, visitou o país. No ano seguinte, novamente o Presidente do país, agora Trần Đức Lương, veio ao Brasil acompanhado de uma delegação de altas autoridades, funcionários de diversos níveis e empresários. Dentre os temas da agenda estavam: “as possibilidades de cooperação na área da produção de etanol; o processo de acesso do Vietnã à OMC; a concessão bilateral recíproca de tratamento de nação mais favorecida; e a reforma da ONU” (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2004).

Em 2006, é a vez do Presidente da Assembleia Nacional do Vietnã realizar uma visita. Durante os encontros oficiais em Brasília, Nguyễn Văn An declarou o apoio oficial do Vietnã à candidatura do Brasil a um acento permanente no Conselho de Segurança da ONU (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2006). Em 2007, é inaugurada a Câmara de comércio Brasil-Vietnã com o objetivo de prestar assistência nos assuntos relacionados ao relacionamento comercial, industrial, técnico e financeiro entre o Brasil e o Vietnã. No

mesmo ano, foi assinado o Acordo de Cooperação em Saúde e Ciências médicas durante a visita do secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã, Nông Đức Mạnh, ao Brasil. Na ocasião o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmou o apoio brasileiro à candidatura do Vietnã a um acento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU no período entre 2008-2009 e destacou o potencial do incremento das relações bilaterais através dos diálogos entre ASEAN e MERCOSUL (SILVA, 2007, p. 154).

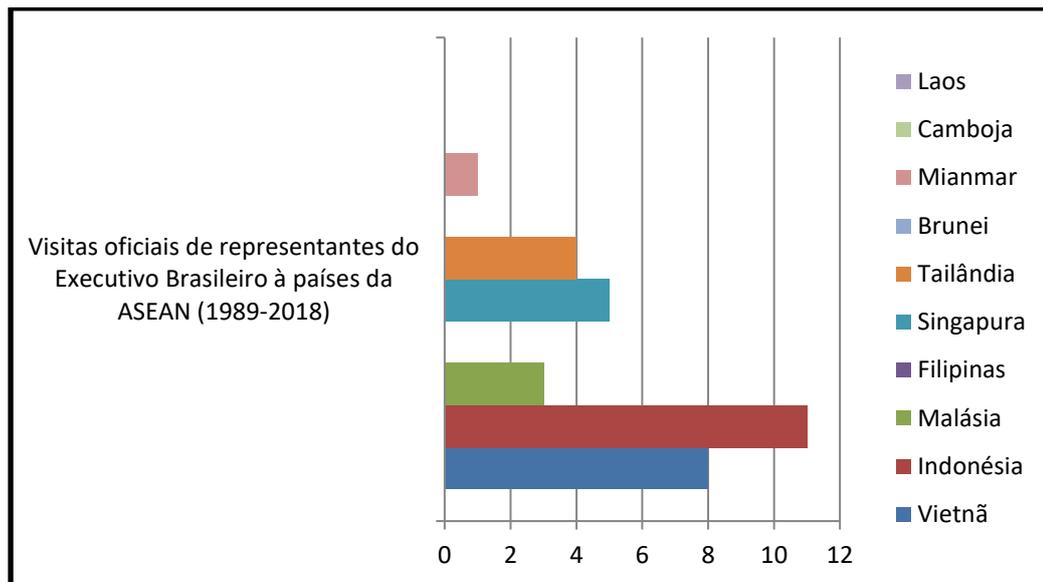
Entretanto, a primeira visita de destaque de um representante brasileiro ao Vietnã só ocorreu em 2008. Em fevereiro desse ano, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, visitou o país. Em março, passaram pelo país o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes, acompanhado dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Aldemir Santana e Geraldo Mesquita Júnior. Em julho do mesmo ano, a convite do Presidente da República do Vietnã, o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou o país. Na ocasião, foi recebido pelo Presidente da República Socialista do Vietnã, Nguyễn Minh Triết; pelo Primeiro Ministro, Nguyễn Tấn Dũng, pelo Presidente da Assembléia Nacional, Nguyễn Phú Trọng, e pelo Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nông Đức Mạnh.

Durante a visita foram assinados alguns acordos nas áreas de cooperação científica e tecnológica e esportes, destaca-se o Acordo de Cooperação na Luta contra a fome e a pobreza. Estabeleceu-se também comissão mista para avaliar o andamento das relações bilaterais entre Brasil e Vietnã. Até aquele momento nenhum Tratado havia sido assinado, mas a PetroVietnam e a Petrobrás discutiam a possibilidade de realizar operações conjuntas. Entre outros temas, a visita pretendia discutir o intercâmbio de variedades de cana-de-açúcar, estratégias de aumento de renda para agricultura familiar, a capacitação de recursos humanos e a facilitação de contatos entre empresas dos dois países (UCHOA, 2008).

Nos anos seguintes, altas autoridades de ambos os países trocaram visitas. Destacamos a visita ao Vietnã do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em julho de 2012, e do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira em julho de 2015. Em 2012 o Brasil também aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012a). Em 2015, a Presidente Dilma Rouseff visitou o país. Em maio de 2015, a vice-Presidente do Vietnã também visitou o Brasil. Mais recentemente, em setembro de 2017, o Ministro das Relações Exteriores, Aluysio Nunes Ferreira, foi ao país do sudeste asiático para reafirmar o engajamento do Brasil com a região (FERREIRA, 2018). Em 2018, o vice Primeiro Ministro vietnamita, Vương Đình Huệ, veio ao Brasil e na ocasião foram assinados um Acordo Sobre Serviços Aéreos e um Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura de ambos os países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES). Em maio de 2018, o Ministro de relações Exteriores brasileiro visitou o país novamente. Atualmente, existem dois canais de diálogos entre os dois países: (a) as reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, cuja sexta e última edição ocorreu em 30 de junho de 2017, em Brasília; e (b) a Comissão Mista, cuja segunda reunião ocorreu em abril de 2012, também em Brasília (SENADO FEDERAL, 2018).

Portanto, somando as visitas oficiais de representantes do Partido Comunista do Vietnã e os maiores cargos de poder do País, o Brasil recebeu 8 visitas oficiais vietnamitas, entre 1994 e 2018. Somam-se também 8 visitas oficiais ao Vietnã, por representantes do Executivo Brasileiro, entre 2008 e 2018. Além dessas visitas oficiais, outras visitas parlamentares e de representantes do legislativo e da indústria foram realizadas entre os países. As visitas oficiais de representantes do Executivo brasileiro aos demais países da ASEAN, a partir e 1989, estão demonstradas no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Visitas oficiais de representantes do Executivo Brasileiro à países da ASEN (1989 – 2018)



Fonte: Gráfico criado pela autora com dados retirados do portal do Ministério das Relações Exteriores (2019), de acordo com o relatório das relações bilaterais do Brasil com cada um dos 10 países.

Camboja, Laos, Brunei e Filipinas não receberam a visita oficial de um representante do Executivo brasileiro até 2018. O Vietnã é o segundo país mais visitado do grupo, atrás de Indonésia. Para fins de comparação, as visitas da mesma natureza à países como China, Japão e Coreia do Sul foram, respectivamente: 18, 17 e 1. Outro país da região com quem o Brasil tem contato, por pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, é o Timor-Leste, que recebeu 4 visitas no mesmo período. O único país a receber visitas antes do período compreendido no gráfico foi a Tailândia, que recebeu a visita do ex-presidente Artur da Costa e Silva, em 1967.

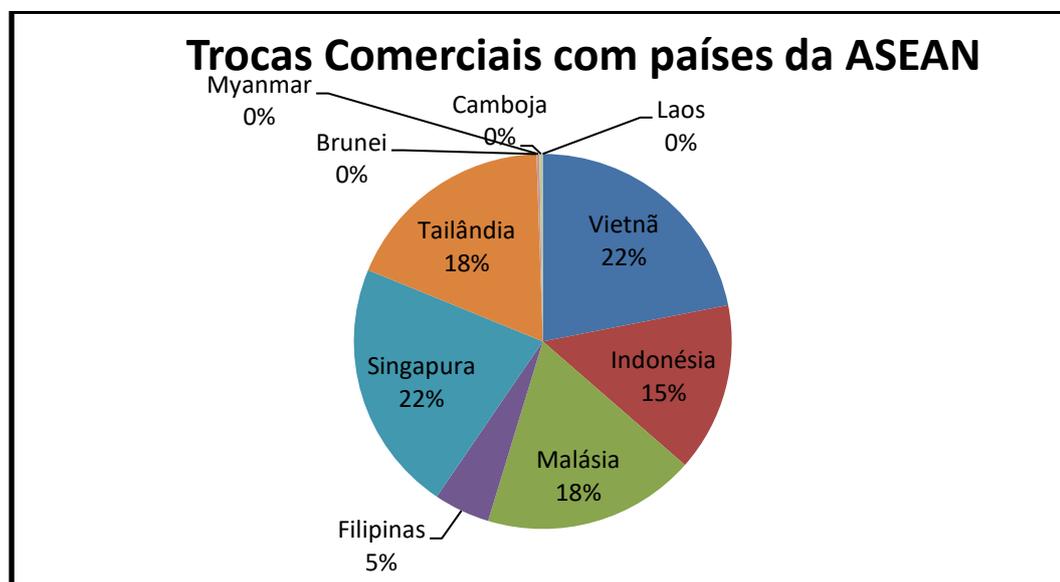
O Brasil e o Vietnã também tem uma relação de troca de votos em organismos multilaterais. Segundo a Embaixada do Brasil em Hanói, por exemplo, o Vietnã manifestou apoio à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); e o Brasil apoiou a eleição do Vietnã a um assento não-permanente, no biênio 2008-2009, e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2014. Além disso, o Brasil foi um dos primeiros países a concluir as negociações bilaterais com vistas à acessão do Vietnã à OMC, enquanto o país respaldou a candidatura do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos de 2016 (SENADO FEDERAL, 2018). O Vietnã candidatou-se novamente ao CSNU para o mandato 2020-2021

– candidatura apoiada pelo Brasil. Como é candidato único da região Ásia-Pacífico, deverá ser eleito pela Assembleia Geral das Nações prevista para junho de 2019.

O volume de trocas comerciais entre o dois países passou de US\$ 47 milhões em 2003 para US\$ 322 milhões em 2007, com superávit de US\$ 109 milhões para o Brasil (AGÊNCIA ESTADO, 2008). No ano de 2010, o fluxo de comércio já somava USD936,5 milhões e em 2017 os valores totais chegaram a 3.92 bilhões de dólares (MDIC). As principais exportações brasileiras são de farelo de soja, ração animal, trigo, couros, madeiras, algodão, carnes, seda e fumo (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012b). O Brasil exporta também, em menor grau, aços, veículos de transporte, máquinas e aparelhos mecânicos e produtos químicos. Por outro lado, o Brasil tem importado do Vietnã peças de telefones, calçados esportivos, eletro-eletrônicos, motores e suas partes, fibras têxteis, laminados de aço, borracha, pescados, têxteis e confecção (EMBAIXADA DO BRASIL EM HANÓI).

Para fins de comparação, o comércio total do Brasil com a ASEAN em 2018 foi de US\$19,419 bilhões. No mesmo ano, o comércio com o Vietnã foi de US\$ 4,252 bilhões. Países como Singapura, Malásia, Indonésia e Tailândia com relações mais antigas com o Brasil estabelecidas em 1967, 1959, 1953 e 1959, respectivamente, tem valores similares de trocas comerciais, embora não alcancem o valor das trocas com o Vietnã, à exceção de Singapura, como é possível verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Trocas comerciais com países da ASEAN



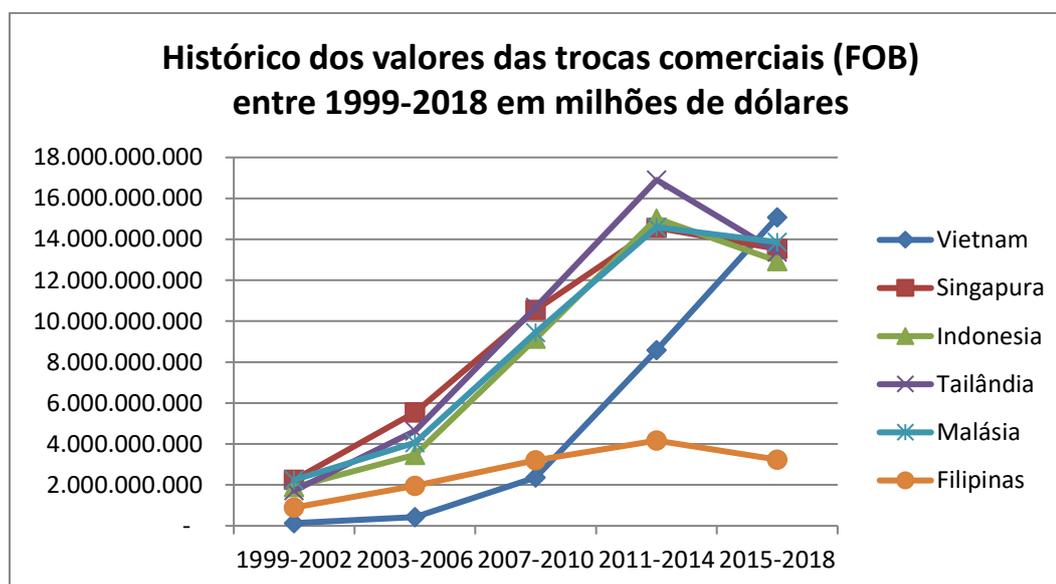
Fonte: Gráfico criado pela autora com dados disponíveis no portal do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2019).

O Vietnã teve o maior valor de trocas com o Brasil dentre os países da ASEAN em 2018, uma diferença de 33 milhões de dólares em relação à Singapura. A balança comercial de 2018 teve saldo negativo de aproximadamente 389 milhões de dólares para o Brasil. O valor de trocas entre Brasil e Vietnã é próximo ao valor de trocas entre Brasil e Singapura, e o saldo da balança comercial com Singapura foi positivo em quase 3 bilhões de dólares. Essa diferença é consequência das alterações recentes do mercado industrial vietnamita,

que passou de exportador de produtos agrícolas à exportador de produtos manufaturados e também ao fato de que a Singapura importa do Brasil tecnologias relacionadas a perfuração ou exploração de Petróleo e óleos combustíveis com alto fator agregado.

Historicamente, os países com trocas comerciais relevantes (que superam 0% dentro da ASEAN) e com relações mais duradouras com o Brasil como é o caso de Tailândia, Malásia, Singapura e Indonésia tiveram um crescimento paralelo e contínuo durante o período de 2003 a 2014, com leve queda no quadriênio 2015-2018. O Vietnã teve um crescimento paralelo ao desses países, porém um pouco mais tarde, no período entre 2007 e 2018, como é possível observar no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Histórico dos valores das trocas comerciais (FOB) entre 1999 – 2018 em milhões de dólares



Fonte: Gráfico criado pela autora com dados históricos disponíveis no portal do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2019b).

O esforço para aprimorar as relações com os países do Sudeste Asiático faz parte do processo de universalização das relações do Brasil e fortalece suas habilidades como ator global, em um mundo onde a globalização permite que as distâncias geográficas se tornem cada vez menos relevantes. Além disso, o Sudeste asiático, como um todo, é uma região com perspectivas de crescimento econômico e forte disposição de interagir com atores externos. Em 2017, o subsecretário geral da região Ásia-Pacífico brasileiro afirmou que o sudeste asiático já tem sua importância, como polo produtivo e financeiro da economia global, consolidado (LAMAZIERE, 2017). A região é o terceiro maior mercado asiático e o 6º maior destino de produtos nacionais brasileiros. O aprofundamento das relações com essa região também faz parte do redimensionamento da política externa brasileira para a Ásia (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2017).

Considerações Finais

Em 2018, o novo governo brasileiro eleito, nomeou o diplomata Ernesto Araújo como novo Ministro das Relações Exteriores para 2019. A política externa do novo Ministro se apresenta como uma diplomacia livre de ideologias, que seguirá uma política universalista na medida em que possa “construir algo bom e produtivo com cada parceiro” (ARAUJO, 2019). Em seu discurso de posse o atual ministro declarou que a política externa brasileira será contra a “oikofobia”, “teofobia” e o “globalismo”. A aproximação com os Estados Unidos garantiu conversas entre o chanceler brasileiro e o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, sobre sistema de governo autoritários na América Latina (REUTERS, 2019).

No dia 13 de fevereiro de 2019, o embaixador do Vietnã no Brasil, Do Ba Khoa, visitou o vice-presidente brasileiro Hamilton Mourão. Durante as conversas o representante brasileiro afirmou que a embaixada brasileira unirá esforços a vietnamita no sentido de estreitar as relações entre os dois países, principalmente no âmbito econômico. O vice-presidente brasileiro também alegou que gostaria de visitar o Vietnã em um futuro próximo (EMBAIXADA DO VIETNÃ NO BRASIL, 2019). Como vimos, o desenvolvimento de boas relações com os vizinhos e grandes países foi importante para a estratégia de avanço econômico vietnamita e o Vietnã desenvolveu a ideia de que interesses conflitantes não impede o estabelecimento e progresso de relações com outros países. Além disso, a atuação em foros multilaterais e acordos bilaterais são parte da estratégia da política externa desse país.

No caminho de aprimorar as relações do Brasil com outras regiões do mundo e principalmente com a Ásia, as trocas comerciais e as relações diplomáticas com os países da ASEAN cresceram nos últimos anos. Esse crescimento é paralelo ao crescimento das relações entre Brasil e Vietnã. O Brasil é hoje o maior parceiro do Vietnã na América Latina e, embora nos últimos anos nossa balança econômica tenha sido negativa para o Brasil, essa relação pode render bons frutos e aumentar o campo de influência brasileira. Durante a sabatina do atual Embaixador do Brasil no Vietnã, Fernando Apparício da Silva, o mesmo afirmou que o Brasil pode voltar a ter saldo positivo em sua balança comercial (REDAÇÃO, 2018). O mercado vietnamita ainda carece de muitos produtos e a população vietnamita tem taxas de crescimento contínuas.

Como o Estado vietnamita é controlado por um partido, o Vietnã tem um plano de desenvolvimento a longo prazo, assim sendo, podemos acertar que, no que depender da parte vietnamita, as relações com o Brasil vão se desenvolver ainda muito mais nos próximos anos, não só economicamente, mas culturalmente e tecnologicamente também. A Universidade Nacional de Hanói atualmente tem um curso de língua portuguesa com cerca de 200 alunos (EMBAIXADA DO BRASIL EM HANOI, 2018). Desde o princípio do estabelecimento das relações entre ambos os países, como pude observar, o Vietnã demonstrou interesse para que essa relação se fortificasse. Entretanto, só recentemente o Brasil iniciou um esforço no sentido de fazer com que as relações entre ambos se solidificassem. Portanto, isso pode ser uma evidência de que essa relação ainda pode trazer muitos frutos, desde que ambas as partes tenham interesse.

REFERÊNCIAS

- ABUZA, Z. **Renovating politics in contemporary Vietnam**. London: Lynne Rienner, 2001.
- AGÊNCIA ESTADO. Lula faz a primeira visita de um presidente do Brasil ao Vietnã. **G1 Globo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL641362-5601,00-LULA+FAZ+A+PRIMEIRA+VISITA+DE+UM+PRESIDENTE+DO+BRASIL+AO+VIETNA.html>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.
- ARAUJO, Ernesto. **Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 16 de abril em 2019.
- BARRETO, F. M. **A política externa após a redemocratização**. Tomo I. Brasília : FUNAG, 2012a.
- _____. **A política externa após a redemocratização**. Tomo II. Brasília : FUNAG, 2012b.
- CAPUTO, P. **10,000 Days of Thunder: A History of the Vietnam War**. Atheneum Books for Young Readers, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso por ocasião do jantar ao Presidente do Vietnam**. Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente do Vietnã, Senhor Le Duc Anh. Brasília, 10 de outubro de 1995.
- CHAPMAN, N. Mechanisms of Vietnam's Multidirectional Foreign Policy. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**. Vol. 37, n.2, 2017, p. 31-69.
- DUNG, T. D. **Economic relations between Vietnam and other South American countries for the period 1991 – 2011**. Hanoi National University: 2015. Disponível em: <http://repository.vnu.edu.vn/bitstream/VNU_123/7082/1/02050003470.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2018.
- ELLIOT, D. W. P. **Changing Worlds: Vietnam's Transition from Cold War to Globalization**. New York: Oxford University Press, 2012.
- EMBAIXADA DO BRASIL EM HANOÍ. **Relações Brasil-Vietnam**. Disponível em: http://hanoi.itamaraty.gov.br/pt-br/relacoes_brasil-vietnam.xml. Acesso em: 26 de novembro de 2018.
- _____. **Relatório de Gestão**: Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão. 2018.
- EMBAIXADA DO PERU NO VIETNÃ. **Trade Statistics**. 2014. Disponível em: <<https://www.peruembassy.vn/en/trade-and-investments/thong-ke-thong-tin-thuong-mai-peru-vietnam-4.html>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.
- EMBAIXADA DO VIETNÃ NO BRASIL. **Đại Sứ ĐỖ Bá Khoa Chào Xã Giao Phó Tổng Thông Bra-Xin**. 2019. Disponível em: <<https://vnembassy-brasilia.mofa.gov.vn/vi-vn/News/EmbassyNews/Trang/%C4%90%E1%BA%A0I-S%E1%BB%A8-%C4%90%E1%BB%96-B%C3%81-KHOA-CH%C3%80O-X%C3%83-GIAO-PH%C3%93-T%E1%BB%94NG-TH%E1%BB%90NG-BRA-XIN.aspx>>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

- EMBAIXADA DO VIETNÃ NO MÉXICO. **México destaca cooperação comercial com Vietnã**. 2018 Disponível em: <<https://vnembassy-mexico.mofa.gov.vn/vi-vn/News/EmbassyNews/Trang/default.aspx>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.
- FERREIRA, Aloysio Nunes. O Brasil em direção à Ásia. O Globo. In: MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Ano 46, nº 122. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2018.
- FOLHA DE S. PAULO. **Governo se prepara para mês de visitas**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/03/brasil/26.html>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.
- HIRSCHMAN, C; PRESTON, S; LOI, V. M. Vietnamese Casualties During the American War: A New Estimate. **Population and Development Review**. v.21, nº4, p. 783- 812, 1995.
- HOANG, V. Q. NHUE, D. V. HOUTTE, D.V. DUNG, T. T. The Entrepreneurial Facets as Precursor to Vietnam's Economic Renovation in 1986. **IUP Journal of Entrepreneurial Development**, Vol. VIII, N. 4, 2011, p. 6-47.
- KARADJIS, M. Socialism and the market: China and Vietnam compared. **Links International Journal of Socialist Renewal**, No. 27. Disponível em: <<http://links.org.au/node/14>>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.
- LAMAZIERE, Georges. O lugar do sudeste asiático na política externa brasileira (Correio Braziliense, 05/09/2017). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/outras-autoridades-artigos/17397-o-lugar-do-sudeste-asiatico-na-politica-externa-brasileira-correio-braziliense-05-09-2017>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. **A Política Externa Brasileira**. Conferência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 29 de março de 1996.
- LANGER, H. J. **The Vietnam War: An Encyclopedia of Quotations**. Westport: Greenwood, 2005.
- LE, H. H. VN Bi "Lam Phat" Doi Tac Chien Luoc. **BBC Vietnam**. 2013. Disponível em: www.bbc.com/vietnamese/forum/2013/04/130418_vn_lam_phat_doi_tac_chien_luoc. Acesso em: 09 de novembro de 2018.
- LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira Política Internacional**, 41, n. especial 40 anos, p. 29-41, 1998.
- MDIC. **Comex Vis: Países Parceiros**. 2019. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/comex-vis/frame-pais>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.
- _____. **Comex Vis: Países Parceiros. Vietnã**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/comex-vis/frame-pais?pais=vnm>>. Acesso em: 28 de novembro de 2018.
- _____. **Séries históricas: blocos e países**. 2019b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/series-historicas>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Carta de Adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático**. Nota 287, 2012a. Disponível em: <<http://relacoesexteriores.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3214-carta-de-adesao-ao-tratado-de-amizade-e-cooperacao-no-sudeste-asiatico>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

- _____. **Como exportar Vietnã**. Brasília: MRE, 2012b.
- _____. **Relações Bilaterais**. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/relacoes-bilaterais>>. Acesso em: 11 de abril de 2019.
- _____. **República Socialista Do Vietnã**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5408-republica-socialista-do-vietnam>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.
- _____. Viagem do ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Sudeste Asiático – 5 a 12 de setembro de 2017. Nota 299. 2017. Disponível em: <<http://relacoesexteriores.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17380-viagem-do-ministro-aloysio-nunes-ferreira-ao-sudeste-asiatico-5-a-12-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.
- _____. Visita Oficial ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional do Vietnã. In: MINISTÉRIO AS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de política exterior do Brasil**. Ano 33, nº 98. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.
- _____. **Visita Oficial ao Brasil do Presidente do Vietnã, Tran Duc Luong**. In: MINISTÉRIO AS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de política exterior do Brasil**. Ano 31, nº 95. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2004.
- NGUYEN, Q. **Vietnam's ASEAN Strategic Objectives since the 1986 Doi Moi Reform**. Scholars' Press, 2015.
- NHÂN DÂN. **Deepening comprehensive partnership between Vietnam and Chile**. Politics, 2017. Disponível em: <<http://en.nhandan.com.vn/politics/editorial/item/5628102-deepening-comprehensive-partnership-between-vietnam-and-chile.html>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.
- _____. **Vietnam sees Chile as leading Latin-American partner: Deputy PM**. Politics, 2018. Disponível em: <<http://en.nhandan.com.vn/politics/item/6604802-vietnam-sees-chile-as-leading-latin-american-partner-deputy-pm.html>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.
- OLSEN, Mari. **Soviet-Vietnam Relations and the role of China, 1949-1964: changing alliances**. Londres e Nova York: Routledge, 2006.
- PHAM, Q. M. The East Asia Security Environment in the Beginning of the Twenty-First Century and the Adjustments in Vietnamese Foreign Policy. **Asia Pacific Review**, Vol. 18, nº1, 2011, p. 98-108.
- PWC. **The Long View: How will the global economic order change by 2050?** 2017. Disponível em: <<https://pwc.to/2KR55rn>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.
- REDAÇÃO. Brasil pode voltar a ter superávit com o Vietnã, avalia diplomata sabatinado pela CRE. **Senado Notícias**, 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/08/brasil-pode-voltar-a-ter-superavit-com-o-vietna-avalia-diplomata-sabatinado-pela-cre>>. Acesso em: 16 de abril de 2019.
- REUTERS. **Pompeo, Brazil's new government target Cuba, Venezuela, Nicaragua**. World News. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-brazil-venezuela/pompeo-brazils-new-government-target-cuba-venezuela-nicaragua-idUSKCN1OW0VQ>>. Acesso em: 16 de abril de 2019.
- SELEME, A. **A passagem de Ho Chi Minh pelo Rio de Janeiro**. Nocaute (blog), 2018. Disponível em: <<https://nocaute.blog.br/2018/07/16/a-passagem-de-ho-chi-minh-pelo-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

- SENADO FEDERAL. MENSAGEM Nº 73, DE 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/Admins/Desktop/Carol/ARTIGO%20VIETNA/DOC-Avulso%20inicial%20da%20mat%C3%A9ria-20180712.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2018.
- SHENON, P. Nguyen Van Linh, Vietnam's Ex-Party Chief, Dies at 82. **New York Times**, New York, 28 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1998/04/28/world/nguyen-van-linh-vietnam-s-ex-party-chief-dies-at-82.html>>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. Visita Oficial ao Brasil do Senhor Nong Duc Manh, Secretário-Geral do Partido Comunista da República Socialista do Vietnã. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh, no Palácio do Itamaraty, Brasília. In: MINISTÉRIO AS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de política exterior do Brasil**. Ano 34, nº 100. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2007.
- TAYLOR, K. W. **A History of the Vietnamese**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- THAYER, C. A. The US-Vietnam Comprehensive Partnership: What's in a Name? **The Strategist**. 2013. Disponível em: www.aspistrategist.org.au/the-us-vietnam-comprehensive-partnership-whats-in-a-name/. Acesso em: 09 de novembro de 2018.
- _____. Vietnam's Foreign Policy in an Era of Rising Sino-US Competition and Increasing Domestic Political Influence. **Asian Security**. Vol. 13, nº 3, 2017, p. 183-199.
- THO, T. V. Economic development in Vietnam during the second half of the 20th century: How to avoid the danger of lagging behind. In: NAM, B. T. PHAM, C. D. (Eds.). **The Vietnamese Economy: Awakening the dorming dragon**. Routled Curzon, 2003.
- TUCKER, Spencer C. **Vietnam**. Londres: UCL Press Limited, 1999.
- TURLEY, W. **The Second Indochina War: A Concise Political and Military History**. 2ª ed. Rowman & Littlefield Publisher, 2008.
- UCHOA, P. Vitória do Vietnã sobre EUA é motivo de orgulho, diz Lula. **BBC Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/080710_lulavietna_pu.shtml>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.
- UNICEF. Viet Nam. **Statistics**. 2013. Disponível em: https://www.unicef.org/infobycountry/vietnam_statistics.html. Acesso em: 30 de outubro de 2018.
- VELOSO, R. A. RELAÇÕES BRASIL-SUDESTE ASIÁTICO/ASEAN. In: BARBOSA, P. H. B. (org.). **Os desafios e oportunidades na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas**. Brasília: FUNAG, 2017.
- VGP, Governmental Portal Socialist Republic of Vietnam. **Overall strategy for international integration through 2020, vision to 2030**. 2016. Disponível em: <<http://www.chinhphu.vn/portal/page/portal/English/strategies/strategiesdetails?categoryId=30&articleId=10056863>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.
- _____. **VN-Latin America trade value heads to US\$18 bln**. 2018. Disponível em: <<http://news.chinhphu.vn/Home/VNLatin-America-trade-value-heads-to-US18-bln/201811/35158.vgp>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.
- VU, C. H. H. Meet Vietnam's New President: The Communist Party Chief. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/10/meet-vietnams-new-president-the-communist-party-chief/>. Acesso em: 19 de dezembro de 2018.

WTO, World Trade Organization. **Viet Nam.** 2017. Disponível em: http://webservices.wto.org/resources/profiles/TP/ZZ/2017/VN_e.pdf. Acesso em: 19 de novembro de 2018.

*Recebido em 19 de dezembro de 2018.
Aprovado em 16 de abril de 2019.*

RESUMO

O objetivo desse artigo é introduzir um estudo sobre o histórico de relações entre Brasil e Vietnã, desde seu estabelecimento em 1989. Um relatório da PWC (2017) indica que, nas próximas três décadas, o Vietnã será o país com o maior crescimento econômico (PIB per capita) do mundo, registrando uma média de 5,1% anualmente. Em um contexto onde 4 dos 7 maiores PIBs do mundo estarão na Ásia (previsão para 2050), esse crescimento é expressivo e merece atenção. Através de revisão bibliográfica da história recente do Vietnã, bem como uso de portais de ambos os governos e relatórios de pesquisa procura-se, em um primeiro momento, demonstrar as mudanças ocorridas recentemente no país e, em seguida, observar como se desenhou a política externa vietnamita no fim do século XX e início do século XXI. Por fim, a pesquisa aborda dados sobre visitas oficiais, apoio em instituições multilaterais e comércio bilateral entre Brasil e Vietnã.

Palavras-chave: Política externa, Ásia, Vietnã.

ABSTRACT

This article's aim is to introduce a research about the history of relations between Brazil and Vietnam since its establishment in 1989. A PWC's report (2017) indicated that, in the next three decades, Vietnam will be the country with the highest economic growth (GDP per capita) in the world, registering an average of 5.1% annually. In a context where 4 of the world's 7 largest GDPs will be in Asia (expected for 2050), this growth is significant and deserves attention. Through a bibliographic review of Vietnam's recent history, as well as use of portals from both governments and research reports, it seeks, in a first step, to demonstrate the recent changes that have taken place in the country and then to demonstrate how Vietnamese foreign policy was designed at the end of the 20th century and at the beginning of the 21st century. Finally, the research includes data on official visits, support in multilateral institutions and bilateral trade between Brazil and Vietnam.

Key-words: Foreign Policy, Asia, Vietnam.

UMA ANÁLISE DO COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR INDIANO COMO UM INSTRUMENTO DE AUTONOMIA ESTRATÉGICA

An analysis of the Indian military-industrial complex as a tool of strategic autonomy

João Miguel Villas-Bôas Barcellos¹

Introdução

A Índia, ex-colônia britânica, é um país com profundas raízes culturais e um passado que oscilou entre períodos de prosperidade e dominação. Sua burocracia foi formada, parcialmente, no período da dominação britânica e, de acordo com Raja Mohan (2013), foi o que permitiu que não houvesse uma desagregação territorial entre as diversas províncias e organizações histórico-identitárias regionais (MOHAN, 2013). Essa dominação teve fim em 1947, quando Mahatma Ghandi e Jawaharlal Nehru lideraram o movimento pela independência.

No entanto, buscaremos neste trabalho analisar a nação moderna do século XX, já muito influenciada pelo *modus operandi* do sistema interestatal capitalista (FIORI, 2015). Especificamente, analisaremos o Complexo Industrial-Militar² – ou Base Industrial de Defesa - do país.

A Índia buscou forjar uma ideia de grande potência, mesmo que no início, uma potência não agressiva e não-alinhada por influência do pensamento nerhuviano³. Contudo, os conflitos que marcaram o país já em seu início independente, com Paquistão, em 1947 e 1971 e com China, em 1962, além de uma série de ameaças constantes na fronteira, ajudaram a formar a necessidade de se construir capacidade militar para responder

¹É doutorando em Economia Política Internacional no PEPI-UFRJ e mestre na mesma área e mesma instituição. Fez graduação em Relações Internacionais na PUC -GO (2007) e especialização na mesma área na UCAM (2011). Pesquisador integrante do Núcleo de Avaliação da Conjuntura do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval. Tem interesse acadêmico em: Economia Política Internacional, a relação entre o processo de desenvolvimento e a geopolítica, pensamento estratégico brasileiro e indiano, Política Externa Brasileira e Indiana, complexo industrial-militar e política industrial voltada à defesa nacional. Email: joao.barcellos@pepi.ie.ufrj.br

² Este termo foi inicialmente cunhado pelo presidente estadunidense Dwight Eisenhower, em 1960, quando ele diz que o país deveria precaver-se de tornar-se refém da economia voltada para a guerra. Muitos estudiosos de Segurança e Defesa se apropriaram do termo para se referir à base industrial em que o Estado e agentes privados desenvolvem dispositivos do mais básico ao mais complexo no campo militar.

³ Conjunto de ideias que abarcam conceitos como não-alinhamento e pacifismo. Todavia é importante ressaltar que Nehru não descartava o uso do dispositivo militar e outras medidas consideradas como realistas. Outro elemento importante do pensamento nerhuviano é a ideia de ordem internacional justa e multipolar.

às ameaças e desafios então vigentes. Ou seja, o país desenvolverá seu pensamento estratégico em função de sua geografia, história e cultura (GEORGE, 1992). Muitos criticaram o “moralismo nehruviano”⁴ (CHENOY; CHENOY, 2007) – e também a ideologia da não-agressão de Gandhi - como força estagnadora do pensamento estratégico do país (SAGAR, 2009). Com efeito, será formada uma percepção de que o país deve ser uma grande potência⁵ e construir capacidades materiais de poder militar, econômico, bem como uma política externa capaz de representar a autonomia de uma grande civilização (NAYAR; PAUL, 2003).

Foi nesse contexto que o complexo industrial-militar indiano surgiu, ou seja, vem para responder às ameaças geopolíticas e para desenvolver capacidades militares suficientes aos planos de se transformar em uma potência mundial. Por isso, como veremos, houve um maior controle estatal da produção e do planejamento dos instrumentos de segurança do país. A maior parte do equipamento militar será produzido por empresas estatais e ou sob licença. Todavia, a partir de 2001, a iniciativa privada nacional será liberada para participar de concorrências maiores no setor de defesa, porém, sem ameaçar o quase absoluto controle das empresas públicas na área.

O trabalho está dividido em quatro partes, além da introdução e considerações finais: a primeira, que tratará do entorno geopolítico indiano; a segunda que buscará analisar o complexo industrial-militar do país como uma resposta aos desafios e ameaças geopolíticas; a terceira que examinará as empresas públicas e os projetos estratégicos e por fim, a quarta parte que discutirá a participação do setor privado nacional no campo da defesa- e, por fim, a conclusão.

O entorno geopolítico indiano e as ameaças potenciais

O almirante e geopolítico estadunidense, Alfred T. Mahan (1905), já dizia em seus escritos que o Índico é a chave de dominação asiática (MAHAN, 1905). Tal Oceano é geopoliticamente vital para a Índia, não apenas o entorno marítimo da grande península indiana, mas a extensão que vai do golfo iraniano ao estreito de Malaca. 95% do volume de comércio exterior do país passam pelo Índico (HAIDAR, 2018). Porém, suas fronteiras são frágeis e, como nos mostra a História, este fato foi elementar na formação da civilização indiana ao longo do tempo. Centenas de grupos militares e impérios diferentes invadiram o território atual da Índia com certa facilidade. De Alexandre o Grande (326 a. C), passando por Asoka – grande líder do Império Máuria no século quarto a. C -, Império Gupta (320-550 d. C), Império Mogol, que teve Babur como seu grande líder; até as invasões britânicas (KAPLAN, 2013). Esta sequência de invasões ilustra como a guerra forjou o subcontinente indiano e impôs uma necessária percepção estratégica da vigilância das fronteiras do país até os dias atuais.

⁴ É importante salientar, como argumentam Sagar e Panda (2015), que o termo é irônico e impreciso, pois nunca houve um consenso e um moralismo, em sentido negativo, nehruviano em si, mas sim uma gama de visões acerca do pensamento estratégico e da política externa indiana.

⁵ Utilizamos aqui o conceito de Mearsheimer (2001) que afirma que o poder material estatal é a soma da capacidade militar, que se desdobra em variadas formas, como o nuclear. Todavia, ressalta a importância do “poder latente” que se refere aos aspectos socioeconômicos que auxiliam na construção do poder militar.

A Índia tem ambições de projetar seu poder em toda esta área, além da costa Leste africana e seu entorno terrestre, que compreende a região denominada por Mackinder (1904) de *Heartland*, ou na visão de Spykman (1942), *Rimland*⁶, ou ainda, como salienta Kaplan “a Índia está assomando como Estado-pivô em essência” (KAPLAN, 2013, p. 233). Neste sentido, a expansão do poder indiano é notável e conflita com os interesses chineses, uma vez que, além do problema da Caxemira, a Índia realiza desde os anos 1990 constantes exercícios navais com nações ribeirinhas no “Mar do Sul da China”, região reivindicada pelo país chinês. Outro ponto importante da expansão do poder indiano é a ampliação de bases militares em regiões chave como Andamão e Nicobar, além da cooperação e uso de bases militares nas Maldivas.

Mapa 1 – Localização das ilhas de Andamão e Nicobar



Fonte: wellmake.co.

Há também o uso da marinha de guerra indiana em missões não convencionais como resgate, combate à pirataria e missões humanitárias. Exemplo desta última ocorreu com o tsunami de 2004, em que a Índia enviou navios com mantimentos para a Indonésia e o Sri Lanka. Outro fato relevante tem sido o crescimento dos exercícios navais conjuntos com nações amigas.

Além de projetar-se no Índico, a Índia vem buscando expandir seu poder e influência em regiões pouco tradicionais em seu histórico de relações diplomáticas estratégicas. Exemplo disso é a negociação para o estabelecimento de uma base aérea militar no Tadjiquistão - desde o fim dos anos 1990 - bem como de um acordo de cooperação militar com este. É importante salientar que o governo indiano reformou a base aérea

⁶ *Heartland* (Mackinder) e *Rimland* (Spykman) são regiões vinculadas à noção de dominação territorial e posicionamento estratégico.

de Ayni em 2007, mas não conseguiu ainda a liberação do governo tadjique. A base serve de ponto de apoio estratégico na delicada relação com o Paquistão (DUTTA, 2018).

Quando se analisa o tabuleiro geopolítico indiano percebe-se a complexidade das relações regionais e a confluência de interesses internacionais que pressionam o país. A Noroeste, na região do Rajastão, a Índia enfrenta uma constante instabilidade nas relações com o Paquistão que se desloca até a região Norte, lugar em que permanece o conflito na Cachemira. Ao Norte, estendendo-se ao Nordeste, na região do Himalaia, há fronteira com a China e algumas áreas em disputa como *Aksai Chin* e o vale de *Shaksgam* – reivindicadas pela Índia. A Leste, na região de *Arunachal Pradesh*, a China não reconhece a soberania indiana⁷.

No Índico, zona de influência e maior preocupação do país, nota-se uma ampla presença de grande potências, como Estados Unidos, China, França e Reino Unido. Tais países se inserem na região em proporções diferentes, pois há diferentes interesses e capacidades. Os Estados Unidos, até a eleição do presidente Donald Trump, tinha na Ásia um dos pilares da sua política externa. Todavia, houve uma mudança de grau de importância da região com a não adesão estadunidense ao TPP (*Trans-Pacific Partnership*) e uma agenda de maior concentração de energia para questões internas. Outro dado interessante é a presença militar estadunidense na região. Há forte concentração de tropas no Japão – base militar em Okinawa – na Coreia do Sul, além de bases militares em Djibuti e Diego Garcia – no Índico.

A China, por sua vez, é a grande potência que busca ter cada vez mais protagonismo na região. Com uma diplomacia agressiva conhecida como “colar de pérolas” (*String of Pearls*), estratégia que busca cercar a Índia em decorrência de uma atuação mais incisiva da China no Oceano Índico (KHURANA, 2008), o país vem expandindo sua influência e causando grandes preocupações a Nova Délhi.

Outra grande potência presente na região é a França. O país europeu mantém territórios ultramarinos, como as Ilhas Kerguelen, São Paulo e Amsterdam – extremo sul do Índico – e a Ilha Reunião. Além desses territórios o governo francês dispõe de uma base militar em Djibuti, como força auxiliar dos territórios citados (VERMA, 2010).

Por fim, o Reino Unido, antiga metrópole do país indiano, também uma grande potência, tem presença militar em seus territórios do Índico – Territórios Britânicos do Índico – Quênia e Brunei. É importante ressaltar que a presença de potências ocidentais na região do Índico não é percebida como um obstáculo ao governo indiano, mas sim uma possibilidade de cooperação. Há um esforço em firmar parcerias com os Estados Unidos (Diego Garcia, Djibuti e Guam), França (Ilhas Reunião) e países asiáticos, como Omã, Indonésia e Singapura. Em todos os casos a Índia busca acordos de facilitação do uso de bases militares para balancear a presença chinesa na região (PANDIT, 2018).

Os mapas abaixo ilustram bem a presença militar dos países supracitados na região⁸:

⁷ Vale recordar que Índia e China já entraram em guerra em 1962 e uma série de conflitos de fronteira, como em 1967 na região de “Sikkim” (Nathu La e Cho La), em 1987 no vale de Sumdorong Chu e as recentes escaramuças (2017) em Doklam, que envolveram também o Butão. Além dos problemas de reconhecimento acima é importante ressaltar que muitas das reivindicações territoriais advêm ainda do tempo colonial britânico, como a linha McMahon de 1914 estabelecendo uma fronteira do então Tibet com a Índia.

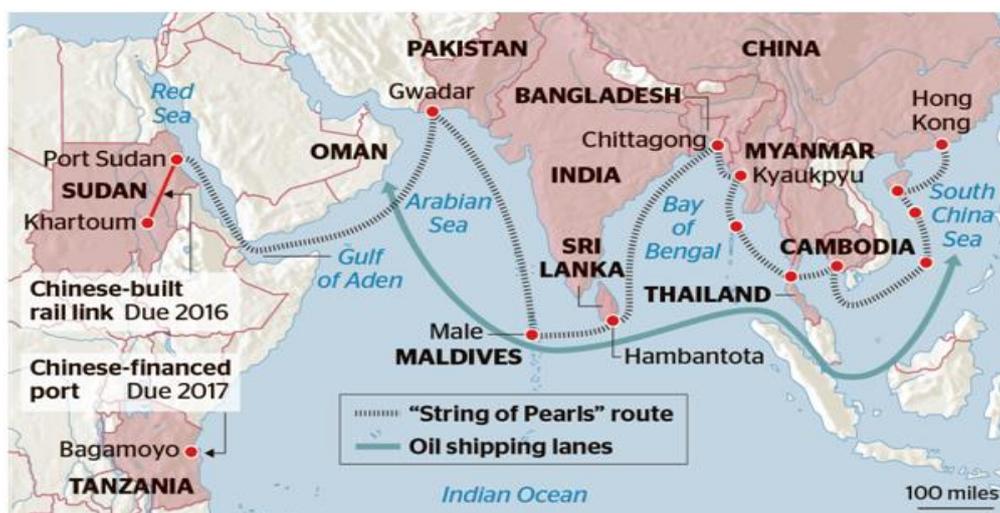
⁸ Considerar as bases na região asiática em questão.

Mapa 2 – Algumas bases militares ocidentais no Mundo, em especial, na Ásia



Fonte: The Telegraph

Mapa 3 - Presença chinesa no Índico e adjacências



Fonte: Indian National Interest

Ou seja, se o Índico é um espaço de expansão do poder marítimo do país, é fato, igualmente, que tal região é ocupada há séculos e coloca-se como uma importante rota comercial para rivais poderosos, como a China. O grande desafio geopolítico indiano será o de superar as restrições impostas pelas próprias fronteiras e ampliar sua zona de influência regional. Isso já vem sendo feito, o que dá a Índia *status* de potência regional⁹. Porém, como se constata em discursos oficiais e artigos acadêmicos, a aspiração do país é tornar-se uma

⁹ Utilizamos aqui o conceito de Buzan (2011), em que o autor considera que para ser uma potência regional, o país deve ter capacidades superiores aos seus vizinhos, porém, ainda incapaz de projetar poder globalmente. No caso indiano, constata-se sua superioridade econômica, militar e tecnológica *vis-à-vis* seus vizinhos, exceto a China.

potência mundial. Para alcançar tal objetivo o país terá de transcender as barreiras impostas pela própria geografia (KAPLAN, 2013).

Buscamos mostrar de que modo o entorno estratégico indiano é importante para a organização de uma estratégia de fortalecimento do país na região. Na próxima seção analisaremos o complexo industrial-militar indiano como uma resposta às ameaças geopolíticas do país e importante pilar da construção da autonomia em defesa.

O complexo industrial-militar indiano e a busca pela autonomia estratégica

Em discurso sobre as demandas do Ministério da Defesa indiano feito à Câmara Baixa (*Lok Sabha*) em 1956, Nehru afirmou que “a equação de defesa é suas forças de defesa mais sua experiência industrial e tecnológica, em terceiro lugar a economia do país e em quarto lugar o espírito do povo” (NEHRU apud SINGH, 1956, p. 52, tradução nossa). O mais importante primeiro ministro indiano governou em um contexto conturbado de Guerra Fria e de separação e conflitos com o Paquistão. Provavelmente, a despeito da percepção menos realista das relações internacionais, como a promoção da paz e resolução dos conflitos sem apelo à violência, Nehru foi sensibilizado pela realidade geopolítica regional e pelo pragmatismo. O cenário histórico, econômico e geopolítico no mundo não era convidativo ao pacifismo e impunha decisões assertivas. Por isso, os governos indianos buscaram, desde o princípio, controlar todos os meios possíveis de fortalecimento do Estado, da economia nacional e dos assuntos estratégicos.

Veremos nessa seção que a indústria de Defesa Indiana está submetida a uma “Grande Estratégia” que propõe transformar o país em uma potência com status global. Portanto, o avanço no campo da defesa é uma política de longo prazo que vem sendo constantemente renovada e incentivada tanto pelos dirigentes do Congresso Nacional Indiano, quanto dos agentes do Partido do Povo (BJP). Por Grande Estratégia entendemos:

Uma cadeia político-militar de meios e fins, uma teoria do Estado a respeito de como ele pode melhor garantir a segurança para si mesmo. Isso pode ser definido como a arte e ciência do desenvolvimento e do uso dos meios político, econômico, diplomático, psicológico e militar, todos em tempos de paz e guerra, para salvaguardar os interesses de segurança nacional (PARMAR, 2012, p.83, tradução nossa).

Ou seja, uma estratégia que abranja uma política econômica autônoma, uma capacidade científica robusta, uma política externa ativa, pragmática e sem constrangimentos; e o desenvolvimento de meios militares adequados. Essas assertivas nos colocam uma questão: todas as nações têm ou podem ter uma grande estratégia? Seguindo as experiências históricas e a visão de Murray (2010), a resposta é não. O autor estadunidense afirma que “grande estratégia é uma questão apenas dos grandes Estados. Nenhum Estado pequeno e poucos médios possuem a capacidade de elaborar uma grande estratégia” (MURRAY, 2010, p. 75, tradução nossa).

Logo após sua independência, devido aos vínculos histórico-coloniais, a Índia importava produtos militares do Reino Unido. Além da aquisição de armamentos, havia uma estreita cooperação entre os dois países na

formação do militares indianos. Os Estados Unidos também eram fornecedores de armamentos ao país da Ásia Meridional, inicialmente. Porém, quando o governo estadunidense começou a vender equipamento militar para o Paquistão as vendas para a Índia cessaram. Após os anos iniciais de compras de equipamento militar do Reino Unido e Estados Unidos, o país sul-asiático se tornou um grande cliente da União Soviética (URSS). Esta relação estratégica de importação de produtos de defesa duraria até os dias de hoje. A Índia foi o primeiro país a comprar equipamento militar dos soviéticos, ainda nos anos 1950. Obteve em seguida a licença de produção do caça Mig-21 e celebrou um acordo monetário de compra em moeda indiana (rúpias) e de uma linha de crédito para compras de produtos de defesa (SUBRAHMANIAM, 2018). Importante ressaltar que durante a guerra indo-paquistanesa de 1971, a URSS apoiou a Índia e forneceu equipamentos militares a ela. No mesmo ano foi assinado o Tratado de Paz e Amizade que representa o auge das relações estratégicas entre ambos. Todavia, até a queda do muro de Berlim (1989) e o desmantelamento da URSS, havia uma profunda dependência da importação de armamentos que passou a ser combatida a partir dos anos 1990 (GANGULY, 2015).

A indústria de defesa do país é capaz de produzir uma série de itens militares que vão desde munições a carros de combate, aviões a fragatas, submarinos a armas leves, além de uma série de outros dispositivos militares com possibilidade dual, ou seja, civil e militar (BEHERA, 2013). A Índia, a despeito do problema da pobreza e carência de infraestrutura básica em muitos lugares, está em pleno processo de transformação material e estrutural, e seu complexo industrial-militar é prova e parte desse avanço, podendo inclusive contribuir para o seu desenvolvimento econômico e social.

Há no país grande evolução na capacidade produtiva na sensível área de defesa, porém é importante notar que, de acordo com o *Stolckholm International Peace Research Institute* (SIPRI), o país é o maior importador líquido de armas do mundo e os gastos com defesa do país aumentaram substantivamente nos últimos vinte anos. A Índia gasta, em média, 2,5% do PIB com defesa e sua participação mundial no mercado de armas é de 3,7% (TIAN; FLEURANT; WEZEMAN; S.WEZEMAN, 2017). O fato de ser a maior importadora de armamentos do mundo causa uma grande preocupação no Alto Comando militar indiano. Por isso, o país vem buscando desenvolver um Complexo Industrial-Militar (CIM) nacional capaz de pesquisar, desenvolver e comercializar os mais variados dispositivos de defesa. Uma série de programas nacionais foi lançada tendo como finalidade desenvolver capacidade autóctone de fabricação de armamentos, dos mais básicos aos mais sofisticados. Nesse sentido, após contratação da consultoria KPMG em 2010, constatou-se que apenas 20% do armamento indiano é considerado de ponta, 30% está entrando na fase de obsolescência e 50% está obsoleto (KPMG, 2010). Ainda sim, de acordo com o sítio *Global Fire Power* (2019), o país detém o *status* de quarta potência militar do mundo.

Chama atenção a rápida transformação naval do país. Em poucos anos a marinha de guerra indiana se tornou uma das sete mais poderosas do mundo (GFP, 2018). Nesse sentido, foi desenvolvida a Doutrina Marítima Indiana, de 2004 (revisada em 2009), que aponta três mudanças de cenário geopolítico : i) mudança do eixo euro-atlântico para o indo-pacífico; ii). revisão dos tipos de ameaça, considerando o papel da Marinha

indiana no combate ao terrorismo e pirataria; iii) ampliação da atuação da marinha de guerra no tabuleiro marítimo regional. Nesta última, há um elemento importante que é o reconhecimento do papel da Marinha indiana na garantia dos interesses do país em partes distantes do território.

Um conceito cada vez mais usado na literatura geopolítica naval é o “*blue water navy*” (marinha de águas azuis), que significa uma marinha de guerra capaz de operar no alto mar, a partir de 320 km além de sua costa (NIZAMANI, 2014). Justamente por ocupar um lugar “pivotal” no tabuleiro geopolítico e geoeconômico marítimo, a política externa indiana vê em seu poder naval um instrumento eficaz de garantia dos interesses nacionais em tempos de paz e, se necessário for, em tempos de conflito.

Antes desse documento – Doutrina Marítima Indiana (DMI) - a estratégia naval indiana concentrava-se na proteção da costa e em limitadas operações de defesa, com a DMI a Índia busca expandir poder sobre o Índico e coordenar, com mais previsibilidade e profissionalismo, suas ações marítimas na região.

Empresas públicas e os projetos estratégicos

O CIM indiano é formado majoritariamente por empresas públicas que controlam uma rede de laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) espalhada pelo país nos mais diversificados segmentos da cadeia produtiva militar. O embargo liderado pelos Estados Unidos em função do teste nuclear “Pokhran II”, em 1998, fez com que o país desenvolvesse expertise em algumas áreas sensíveis. De acordo com Rao (2012), entre 60% e 70% dos componentes dos mísseis indianos são feitos em indústrias nacionais.

Há um incômodo por parte de muitos analistas e agentes públicos com essa dependência de armamentos importados¹⁰, pois isso expõe um problema de ordem estrutural: a aspiração em se tornar uma grande potência e a incapacidade de dominar o estado da arte e a cadeia tecnológica de armamentos. Sem dúvida, toda grande potência que conseguiu desenvolver um complexo industrial-militar enfrentou dificuldades, como orçamento limitado, distribuição de recursos em áreas prioritárias para investimento e gasto público, além da forte concorrência. Outro fator importante é o tempo de maturação dos projetos estratégicos, bem como o êxito em integrar a cadeia produtiva, P&D e demanda de longo prazo, o que leva a uma decisão estratégica baseada no dilema: produzir internamente de defesa ou importar os produtos acabados? Essa questão deve nortear a discussão. Há uma ampla discussão a respeito na área de economia de defesa (MCGUIRE, 2007). A experiência das grandes potências mostra que não há atalho para a mudança de patamar tecnológico, é necessário aprender a fazer (*learning by doing*, no jargão econômico) e garantir o máximo de autonomia na área, pois a questão não é apenas de eficiência econômica, mas antes, estratégica.

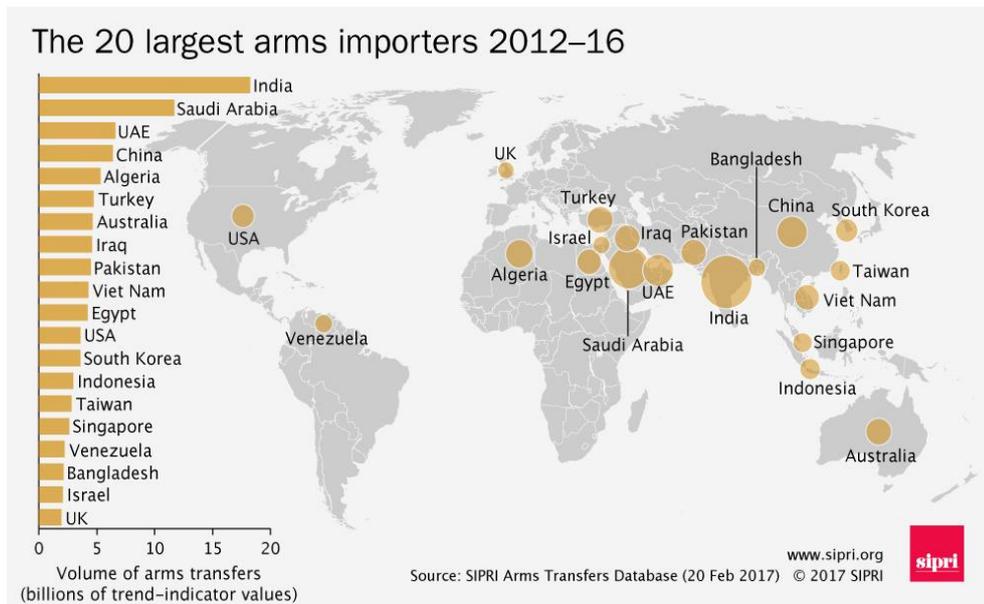
Para o ministro da Defesa no governo Singh (2004-2014), A.K.Antony (2006-2014), a vanguarda na área de Tecnologia da Informação (TI) deveria desdobrar-se também para o campo da Defesa. Considerando o quadro de formação técnica avançado, a elevada demanda interna e a capacidade industrial e científica do país, há uma possibilidade real de transformação mais profunda no CMI indiano com considerável efeito

¹⁰ De acordo com o SIPRI (2017) a Índia não figura nem entre os 25 maiores exportadores de armamentos no mundo.

multiplicador para áreas civis. Um elemento positivo no caso indiano é seu gigantesco mercado interno com amplo potencial de uso de produtos tanto civis quanto militares.

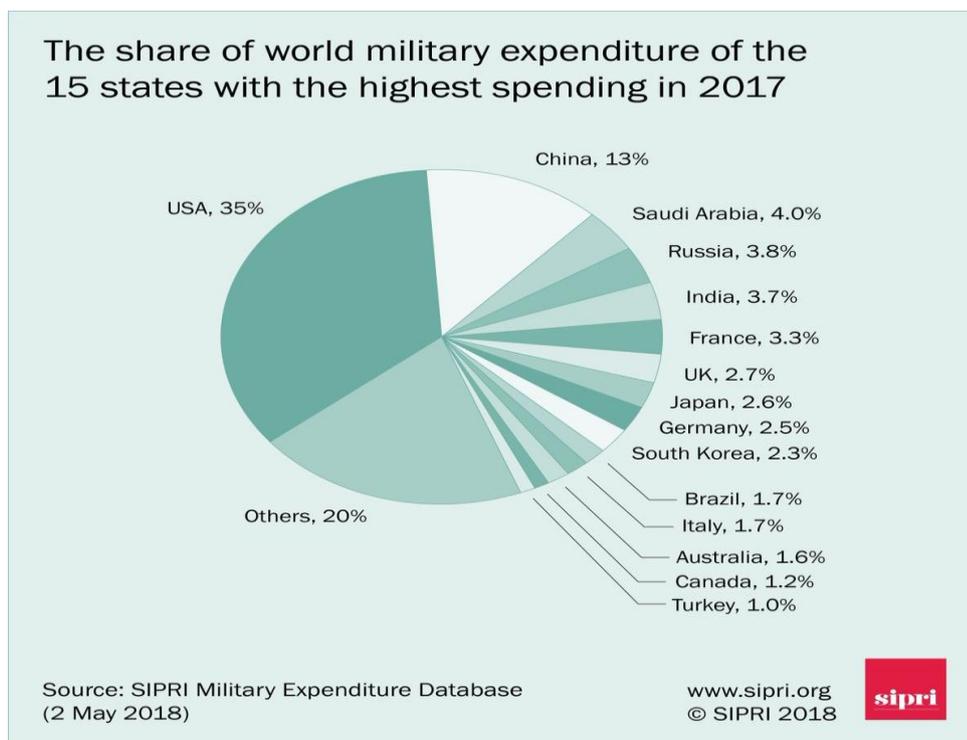
Pelos gráficos abaixo podemos constatar tanto a dianteira do país na importação de armamentos, quanto o percentual do PIB gasto com Defesa em relação aos demais países:

Gráfico 1 – Os 20 maiores importadores de armas entre 2012-2016



Fonte: SIPRI

Gráfico 2 – A parcela da despesa militar mundial dos 15 estados com os maiores gastos em 2017



Fonte: SIPRI

Considerando o tabuleiro geopolítico em que a Índia se insere, ela deve estar preparada para reagir a qualquer desequilíbrio regional ou mesmo mundial. Destarte, o CMI do país torna-se pedra fundamental para a política de Defesa e Segurança indiana. Neste contexto, quais são as empresas, grupos e instituições que o compõem? Começaremos pelas instituições públicas.

As *Ordnance Factory Board* (OFs) são organizações militares públicas voltadas para a Defesa vinculadas ao Ministério da Defesa indiano. Segundo seu sítio institucional, elas “formam uma base integrada para produção indígena de dispositivos de defesa, com o objetivo principal de auto-suficiência em equipar as forças armadas com equipamentos de campo de batalha de última geração (OFB, 2018)”. Estas unidades de produção militar existem há mais de 200 anos e hoje compõem-se de 41 OF’s em 24 localidades diferentes no país (OFB, 2018).

As OF’s são divididas em 6 divisões operacionais: explosivos e munições, com 10 unidades; armas, veículos e equipamentos, também com 10 unidades; materiais e componentes, com 9 unidades; veículos blindados, com 5 unidades; e a “*Ordnance Equipment Group of Factories*”, com 5 unidades e outros (INDIA, 2017). Para Rao, estas unidades têm:

Uma competência essencial na fabricação de composições químicas altamente sensíveis, propelentes, explosivos, fusíveis de mísseis e rifles, metralhadoras, lançadores de granadas de barril, sistema de controle de incêndio e dispositivos ativos e passivos de visão noturna. OFB também disponibiliza liga de alumínio avançada usada no programa espacial indiano (RAO, 2012, p. 16, tradução nossa).

Os principais clientes das OF’s são as três Forças militares indianas, tendo o Exército como o que mais detém encomendas. Para além das vendas nacionais, as OF’s conseguiram exportar componentes para países como: Nepal, Tailândia, Malásia, Alemanha, Bélgica, Botsuana, Turquia, Suazilândia, Estados Unidos, Chile, Colômbia, Suriname e Egito (BEHERA, 2013).

Além das OF’s há também as *Defence Public Sector Undertakings* (DPSUs, Empresas de Defesa do Setor Público) que são corporações públicas com mais flexibilidade financeira e operacional. São elas: a *Hindustan Aeronautics Limited* (HAL), que atua no campo da pesquisa e desenvolvimento de meios aéreos militares – voltaremos a tratar desta empresa mais adiante - ; a *Bharat Eletronics Limited* (BEL) na área de satélites, radares, sonares e outros sistemas eletrônicos para blindados, navios e aeronaves; a *Bharat Dynamics Limited* (BDL) fabricante de mísseis guiados antitanque (ATMG, sigla em inglês); *Beml Limited* (BEML), que atua na construção de componentes de aço para trens e minas, além de caminhões e vagões; *Mishra Dhatu Nigam Limited* (MIDHANI), empresa que desenvolve ligas especiais de titânio e aço para aeronaves e outros meios militares; *Mazagon Dock Shipbuilders Limited* (MDL), que constrói embarcações militares como fragatas e submarinos¹¹, além de mísseis para navios; *Garden Reach Shipbuilders and Engineers Limited* (GRSE), também é um grande estaleiro que desenvolve embarcações de guerra, como corvetas antissubmarino; *Goa Shipyard Limited* (GSL), mais um estaleiro de embarcações militares para a Marinha indiana e, por fim, *Hindustan Shipyard Limited* (HSL), o maior estaleiro com encomendas militares do país (INDIA, 2018).

¹¹ É neste estaleiro que se está construindo os submarinos *Scorpène*.

A principal organização de Defesa do país é a *Defense Research and Development Organization* (DRDO). De caráter público, ela conta com mais de 33 mil funcionários, dentre os quais mais de 7.000 cientistas e mais de 13.000 técnicos. Conta ainda com mais de 50 laboratórios e estabelecimentos pelo país que desenvolvem pesquisa nas mais variadas áreas militares, como sensores, sistemas aéreos, mísseis, eletrônica, blindados, embarcações navais, material de guerra química e biológica, radares, explosivos, dentre outros. A DRDO conta com duas agências estratégicas, a *Aeronautical Development Agency* (ADA), que desenvolve projetos avançados em tecnologia aérea e a *Society for Integrated Technology Applications & Research* (SITAR) que atua no desenvolvimento de dispositivos e componentes de alta complexidade digital (BEHERA, 2013).

Por ser uma organização pública vinculada ao Ministério da Defesa indiano, a DRDO recebe um percentual do orçamento da pasta. É interessante notar que houve um aumento considerável de gastos da DRDO a partir dos anos 2000, período em que o país buscou implementar uma política externa mais robusta de modo a transformar a Índia em uma potência com atuação mais global. Nesse sentido:

A Índia estabeleceu uma vasta base industrial de defesa (BID), com o objetivo básico de alcançar a auto-suficiência. Dando crédito a esta vasta BID, a Índia está entre os poucos países do mundo que desenvolveram ou estão em vias de desenvolver aeronaves de combate de quarta geração, um porta-aviões, um submarino nuclear, um tanque de batalha principal e o míssil balístico intercontinental (ICBM) (BEHERA, 2013, p. 31, tradução nossa).

Com o objetivo de desenvolver meios marítimos de dissuasão sofisticados, foi criado o programa *Advanced Technology Vessel* (ATV) nos anos 1970, logo após a primeira explosão nuclear (Pokhran I).¹² A grande meta do programa era construir submarinos com propulsão nuclear capazes de lançar mísseis balísticos (MOHAN, 2009). Após muita pesquisa e testes foi apresentado o *Indian Nuclear Submarine* (INS) classe *Arihant* ('caçador de inimigos', em sânscrito), já está em uso e o *INS Arighat*, que está em fase final de testes. O *Arihant* custou US\$ 2,9 bilhões e foi desenvolvido pela Marinha Indiana, pela *Bhabha Atomic Research Centre* (BARC) e pela DRDO. A estimativa da força naval do país é construir mais seis submarinos nucleares e um novo com proporções maiores até 2023 (PANDIT, 2018). Além do INS classe *Arihant*, os novos meios de guerra se juntarão aos 16 submarinos movidos à diesel.

Além dos submarinos nucleares e dos arrendados, como o da classe *Akula*¹³, o estaleiro estatal *Mazagon* (MDL) foi a empresa escolhida para receber a transferência de tecnologia do submarino classe-*Scorpène* da francesa DCNS. Esta classe de submarinos franceses vai ser renomeada de *Kalvari* (espécie de tubarão-tigre do Índico), antiga classe de submarinos já descomissionados pela Marinha Indiana. Os novos *Kalvari* terão alta capacidade furtiva e são considerados uma embarcação de ataque de grande efetividade. Esta parceria entre o estaleiro MDL, a DRDO – que será a responsável pelo sistema de propulsão a ar - e a

¹² De acordo com o Almirante Revi, foi a Primeira Ministra Indira Gandhi que ordenou o projeto do submarino nuclear indiano. Tal ordem se deu no contexto da guerra de 1971 quando os Estados Unidos quiseram entrar livremente no Golfo de Bengala. Após o ministro da Defesa soviético, Grechko, alertá-la de era possível bloquear a entrada do Golfo ela consentiu no projeto do submarino.

¹³ Submarino nuclear russo arrendado em 2012. Há a possibilidade do arrendamento de mais um.

DCNS é considerada pela Marinha um grande negócio, pois a transferência de tecnologia de ponta desta classe de submarinos será incorporada pelo estaleiro que está construindo mais 4 dos 6 planejados (INDIA, 2016).

A Marinha Indiana (MI) busca ampliar sua capacidade de negação dos mares com a utilização de navio-aeródromo (porta-aviões) desde os anos 1950. Para o Comandante Gurpreet Khurana (2008), este tipo de embarcação tem uma série de vantagens e “imperativos estratégicos” (KHURANA, 2008, p. 99) que seriam: suporte em batalhas em solo; segurança em linhas marítimas de comunicação; manutenção da influência no Índico; salvaguarda dos interesses indianos no exterior; segurança dos territórios marítimos do país (ilhas) e missões não-militares.

O desenvolvimento de dispositivos de defesa nacionais vem ao encontro da transformação do país em uma potência regional com características de grande potência. A Índia vem ampliando sua capacidade de emprego do poder marítimo extraordinariamente, na medida em que moderniza sua doutrina e meios de dissuasão para um modelo de “Marinha de Águas Azuis” (TILLY; BRATTON, 2012).

Além do exemplo exitoso dos submarinos, o país tem um histórico de uso de porta-aviões e adquiriu o seu primeiro junto ao Reino Unido em 1957 tendo sido, utilizado na guerra contra o Paquistão de 1971. A segunda embarcação nesse modelo foi adquirida junto à Rússia após longas negociações que se iniciaram em 1995 e foram concluídas com a compra em 2004 do navio-aeródromo “Almirante Gorshkov”, transformado em INS *Vikramaditya*, “bravo como o sol”, em sânscrito, (INDIA, 2013).

No entanto, considerando a importância do complexo industrial-militar indiano, salta aos olhos o desenvolvimento endógeno do porta-aviões *Vikrant* (“vitorioso”, em sânscrito), em fase final de construção. O navio operará com os caças MIG-29K e os LCAs (*Light Combat Aircraft*) produzidos pela HAL (INDIA, 2013). Esta embarcação indiana é um grande avanço da capacidade tecnológica e industrial-militar do país e constata o salto de qualidade alcançado. A Índia vem se transformando em uma grande potência militar e, paulatinamente, como a construção do *Vikrant* comprova, em um produtor de armamentos de alta sofisticação.

Os carros de combate blindados também fazem parte da estratégia nacional de capacidade de assimilar e criar tecnologias na área. O principal projeto nesse sentido foi o *Main Battle Tank* (MBT) *Arjun*, encomendado junto à *Combat Vehicles Research and Development* (CVRD), laboratório de pesquisas da DRDO. O *Arjun* deriva de um projeto dos anos 1970, o blindado MBT-80 que foi pensado para ser um carro de combate eficiente para a região árida do Rajastão – palco de conflitos com o Paquistão. Seu primeiro protótipo foi fabricado em 1984 e, após encomenda de 124 unidades, em 2004 foram entregues os primeiros blindados. Todavia, após reclamações de atrasos e alguns problemas operacionais, o *Arjun* foi preterido pela encomenda de T-90, russos, a serem fabricados na Índia sob licença. Para o alívio da indústria militar nacional, foi desenvolvido em parceria com Israel o *Arjun MKII*, considerado mais sofisticado e superior ao T-90. Há um lobby por parte da DRDO para a aquisição por parte do governo indiano de 500 unidades do blindado (SINGH; CHATTERJI, 2017).

Como citado anteriormente, a HAL (*Hindustan Aeronautics Limited*) desempenha um papel fulcral no setor aeronáutico. Ela é uma empresa com 100% de participação acionária governamental e possui 19 unidades de produção em nove lugares do país, além de algumas *Joint Ventures* (JV) com empresas russas e de outros países e centros de P&D (BEHERA, 2013). Os principais projetos em andamento da empresa incluem o Su-30MKI¹⁴, construído sob licença, da empresa russa *Sukhoi*; o Jato Avançado de Treinamento (JAT), HAWK; o Helicóptero Leve Avançado (Dhruv), nas versões civil e militar; além de um caça intermediário de treinamento. É importante registrar que 85% das encomendas da HAL advêm do governo indiano (RAO, 2012).

Há, não obstante, outros projetos em andamento, como os aviões multipropósito de transporte e combate, o *Light Combat Aircraft* (LCA) “Tejas”. Que foi encomendado pela *Aeronautic Development Agency* (ADA) e desenvolvido com o propósito de estimular a criação de uma indústria nacional complexa no setor de defesa e tem na HAL a principal empresa pública no projeto. Outras empresas públicas como a *Defense Research and Development Organization* (DRDO) também participam do projeto Tejas.

Apesar do sucesso dos projetos aeronáuticos e do alto índice de internalização das tecnologias (indigenização), há críticas a respeito da perda de oportunidades e atrasos nas entregas de produtos. Nessa direção, Rao salienta que:

De fato, a HAL havia perdido a oportunidade de se transformar em uma Embraer indiana. Relembrado com tristeza por um dos ex-chefes da HAL (durante a interação com este escritor), o plano da HAL de desenvolver aeronaves civis foi consistentemente sabotado por “interesses escusos”. Além disso, houve relatos ocasionais de um forte “lobby de importação” no país apoiado por empresas estrangeiras de equipamentos aeroespaciais e de defesa que trabalham horas extras para minar a vitalidade da HAL e tornar a Índia dependente de importações (RAO, 2012, p. 09, tradução nossa).

Haveria um pesado lobby pró-importação no país que dificultaria o desenvolvimento de projetos estratégicos em algumas áreas, o que se constata, por exemplo pelo abuso de licenças de produção. Estas acabariam, segundo o autor, asfixiando o “espírito criativo” e inovador das indústrias de Defesa.

Rao (2012) alerta para o problema de algumas empresas e institutos públicos encomendarem projetos semelhantes e gastarem uma quantia grande de dinheiro enquanto poder-se-ia coordenar os projetos em objetivos mais comuns e, assim, poupar recurso público. O autor cita o caso da DRDO e ISRO que poderiam usar o recurso para finalidades similares como propelentes e lançadores com finalidade dual (RAO, 2012). Para que isso aconteça, seria necessário que o:

O governo da Índia precisaria introduzir uma série de mudanças políticas em que a ISRO, uma organização civil comprometida com o uso pacífico do espaço exterior, pudesse trabalhar com a DRDO em áreas de interesse mútuo. Além disso, há uma necessidade de uma agência nacional completa para avaliar os recursos em termos de talento humano, infra-estrutura, status de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia em várias organizações científicas, bem como empresas industriais para aproveitar sinergicamente os recursos disponíveis para aumentar a autonomia (RAO, 2012, p. 16, tradução nossa).

¹⁴ Este caça, apesar da encomenda de 36 Rafales junto à francesa *Dessault*, será a principal unidade de ataque da Força Aérea do país até 2020. Há uma expectativa da fabricação em solo indiano de pelo menos 230 unidades.

Todavia, por mais que haja uma perda do potencial de vendas e uso mais preciso do recurso público, como afirma Rao acima, muito se evoluiu na indústria de Defesa nacional. Exemplo disso é o setor missilístico. A Índia tem um amplo arsenal de mísseis balísticos continentais e intercontinentais, além de outras modalidades que fazem dela uma potência militar no setor. O *Brahmos* – míssil de cruzeiro com alcance de 300 km - começou a ser desenvolvido com o *Integrated Guided Missile Development Programme* (IGMDP), em 1983. Em 1998 foi criada uma JV entre a DRDO Indiana e a russa NPO *Mashinostroyeniya*. O míssil balístico *Prithvi* nas modalidades I, com capacidade de carga nuclear, é usado pelo Exército indiano e tem 150 km de alcance, o de modalidade II é usado pela Força Aérea Indiana e tem alcance de 250km e o III, ainda em testes, usado pela Marinha Indiana. No que diz respeito a mísseis intercontinentais (ICBM), a DRDO desenvolve o *Agni* nas modalidades I (700 km), II (2.000km), III (3.200 km), IV (3.500 km) e o V (5.000 km) (KHERA, 2018). Há ainda os mísseis da “família K”, para submarinos, os *Submarine-Launched Ballistic Missile* (SLBM) *Sagarika* (K-15) desenvolvidos para os submarinos nucleares da classe *Arihant*. É importante frisar que, para além destes dispositivos citados, há ainda uma série de projetos de variado emprego, como o *Advanced Air Defence* (AAD) um sistema de interceptação de mísseis balísticos de curto alcance e o sistema de defesa *Prithivi Air Defence* (PAD) de longo alcance e alta altitude (ROBLIN, 2017).

Por fim, o país conta ainda com a *Indian Space Research Organization* (ISRO), uma das mais avançadas indústrias espaciais do mundo. A primeira missão exitosa da empresa foi em 1980, quando lançou seu primeiro *Space Launched Vehicle* (SLV). Esta empresa pública indiana conta com grande capacidade de desenvolver, fabricar e lançar satélites de comunicação, monitoramento ambiental e científico, satélites de navegação, além dos de pequeno porte. A relação da ISRO e sua capacidade de desenvolver lançadores variados de satélites foi importante para o programa de mísseis balísticos *Agni* (CIRINCIONE, 1999) e pode ser ainda mais aproveitada no suporte ao modelo *Agni VI* (10.000 km).

Como pudemos observar, o setor público indiano é responsável por grande parte da cadeia produtiva do CIM nacional. Em seguida, veremos a contribuição do setor privado para o setor de Defesa nacional.

O setor privado no CIM indiano

Em 2001 o mercado de produção de itens de defesa foi aberto para empresas privadas de controle nacional, que participavam de maneira secundária na cadeia do setor. Alguns autores, como Rao (2012) e Behera (2016), acreditam que o governo indiano deveria pensar em fazer mais parceiras com empresas privadas, de modo a incrementar substancialmente as encomendas e os projetos avançados. Este tem sido o esforço do governo Modi (Partido do Povo)¹⁵, como se pode constatar na iniciativa *Make in India* - iniciativa de caráter econômico que visa ampliar a capacidade competitiva indiana nos setores de tecnologia atraindo investimentos e empresas estrangeiras, inclusive com um espaço destinado exclusivamente a área de Defesa.

¹⁵ O Partido do Povo tem uma abordagem econômica mais liberal. Historicamente o partido diverge da visão mais desenvolvimentista do Partido do Congresso. Todavia, é fundamental ressaltar que a discussão em torno do papel do capital privado na Índia é consideravelmente distinta da debatida na América Latina. Nesta, é normal que o capital estrangeiro controle empresas estratégicas, naquela não.

Nessa iniciativa há, também, um amplo incentivo às micro, pequenas e médias empresas nacionais. Muitas delas têm participado na cadeia produtiva da Defesa fornecendo ligas metálicas e outros componentes militares ao setor. Há uma política de incentivo à inovação tecnológica que abarca as micro e pequenas empresas indianas que se disponham a atuar no CMI (BEHERA, 2018).

Encomendas maiores foram feitas a grupos privados para a fabricação de veículos grandes. Em 2015 uma considerável encomenda de 1.239 e 100 caminhões foi feita junto à *Tata Motors* e à *Ashok Leylands*, respectivamente. Em 2011, o *Pipavav Defence and Offshore Engineering Company* venceu uma concorrência pública para a construção de 5 navios-patrolha oceânica (NaPaOc) e conseguiu em 2012 um grande contrato de exportação de dois navios de patrulha para um país africano. A *Tata Motors*, via *Tata Power's Strategic Electronic Division* (Tata Power SED), venceu licitação para a modernização de 30 bases aéreas em 2011 (BEHERA, 2013). A *Smtel Display Systems* pode agora fornecer os Displays de multi-função - que antes eram importados - para aeronaves indianas como o caça *Tejas* (RAO, 2012), além de ter assinado contrato de venda de display de cristal líquido para cockpit à *UK-based Curtiss-Wright Controls Defence Solutions*.

Há ainda uma série de parcerias e JV entre empresas privadas indianas e estrangeiras, como a *Bharat Forge* e a israelense *Elbit Artillery* na área de morteiros e solução de sistemas; a *Reliance Industries Ltd* e a francesa *Dassault* na área de Defesa e segurança interna; *Mahindra Group* com a britânica *BAES* no campo de minagem e blindagem de veículos leves, com a estadunidense *Lockheed Martin*, simuladores; *Tata Group* com uma série de empresas, como a estadunidense *Sikorsky Aircraft Corporation*, cabines de helicóptero; e a francesa *Thales*, soluções optrônicas.

A tabela abaixo ilustra bem o aumento de importância do setor privado nacional nas exportações de dispositivos militares:

Tabela 1 – Exportação de itens de defesa com base em certificado de não objeção emitido pelo governo (em milhões de dólares americanos¹⁶)

Ano	Valor de exportação por DPUSs, OFs e setor privado	Valor de exportação pelo setor privado	% de participação do setor privado
2011-12	77.568.000	20.700.00	26.8 %
2012-13	67.569.000	20.907.000	30.9 %
2013-14	103.929.000	43.329.000	41.7 %
2014-15	150.591.000	19.998.000	13.3 %
2015-16	105.292.500	66.811.500	63.4 %

Fonte: Adaptado e traduzido pelo autor. Extraído de Behera, 2016, p. 66

¹⁶ Na tabela original o autor usa rúpia indiana/crore. Um crore equivale a 10 milhões de rúpias. Em 2015, ano dos dados da tabela, a paridade do dólar americano era de US\$1,0 para aproximadamente 66.000 INR (Indian Rupee), ou 151,5 crores. Na tabela optamos por fazer a conversão para um melhor entendimento do leitor.

Considerações Finais

Apesar de a Índia ser uma referência no campo espacial e de satélites e ter conseguido desenvolver uma ampla gama de tecnologias sensíveis de defesa, ainda não conseguiu consolidar um complexo industrial-militar comparável ao de potências militares tradicionais, como Estados Unidos ou Rússia. A dependência das importações de equipamento sensível ainda persiste, pois a nação sul-asiática importa aproximadamente 70% de seu armamento. Ela pode seguir o exemplo da China que entre 2002 e 2006 era o maior importador de armas do mundo e hoje consegue produzir boa parte dos dispositivos militares necessários nacionalmente. Este desafio é natural quando se analisa o desenvolvimento do complexo industrial-militar, todavia, o governo indiano precisa se esforçar mais para otimizar a P&D, produção e mesmo exportação de equipamentos de defesa, pois essa dependência da importação tende a se tornar uma fraqueza do país e comprometer seu projeto de grande potência.

Não obstante as limitações e dificuldades, pudemos observar que há um enorme esforço nacional para a superação da dependência de alguns componentes importados ou mesmo da fabricação sob licença. O Complexo Industrial-Militar indiano está amadurecendo e se tornando uma realidade que agrega capacidade tecnológica de ponta às necessidades estratégicas do país. Embora não em absoluto, como o CIM estadunidense, o russo ou o chinês, o CIM indiano vem se mostrando capaz de melhorar e ocupa uma posição de destaque entre os países emergentes. Em um futuro não muito distante deve se tornar o grande fornecedor, criador e fabricante da maior parte do armamento nacional.

O crescimento econômico indiano poderá ser um grande trunfo para viabilizar o financiamento do dispendioso custo da cadeia produtiva de Defesa. O robusto crescimento - o PIB indiano vem crescendo acima dos 6% há algum tempo - associado ao projeto de poder e inserção internacional do país, tem grande chance de pressionar a indústria de equipamento militar a se aperfeiçoar e se capacitar para estar operante e atender às demandas da transformação do *status quo* global indiano.

A autonomia no desenvolvimento do complexo industrial-militar é condição histórica para ascensão à condição de grande potência. Não se tem exemplo de país que tenha logrado transformar seu poder militar pela dependência do fornecimento de dispositivos de defesa a partir de outros Estados. É necessário inverter a lógica da importação e transformar o país, definitivamente, em um *player* exportador relevante no mercado mundial e produtor de vanguarda dos mais sofisticados armamentos.

REFERÊNCIAS

BEHERA, Laxman Kumar. **Indian Defence Industry: Issues of Self-Reliance**. Institute for Defence Studies and Analyses, 2013.

_____. **Defence Budget 2018-19: The Imperative of Controlling Manpower Cost**. IDSA Issue Brief, v. 2, 2018.

BUZAN, Barry. **A World Order Without Superpowers: Decentred Globalism**. International Relations. Vol. 25, n. 3, 2011.

- CIRINCIONE, Joseph. **Indian missile deployments and the reaction from China**. Working paper, Conference on the Nuclearisation of South Asia: Problems and Solutions, Como, Italy, 1999.
- DUTTA, Sujan. **India renews interest in running its first foreign military base in Tajikistan**. The Print, 11, out. 2018. Disponível em: < <https://theprint.in/security/india-renews-interest-in-running-its-first-foreign-military-base-in-tajikistan/132454/> >. Acesso em: 29/01/2019.
- FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2015.
- GADY, Franz-Stefan. **India Test Fires Short-Range Ballistic Missiles From Submerged Sub**. The Diplomat, 22, ago., 2018. Disponível em < <https://thediplomat.com/2018/08/india-test-fires-short-range-ballistic-missiles-from-submerged-sub/> >. Acesso em: 15/01/2019.
- GANDHI, Indira. **Indira Gandhi's Speech given at Lusaka Conference in Non-aligned world**, Vol. 6, no.2, 1985.
- GANGULY, Sumit (Ed.). **India's foreign policy: retrospect and prospect**. New Delhi: Oxford University Press, 2010.
- GANGULY, Rajat. **India's Military: Evolution, Modernisation and Transformation**. **India Quarterly**, v. 71, n. 3, p. 187-205, 2015.
- GEORGE, K. Tanham. **Indian Strategic Thought: An Interpretive Essay**. Santa Monica: Rand, 1992.
- INDIA. **Indian Ordnance Factories**. New Delhi, 2018. Disponível em: < <http://ofbindia.gov.in/index.php?wh=ourunits&lang=en#ofbmap> >. Acesso em: 25/02/2018.
- _____. **Standing Committee on Defence, 14th Lok Sabha, Indigenisation of Defence Production: Public Private Partnership, 33rd Report**. Lok Sabha Secretariat. New Delhi, 2017. Disponível em: http://164.100.47.193/lsscommittee/Defence/16_Defence_26.pdf . Acesso em: 23/02/2018.
- _____. **Department of Defence Production: Defence Public Sector Undertaking**. New Delhi, 2018. Disponível em: < <http://ddpmod.gov.in/defence-public-sector-undertakings> >. Acesso em: 22/02/2018.
- _____. **Indian Navy. Maiden Sea Trial of Kalvari - First Scorpene Class Submarine**. New Delhi, 01, maio, 2016. Disponível em: < <https://www.indiannavy.nic.in/content/maiden-sea-trial-kalvari-first-scorpene-class-submarine> >. Acesso em: 29/01/2018.
- _____. **Indian Navy. About INS Vikramaditya - The newest & largest ship of Indian Navy**. New Delhi, 16, novembro, 2013. Disponível em: < <https://www.indiannavy.nic.in/content/about-ins-vikramaditya-newest-largest-ship-indian-navy> >. Acesso em: 21/01/2018.
- _____. **Indian Navy. Vikrant'- Navy's First Indigenous Aircraft Carrier Launched**. New Delhi, 2013. Disponível em:< <https://www.indiannavy.nic.in/content/vikrant-navys-first-indigenous-aircraft-carrier-launched> >. Acesso em: 27/01/2018.
- _____. **Indian Maritime Doctrine**. Integrated Headquarters, Ministry of Defence (Navy) 2009. Disponível em: < <https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/Indian-Maritime-Doctrine-2009-Updated-12Feb16.pdf> >. Acesso em: 17/01/2019.
- _____. **Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy**. Ministry of Defence (Navy), 2015. Disponível em: < https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/Indian_Maritime_Security_Strategy_Document_25Jan16.pdf >. Acesso em: 17/01/2019.

- KAPLAN, Robert D. **A Vingança da Geografia: A construção do Mundo Geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KECK, Zacharia. **Watch Out, China: India's Navy Wants 200 Navyships**. Washington, 15, Julho, 2015. Disponível em < <https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/watch-out-china-indias-navy-wants-200-warships-13340> >. Acesso em: 24/02/2018.
- KHERA, Kishore Kumar. Agni V tested: what next? IDSA, 24/01/2018. Disponível em: < https://idsa.in/idsacomments/agni-5-tested-what-next_kkkhera_250118 >. Acesso em: 28/01/2019.
- KHURANA, Gurpreet S. **China's 'String of Pearls' in the Indian Ocean and Its Security Implications**. *Strategic Analysis*, v. 32, n. 1, p. 1-39, 2008.
- KPMG. **Opportunities in the Indian Defence Sector – An Overview**. Delhi, 2010. Disponível em: < https://www.kpmg.de/docs/Opportunities_in_the_Indian_Defence_Sector.pdf >. Acessado em: 12/01/2018.
- MAHAN, Alfred Thayer. **The problem of Asia and its effect upon international policies**. Little, Brown, 1905.
- MANSINGH, Surjit. **India's search for power: Indira Gandhi's foreign policy, 1966-1982**. Sage Publications Pvt. Ltd, 1984.
- MCGUIRE, Martin C. Economics of defense in a globalized world. *Handbook of defense economics*, v. 2, p. 623-648, 2007.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?**. Editora Hucitec, 1999.
- MOHAN, C. Raja. **India's Nuclear Navy: Catching up with China**. Institute of South Asian Studies, National University of Singapore, 2009.
- _____. A Índia e o equilíbrio de poder. IN STUENKEL, Oliver (Coord.). **A Índia na ordem global** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- NAYAR, Baldev Raj; PAUL, Thazha Varkey. **India in the world order: searching for major-power status**. Cambridge University Press, 2003.
- NIZAMANI, Siraj. India's Emerging Indian Ocean Strategy. *IPRI Journal XIV*, no. 1 (Winter 2014): 66-80.
- PANDIT, Raja. China-wary India OKs 56 new warships, 6 new subs in 10 years. *Times of India*, 04/12/2018. Disponível em: < <https://timesofindia.indiatimes.com/india/eye-on-china-india-wants-56-new-warships-and-six-new-submarines-over-next-decade/articleshow/66923859.cms> >. Acesso em: 19/01/2019.
- PANT, Harsh V.; JOSHI, Yogesh. Indo-US relations under Modi: the strategic logic underlying the embrace. *International Affairs*, v. 93, n. 1, p. 133-146, 2017
- RAJAN, Mannaraswamighala Sreeranga. The Indo-Soviet Treaty and India's non-alignment policy. *Australian Outlook*, v. 26, n. 2, p. 204-215, 1972.
- RAO, Radhakrishna. **A Vibrant Indian Military Industrial Complex Needed for Self Reliance**. Vivekananda International Foundation, February, 2012.
- ROBLIN, Sebastien. Get Ready, Pakistan: India is Developing Its Own Missile-Defense System. *The National Interest*, 15/10/2017. Disponível em: < <https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/americas-killer-m1-abrams-tank-now-has-its-own-shields-22719> >. Acesso em: 27/01/2019.

- SAGAR, Rahul. **State of mind: what kind of power will India become?**. International Affairs, v. 85, n. 4, p. 801-816, 2009.
- SINGH, Jaswant. **Defending India**. Bangalore, London, New York: Macmillan, 1999.
- SINGH, Rahul; CHATTERJI, Saubhadra. **Arjun battle tanks to get homegrown missile next year**. Hindustan Times. New Delhi, 25, nov., 2017. Disponível em: < <https://www.hindustantimes.com/india-news/arjun-battle-tanks-to-get-homegrown-missile-next-year/story-D8NEu2AgEogCTCaPHbwtDp.html> >. Acesso em: 11/02/2018.
- SUBRAHMANYAM, K. Indian Nuclear Policy—1964–98 (A Personal Recollection). Strategic Analysis, v. 42, n. 3, p. 293-311, 2018.
- TIAN, Nan; FLEURANT, Aude; WEZEMAN, Pieter; WEZEMAN, Siemon. **Trends in World Military Spenditure, 2016**. Estolcomo, abril, 2017. Disponível em: < <https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-world-military-expenditure-2016.pdf> >. Acesso em 22/03/2018.
- TILL, Geoffrey; BRATTON, Patrick (Ed.). **Sea power and the Asia-Pacific: The triumph of Neptune?**. Routledge, 2012.
- VERMA, Bharat. French Force in Indian Ocean. Indian Defence Review, 01, dez., 2010. Disponível em: < <http://www.indiandefencereview.com/news/french-forces-in-indian-ocean/> >. Acesso em: 22/01/19.
- Wellmake. India Political Map. Wellmake.com. Disponível em: < <http://wellmake.co/editor/?> >. Acesso em 17/03/2019.
- WEISS, Leonard. US-India nuclear cooperation: Better later than sooner. Nonproliferation Review, v. 14, n. 3, p. 429-457, 2007.

Recebido em 19 de dezembro de 2018.

Aprovado em 27 de março de 2019.

RESUMO

Estudar o que seja um Complexo Industrial-Militar” não é objeto tradicional das abordagens de Segurança ou Relações Internacionais, ainda mais quando se trata de um país emergente. No entanto, a Índia é um país ainda em desenvolvimento, porém com ambições estratégicas cada vez mais claras. Há uma percepção dos principais agentes do Estado e da sociedade de que a nação da Ásia Meridional precisa ocupar um lugar da maior relevância no sistema interestatal capitalista. Desse modo, o campo do desenvolvimento e produção de armamentos e dispositivos de defesa torna-se fundamental para o país conseguir executar sua “Grande Estratégia” com autonomia. Nosso objetivo neste artigo é analisar o complexo industrial-militar indiano lançando luz sobre seus desafios e ambições. Para tanto, dividiremos nosso trabalho em duas partes principais mais introdução e conclusão. Na primeira, analisaremos o entorno geopolítico indiano; na segunda investigaremos o complexo industrial-militar do país considerando os setores público e privado.

Palavras-chave: Geopolítica, Complexo Industrial-Militar, Índia.

ABSTRACT

Studying what is an Industrial-Military Complex is not a traditional object of Security or International Relations approaches, especially when it comes to an emerging country. However, India is still a developing country, but with ever clearer strategic ambitions. There is a perception of the main agents of the state and of society that the South Asian nation needs to occupy a place of major relevance in the capitalist interstate system. In this way, the field of development and production of armaments and defense devices becomes fundamental for the country to be able to execute its "Great Strategy" with autonomy. Our goal in this article is to analyze the Indian military-industrial complex shedding light on its challenges and ambitions. To do so, we will divide our work into two main parts plus introduction and conclusion. In the first one, we will analyze the Indian geopolitical environment, in the second we will investigate the industrial-military complex of the country considering the public and private sectors.

Key-words: Geopolitics, Industrial-Military Complex, India.

AS REVOLUÇÕES PASSIVAS NEOLIBERAIS NO PÓS-URSS: SEMELHANÇAS E SINGULARIDADES ENTRE O CAOS NEOLIBERAL RUSSO E UCRANIANO DA DÉCADA DE 1990

Neoliberal passive revolutions in the post-USSR: similarities and singularities between the Russian and the Ukrainian neoliberal chaos in the 1990's

*Felipe Costa Lima*¹

Introdução

Em um lapso temporal de aproximadamente 30 anos, Ucrânia e Rússia deixaram de ser a base de sustentação do Estado soviético para se tornaram atualmente inimigos geopolíticos. Ao observarmos a assertividade russa nas relações internacionais hodiernas e o papel secundário e submisso ucraniano nesse mesmo contexto, parece difícil acreditar que esses países passaram por processos semelhantes desde a década de 1990, principalmente no que concerne à expansão neoliberal nesses territórios. Portanto, a fim de compreender o renascimento russo nas relações internacionais e os conflitos existentes no território ucraniano hodiernamente, é imperioso o entendimento das semelhanças e diferenças da evolução histórica de ambos os países, sobretudo na década de 1990. As informações desenvolvidas neste artigo são essenciais para apreender as temáticas do conflito hegemônico entre o Ocidente e a Federação Russa pelo território ucraniano e a atual guerra civil a Ucrânia.

O objetivo general deste artigo é compreender como os resultados dos desenvolvimentos históricos ucraniano e russo atuais são tão díspares, ainda que ambos países tenham feito parte de uma mesma entidade estatal (URSS) e tenham estado sujeitos a reformas neoliberais “semelhantes”. Torna-se essencial aduzir a complexidade das mudanças ocorridas na Ucrânia e na Federação Russa nos anos 1990, as quais atingiram profundamente suas bases políticas, econômicas e sociais. Além disso, para o entendimento dessas reformulações nos contextos internos e internacional, uma análise histórica mais aprofundada dessa “década do caos” parece ser crucial. Portanto, a “teoria das mudanças” por excelência, ou seja, a Teoria Crítica,

¹ Doutorando em Direito Internacional na Universidade de Strasbourg, França. É mestre em Direito Internacional Público - percurso Direitos Fundamentais - pela Universidade de Strasbourg (Bolsista Eiffel). É mestre em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Especialização em Política Internacional pela Faculdade Damásio de Jesus. Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Email: felipecostalimas@gmail.com

configura-se num importante instrumento para esse estudo complexo, uma vez que ela permite uma análise histórica profunda dos acontecimentos, a partir de mudanças socioeconômicas e políticas.

Essa teoria é caracterizada pela complexidade, uma vez que se relaciona diretamente com o tempo e o espaço, a fim de transcender as características da ordem existente e problematizar processos de mudanças em diversos âmbitos, como nas relações sociais e de poder, e nas instituições (COX, 1981). O complexo político-social, desse modo, é analisado como um todo, a partir de um diálogo entre a teoria e o mundo real, problematizando a origem histórica dos acontecimentos presentes e transcendendo posteriormente os particularismos, a fim de alcançar proposições gerais ou leis (COX, 1981). Um dos conceitos mais importantes para o desenvolvimento dessa análise crítica será a teoria de Revolução Passiva (GRAMSCI, 1984). Essa teoria aduz a existência de especificidades na internalização, em cada Estado nacional, das inúmeras mudanças ocorridas no contexto mundial, por intermédio da demonstração da importância das classes sociais e das formas específicas de Estado na internalização da globalização (BIELER apud MORTON, 2007).

Nesse sentido, padrões de acumulação distintos refletem diferenças na integração capitalista (ROBINSON apud MORTON, 2007), na medida em que essa articulação entre o internacional e os variados âmbitos nacionais estabelecem desenvolvimentos desiguais nos territórios atualmente afetados pelas forças neoliberais. A globalização e as forças transnacionais do capital e do trabalho não retraíram a importância do Estado, já que essas novas forças impulsionaram novas configurações de forças sociais e reestruturaram conseqüentemente diferentes formas de Estado (MORTON, 2007). Em decorrência disso, forças transnacionais modelam o processo de formação dos Estados, entretanto a relevância das forças das classes nacionais não pode ser desprezada, uma vez que se deve analisar “(...) como o problema complexo aparece das relações das forças internas num país em questão, das relações de forças internacionais, e da posição geopolítica do país” (MORTON 2007, p. 149, tradução nossa²).

No que concerne à construção deste artigo, uma análise comparativa macro-histórica entre as mudanças socioeconômicas e políticas na Ucrânia e na Rússia será colocada em prática, com a finalidade de estabelecermos as generalizações e as possíveis singularidades entre esses objetos estudados (SKOCPOL e SOMERS, 1980). A partir disso, primeiramente, estabeleceremos as semelhanças entre as revoluções passivas russa e ucraniana (1). A fim de compreendê-las, analisaremos, num primeiro momento, a Federação Russa (1.1), explicitando as reformas econômicas neoliberais (A), sobretudo no que se refere às privatizações em massa e ao conseqüente estabelecimento de um Estado Oligárquico na década de 1990 (B).

Num segundo momento, analisaremos e explicitaremos as reformas neoliberais que foram colocadas em prática na Ucrânia e as profundas semelhanças entre estas e aquelas aplicadas no contexto russo (1.2). Torna-se crucial destacar que a análise das reformas na Ucrânia serão mais sucintas do que aquelas da Federação Russa, em decorrência das semelhanças entre os dois processos. Posteriormente, as singularidades desses processos serão explicitadas (Capítulo 2), não somente no que se refere à dependência energética

²How the complex problem arises of the relation of internal forces in the country in question, of the relation of international forces, and of the country's geopolitical position.

ucraniana e à supremacia energética russa (2.1), mas também à opção cesarista russa e ao sistema de clãs ucraniano (2.2).

A década do caos neoliberal: semelhanças entre os casos russo e ucraniano

Federação Russa

a) A Liberalização da Economia

A emergência do neoliberalismo, no sistema internacional, juntamente com todos os problemas durante a transição econômica e política influenciaram intensamente o período pós-Guerra Fria da Rússia. A mudança de uma economia centralizada para uma economia de mercado teve como base a nova economia global do pós-Guerra Fria (Consenso de Washington³) (ALVES, 2011; BURAWOY, 2001), que era entendida como o paradigma essencial para essa transição, por meio do qual se alcançaria o efetivo desenvolvimento da nova Federação Russa. Na primeira metade dos anos de 1990 foi desmantelado o que restou da economia planejada e, posteriormente, na segunda metade, a agenda mudou para a reconstrução do Estado na economia de mercado (DZARASOV, 2014).

Boris Yeltsin, eleito presidente da Rússia em junho de 1991, levou ao poder um grupo de reformadores radicais, como Yegor Gaidar (indicado para os postos de ministro da Economia e das Finanças e, posteriormente, para o de primeiro-ministro) e Anatoly Chubais (indicado como chefe da agência estatal criada para comandar as privatizações). Amparados por consultores ocidentais, estes reformadores acreditavam que uma “terapia de choque”⁴ seria capaz de quebrar os laços com o passado comunista e gerar espontaneamente mercados e as instituições necessárias para seu funcionamento. O principal argumento em favor da “terapia de choque” era o de que a estratégia gradualista não estava funcionando por causa da interferência dos burocratas (ALVES, 2011). Portanto, as reformas deveriam ser realizadas de maneira rápida para serem eficazes e diminuam a possibilidade de reversibilidade. A sequência defendida abrangia primeiramente privatizações, desmonopolizações e formação de estruturas de mercado. Posteriormente, métodos de estabilização financeira e liberalização econômica (SINELNIKOV-MURYLEV e TROFIMOV, 2003).

Porém, algumas vicissitudes prejudicaram a aplicação dessas medidas, como a falta de desenvolvimento institucional para a aplicação de uma economia de mercado (SINELNIKOV-MURYLEV e TROFIMOV, 2003); uma crise tributária profunda, a qual foi intensificada posteriormente pela diminuição dos impostos (benefícios fiscais concedidos principalmente aos oligarcas) e pelas permutas (pagamentos mútuos não monetários que possibilitavam a evasão fiscal) (MAU, 2003); e, como consequência, uma crise

³ Consenso de Washington é uma conjugação de grandes medidas que se tornaram a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades (FILHO, 1994).

⁴ A “Terapia de Choque”, a qual foi aplicada de fato durante a quase totalidade da década de 1990, defendida por Yegor Gaidar e os “Jovens Reformadores”, argumentava que as reformas neoliberais deveriam ser realizadas de maneira rápida para serem eficazes e diminuam a possibilidade de reversibilidade. A sequência defendida primeiramente abrangiam privatizações, desmonopolizações e formação de estruturas de mercado. Posteriormente, métodos de estabilização financeira e liberalização econômica seriam realizados (MURYLEV e TROFIMOV, 2002).

orçamentária, a qual agravou as já profundas tensões sociais (SINELNIKOV-MURYLEV e TROFIMOV, 2003). Entretanto, pode-se assegurar que nada foi mais prejudicial à formação do novo Estado russo do que as privatizações em massa.

b) As privatizações em massa e o aparecimento de um Estado Oligárquico

A partir das privatizações em massa, uma nova classe social burguesa não histórica obteve as empresas mais importantes da antiga URSS e se estabilizou como força política oligárquica efetiva na nova ordem, já que, num espaço de poucos anos, centenas de bilhões de dólares migraram das propriedades estatais para as propriedades privadas, por intermédio do processo de Acumulação por Desposseção (HARVEY, 2004), o que possibilitou que uma classe hegemônica e conglomerados emergissem de uma hora para outra.

Nunca, na história da humanidade, ocorreu uma transferência tão dramática de bem-estar, a não ser por meio de conquistas militares (GUSTAFSON, 2003). Portanto, “a privatização selvagem”, um dos elementos centrais da “terapia de choque” (SCHUTTE apud ALVES, 2011; MEDEIROS, 2011), resultou naquilo que se concretizou como “uma das maiores transferências de riqueza já vistas” (MARSHALL apud ALVES, 2011, p. 194), dando origem a uma nova classe de proprietários, que ficou conhecida como oligarcas.

Sinteticamente, essa transferência maciça atingiu o cerne de um regime que pretendia ser um pujante Estado capitalista, porquanto os novos oligarcas conquistaram essas transferências, na maioria dos casos, por intermédio de manipulações e lobbies regionais e legislativos (MOMMEN, VALUEV e GOLUNOV, 2007). Desse modo, não tiveram uma evolução de classe burguesa histórica (BURAWOY, 2001), visto que eles não se comportariam a partir da perspectiva da busca de capitais, mas sim como “sugadores” de renda. A Rússia passou a viver um verdadeiro “capitalismo gangster”, uma vez que “sobre as condições do capitalismo emergente russo, era impossível sobreviver em grandes negócios sem um forte apoio político” (DZARASOV, 2014, p. 3, tradução nossa⁵).

O processo de Acumulação por Desposseção, portanto, significou uma força pró-capitalista intensa na Rússia, na medida em que propiciou uma proletarização em massa da força de trabalho, em decorrência da transferência das empresas estatais para os entes privados (relações capitalistas) e da quebra da estrutura produtiva de agricultura de subsistência (relação não capitalista) (HARVEY, 2004). Desse modo, percebe-se que a supremacia neoliberal e o espalhamento da civilização de mercado (ROBINSON apud MORTON, 2007) impuseram novas hierarquias sociais e diminuíram as bases de participação das massas na Federação Russa, principalmente durante a década de 1990.

Essa “criação destrutiva” transformou a terra, os homens e o dinheiro em mercadorias (POLANYI, 2000; SILVER e ARRIGHI, 2003), a partir de um movimento neoliberal imposto pela ordem internacional (PIJL, 2005; MORTON, 2007) e adaptado especificamente pelo Estado russo. A partir disso, o movimento de expansão do neoliberalismo na Rússia, principalmente com base nos preceitos do Consenso de Washington, possibilitou a criação de relações únicas na integração desse país no capitalismo global (ROBINSON apud

⁵ [...] under the conditions of Russia’s emerging capitalism it was impossible to survive in big business without strong political support.

MORTON, 2007). Assim, processos recomendados pela supremacia norte-americana (SILVER e ARRIGHI, 2003), como as privatizações, proporcionaram a base para a ascensão de uma burguesia não histórica de maneira quase instantânea.

A Acumulação por Despossessão foi a principal base de construção do novo capitalismo russo e teve como consequência a criação de um Estado Oligárquico. Somado a isso, a formação de uma burguesia monopolista ligada essencialmente aos recursos naturais e a centralização de poderio econômico na mão dela, na Rússia, a partir da ortodoxia do livre-mercado, da competição, da privatização e da desregulamentação (Estado mínimo), aprofundaram a inequidade social a níveis extraordinários, além de dizimar as indústrias nacionais, inclusive em âmbitos essenciais – petróleo e metalúrgicas, por exemplo (MEDEIROS, 2011).

O Estado russo foi intensamente prejudicado por esse período de instabilidade. Nesse contexto, a variação do PIB russo foi negativa por cerca de 8 anos, atingindo quase -14,5%, em 1992, e -12,6%, em 1994⁶. “[...] Devido tanto ao seu desmembramento – particularmente com a autonomia da Ucrânia que detinha a melhor agricultura e importantes segmentos da indústria pesada soviética – quanto à contração econômica, a Rússia perdeu 45% do seu PIB entre 1989 e 1998” (MEDEIROS, 2011). O desenvolvimento efetivo não ocorreu em nenhum momento, na medida em que não houve aumento significativo dos investimentos nem tampouco crescimento; a economia de mercado proporcionou, na verdade, enorme corrupção, inequidade e sofrimento da população russa (ALVES, 2011).

Ucrânia

A Ucrânia adotou um nível de reformas mais gradualista do que a Rússia, sendo o país que ficou por mais tempo num sistema soviético de produção, suprimindo, portanto, a iniciativa do setor privado (ADAROV et al., 2015). No começo, as tentativas de estabilização não produziram os resultados esperados, e uma profunda crise econômica se estendeu por toda a década de 1990. Embora a velocidade tenha sido diferente, a maioria dos países seguiu a mesma sequência de reformas, inclusive a Ucrânia:

Liberalização de preços, do comércio e do mercado de câmbio puderam ser implementadas rapidamente, por intermédio de mudanças regulatórias. Similarmente, privatizações de pequenos negócios não encontraram grande oposição. Reformas nessas áreas foram quase que completas em todos os países, exceto Belarus. Mas outras áreas cruciais de reforma e a construção das instituições provaram-se muito mais difíceis, primordialmente porque eles envolvem desafios no que concerne aos interesses. Privatizações em larga escala foram quase todas completadas na primeira década na Europa Central e nos países Bálticos, mas continuam não finalizadas em outros países, especialmente nos Balcãs ocidental e na CEI. Políticas de competição, reformas na governança e reestruturação empresarial tem sido ainda mais difícil de avançar, por causa da oposição de atores domésticos que se beneficiam os arranjos que existem atualmente (ROAF et al., 2014, p. 05, tradução nossa⁷).

⁶ Essas análises foram possíveis a partir da base de dados do Banco Mundial no que concerne à Federação Russa, 2016. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/russia>. Acesso em: 01 out. 2016

⁷ Liberalization of prices, trade, and foreign exchange could be implemented quickly, through legal and regulatory changes. Similarly, privatization of small businesses did not encounter major opposition. Reforms in these areas are mostly complete in all countries except Belarus. But other crucial areas of reform and institution- building have proven much more difficult, chiefly because they involve challenges to vested interests. Large- scale privatization was largely completed in the first decade of transition in central Europe and the Baltics, but remains to be finished in many other countries, especially in the Western Balkans and the CIS. Competition policy, governance reform, and enterprise restructuring have been even more difficult to advance in the face of opposition from insiders benefiting from existing arrangements.

Nessa ex-república soviética, o primeiro programa de reformas, de 1995, previa a privatização, eliminação de cotas de exportação para a maioria dos produtos, redução do controle de preços e ajustes nos subsídios estatais. Subsequentemente, o programa seguinte focou-se na venda das empresas estatais, iniciada nesse ano, mas aprofundada no final da década de 1990 (ROAF et al., 2014).

Conquanto existam diferenças na estratégia utilizada pela Rússia e pela Ucrânia, esses países enfrentaram problemas econômicos e estruturais semelhantemente intensos durante a década de 1990. Por exemplo, a inflação ucraniana atingiu o ápice em 1993, com cerca de 10.000% ao ano (BALMACEDA, 2008). Somado a isso, a instabilidade monetária (a Ucrânia não teve moeda oficial até o ano de 1996, quando ocorreu o estabelecimento da Hryvnia), o colapso industrial e a queda profunda do PIB (queda de 62%, entre 1991 e 1998) proporcionaram um período de crise sem precedentes na Ucrânia (BALMACEDA, 2008).

Além disso, semelhantemente à Rússia, o PIB per capita ucraniano manteve-se em patamares muito baixos na década de 1990 e início da década de 2000. De maneira assustadora, o PIB per capita ucraniano tem valores semelhantes entre 1988 e 2004, ou seja, por aproximadamente de 16 anos, essa variável teve níveis menores do que aqueles existentes antes da queda da ex-URSS, para, somente a partir de 2004, superar esse valor pretérito⁸.

Com relação ao PIB ucraniano, esse índice sofreu uma queda massiva, com picos em 1993 (-14,27%) e em 1994 (-22,55%). A sequência de quedas foi interrompida apenas em 1999, quando o PIB ucraniano subiu 0,75%. A partir daí, experimentou 8 anos de crescimento em sequência, com pico em 2004 (12,95%). Por causa da crise de 2008, a Ucrânia atingiu -14,42% de decréscimo no PIB, recuperando-se posteriormente para, em 2014, novamente sofrer perdas, principalmente em decorrência do conflito no leste ucraniano (-9,57% em 2015)⁹.

Semelhantemente ao que ocorria na Rússia, o processo de privatizações e o consequente processo de Acumulação por Despossessão propiciou que os diretores das empresas estatais se tornassem os donos de *facto* dessas mesmas empresas, possibilitando a combinação de recursos econômicos com poder político baseados regionalmente. Essas privatizações aumentaram imensamente os lucros dos novos oligarcas, que transformaram esse poder econômico em poder político, por meio da compra de canais de televisão/rádio e da concessão de benesses regionais para as populações em suas áreas de influência. A base de poder dessa nova elite baseava-se na posição na estrutura econômica e nos interesses setoriais, principalmente energéticos, e não por supremacia ideológica (BALMACEDA, 2008).

Portanto, assim como na Rússia, a Acumulação por Despossessão foi o instrumento ideal para a ascensão dos antigos *Red Directors*¹⁰ ao poder econômico e político no novo contexto de revolução neoliberal

⁸ Essas análises foram possíveis a partir da base de dados do Banco Mundial no que concerne à Ucrânia. 2016. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/ukraine>. Acesso em: 01 out. 2016

⁹ *Ibid.*

¹⁰ Os *RedDirectors* são os antigos dirigentes soviéticos que, por meio do processo de privatizações, ocorrido na Ucrânia, principalmente nos anos 1990, conseguiram manter e aprofundar suas posições na estrutura econômica em diversos setores da economia ucraniana, principalmente o energético (ZON, 2007). Posteriormente, com o aprofundamento do seu poder econômico, passam a combinar recursos econômicos e poder político, estabelecendo, assim, um verdadeiro Sistema de Clãs, baseados regionalmente (BAGs) (MATUSZAK, 2012).

ucraniana. As velhas e novas oligarquias dominantes ascenderam ao poder a partir de mudanças nas relações de produção, por meio da Acumulação por Despossessão, o que institucionalizou o papel do Estado como mediador dessas forças sociais locais – principalmente durante o governo Kuchma¹¹ –, as quais, também, possuem vínculos transnacionais, principalmente com a Rússia e o Ocidente. As pressões internas e externas são extremamente complexas, já que são projetadas diretamente ou indiretamente por diversos contextos, o que, conseqüentemente, determina a complexidade da estrutura ucraniana após o fim da URSS (GNEDINA e SLAPTSOVA; MATUSZAK, 2012; PLANK, 2016; PIJL, 2016; e ZON, 2007).

Percebe-se que, semelhantemente à revolução neoliberal ocorrida na Rússia, a Ucrânia experimentou um processo de mudanças políticas, econômicas e sociais intensas, na medida em que inúmeras vicissitudes proporcionaram características singulares aos contextos interno e externo das ex- repúblicas soviéticas. Primeiramente, a independência formal estabelecia diversos desafios, como a conformação de uma burocracia e o confronto entre elites pelo poder político (MATUSZAK, 2012; PLANK 2016; e ZON, 2007) já que o fim da URSS, na qual o aparato de Moscou era predominante, deixou um relativo vácuo de poder na sociedade ucraniana, ainda que a Ucrânia tivesse um Partido Comunista dominante.

Economicamente, características como inflação crônica, colapso industrial, instabilidade monetária e queda profunda no PIB proporcionaram um período de crise sem precedentes na história ucraniana. No que concerne ao âmbito social, as privatizações ocorridas nos anos 1990 empoderaram diversos grupos econômicos oligárquicos, os chamados *Red Directors* (ZON, 2007), que, por intermédio do processo de Acumulação por Despossessão, sequestraram o Estado ucraniano, institucionalizando a corrupção do apoio político em troca de favores econômicos, principalmente durante o mandato presidencial de Kuchma (1994-2004).

A partir do conceito de Revolução Passiva, percebe-se que as mudanças do contexto internacional (a queda da URSS e a expansão do neoliberalismo) foram internalizadas nesses dois países notadamente por intermédio das elites oligárquicas que ascenderam ao poder a partir do processo de Acumulação por Despossessão. Desse modo, podemos apreender as semelhanças vivenciadas por ambos regimes pós-URSS, tanto ucraniano como russo, que muito se deve à herança soviética, como também às mudanças bruscas vivenciadas pela revolução de mercado e à ascensão de grupos oligárquicas, os quais “capturaram” o aparato estatal desses países, a fim de impulsionar seus interesses individuais.

No que concerne à superestrutura, a ortodoxia do mercado preencheria o vazio ideológico deixado pela queda do regime baseado no Marxismo-leninismo, a qual apontava que o sucesso do Ocidente e a derrota da URSS deviam-se ao próprio mercado (DZARASOV, 2014), visto que este ofereceria uma oportunidade para a Rússia e para a Ucrânia se desenvolverem e se reformarem. Com relação às novas relações sociais, a antiga

¹¹ Clãs baseados em indústrias regionais, que são distribuídas desproporcionalmente pelo país, foram estabelecidos durante o primeiro mandato de Leonid Kuchma. Grandes plantas de indústrias pesadas estão concentradas predominantemente nas duas regiões mais ao leste, a Donets Basin (os Oblasts de Donetsk e Lugansk) e as áreas ao redor de Dnipropetrovsk (principalmente os Oblasts de Dnipropetrovsk e Zaporizhia). Os centros industriais remanescentes, como em Kharkiv, foram de alguma maneira menos significantes. O presidente, em decorrência do vasto alcance de sua autoridade, agia como um árbitro entre os grupos oligarcas emergentes. Ele buscou manter o balanço entre os clãs ao colocar alguns deles uns contra os outros, assim como ao prevenir os oligarcas de se tornarem independentes das estruturas governamentais por um longo tempo (MATUSZAK, 2012, p. 12-13).

classe estatal soviética buscou manter intactos seus privilégios, principalmente durante o processo de transição de uma sociedade socialista para uma sociedade de mercado. A partir disso, a antiga burocracia soviética transformou-se em proprietária das antigas manufaturas soviéticas, o que possibilitou a manutenção e até mesmo a expansão de sua importância na nova sociedade de mercado (CLARKE, 1995), inclusive com relação ao novo quadro político russo.

Rompia-se, assim, com o bloco histórico soviético, dando lugar a um bloco histórico oligárquico não consolidado, já que existe intensa contestação à hegemonia desse grupo dominante. Como resultado, a expansão do modelo neoliberal para a Federação Russa e para a Ucrânia proporcionou as bases para um intenso processo de periferização da ex-URSS.

O capital, por intermédio do processo de ilusão e idealização dos seus benefícios (ZIZEK, 1995), proporcionou um dos mais violentos processos de acumulação e expropriação da história da humanidade (HARVEY, 2004). A partir dessa análise geral a respeito da Revolução Passiva ocorrida nos territórios russo e ucraniano, assim como suas consequências nos contextos políticos, econômicos e sociais, tornam-se claras as mudanças nas relações sociais e nos tipos de Estados na Federação Russa e na Ucrânia.

As singularidades das revoluções passivas russa e ucraniana

A dependência ucraniana x a supremacia energética russa

As indústrias gigantes soviéticas eram extremamente ineficientes energeticamente, demandando assim grande quantidade de recursos para a manutenção do funcionamento dessas companhias. Esse legado impunha inúmeros problemas à Ucrânia, uma vez que a grande maioria dos corredores de transporte energéticos era proveniente da Rússia, o que proporcionava profundas dificuldades na busca de alternativas de suprimento (BALMACEDA, 2008).

A questão da segurança energética é uma variável indispensável para entender as relações entre os países que compunham a ex-URSS e também suas relações com a Europa Oriental. Essa dependência afeta a economia, a política doméstica e as relações internacionais desses países, principalmente da Ucrânia (ADAROV et al., 2015)¹². Essa capacidade material russa, derivada do período soviético, aprofundou-se posteriormente, à medida que essa tradicional dependência foi instrumentalizada para intensificar e promover novas dependências. Nesse contexto, de acordo com ADAROV et. al (2015), as exportações com destino à Rússia - as quais normalmente originam-se da região oriental do território ucraniano (Donbass) - demonstram uma estrutura mais avançada: máquinas, equipamentos, aeronaves, embarcações e outros equipamentos de transporte. Reconhecidamente, essas exportações são frequentemente remanescentes dos laços do passado de cooperação do período soviético, as quais são profundamente não competitivas em outros mercados.

¹² Em 2013, mais de 30% do total das importações ucranianas ainda provinham da Rússia, sendo que 2/3 das importações supracitadas representavam energia (BALMACEDA, 2008).

A dependência energética tradicional refere-se, principalmente, ao contexto da infraestrutura da ex-URSS, visto que o transporte de gás e petróleo entre as repúblicas soviéticas eram centralizados na Rússia. As reservas locais dos territórios soviéticos, além disso, não eram desenvolvidas e estavam sob o controle direto da burocracia de Moscou. Somado a isso, a partir do fim da URSS, Moscou conseguiu estabelecer não apenas o monopólio das vendas de gás e petróleo para a Ucrânia, mas também um monopólio¹³ na compra desses produtos de outros fornecedores regionais, como o Turcomenistão e o Uzbequistão, principalmente por intermédio da Gazprom – isso foi intensificado no período pós-Vladimir Putin (BALMACEDA, 2008).

Em decorrência disso, a Federação Russa bloqueia qualquer tentativa de diversificação das exportações e importações de petróleo e gás por parte da Ucrânia. Por meio da utilização da dependência energética como instrumento de política externa, Moscou consegue prevenir a competição dos países da Ásia Central na venda de gás para a Europa, promove a compensação da produção russa, impede a construção de novos gasodutos e a diversificação energética ucraniana (BALMACEDA, 2008).

A dependência energética da Ucrânia com relação à Rússia é alarmante, visto que, se contabilizada a energia nuclear, juntamente com o petróleo, o gás e os equipamentos das plantas industriais, ela alcançava 70-75% do total importado em 2004 (BALMACEDA, 2008). Percebe-se que a Rússia tem grande margem de manobra sobre a Ucrânia.

Uma outra grande tentação para a Ucrânia (aprofundar laços com a Rússia) é a promessa de diminuição do preço das matérias-primas energéticas, principalmente o gás. No segundo trimestre de 2012, a Ucrânia pagou US\$ 426 por 1,000 m³ de gás, enquanto o preço do gás para o Belarus, que pertence à União Aduaneira (encabeçada pela Rússia), foi apenas US\$ 165 [...] Por causa dos preços altos do petróleo e do gás, as plantas ucranianas tem se tornado menos e menos competitivas (MATUSZAK, 2012, p. 70, tradução nossa¹⁴).

Percebe-se desse modo que, embora as revoluções passivas na Federação Russa e na Ucrânia tenham tido efeitos semelhantes (caos econômico, político e social), a herança soviética (dependência energética ucraniana) e a instrumentação dela pela burocracia de Moscou para conquistar benefícios em política externa demonstram que os problemas ucranianos são bem mais profundos do que os russos. A autonomia energética é um dos principais fundamentos para o desenvolvimento autônomo de um Estado, sobretudo num ambiente internacional dominado pela força coercitiva; assim, o desenvolvimento econômico ucraniano é prejudicado pela falta de autonomia desse Estado no tocante às políticas energéticas. Por fim, essas heranças não somente propiciaram consequências econômicas distintas entre esses dois Estados, mas também resultados políticos discrepantes ao caos neoliberal da década de 1990.

¹³ Estrutura de mercado caracterizada por haver um único comprador para o produto de vários vendedores (MANKIWI, 2005).

¹⁴ Another equally great temptation for Ukraine is the promise of lowering the price of energy raw materials, especially gas. In the second quarter of 2012, Ukraine paid US\$426 for 1,000 m³ of gas, while the gas price for Belarus, which belongs to the Customs Union, was only US\$165 [...] Due to the high prices of oil and gas. Ukrainian plants are becoming less and less competitive.

A opção cesarista¹⁵ russa x o sistema de clãs ucraniano

Remetendo ao período soviético, torna-se fundamental entender a profunda centralização burocrática da URSS em Moscou, na medida em que, de acordo com Kempton e Clark (2002, p. 205, tradução nossa) “todas as estradas levavam para Moscou, e todas as decisões burocráticas passavam por Moscou. Se uma planta industrial do Tartaristão necessitasse de combustível de uma refinaria em Bashkortostão, a decisão – e possivelmente o petróleo – teria que passar por Moscou”¹⁶.

A partir disso, percebe-se que todas as autoridades de tomadas de decisão e a responsabilidade de coordenação estavam concentradas no centro da URSS, que era a burocracia de Moscou. Portanto, nas outras ex-repúblicas da URSS, existia pouco espaço para iniciativa, ou seja, as burocracias delas foram treinadas para cumprir ordens e se coordenar diretamente com o centro. Em decorrência disso, os administradores públicos em todos os níveis desses ex-territórios foram pouco treinados para o novo ambiente independentista após o colapso soviético, o que colocou diversos desafios para essas novas burocracias (KEMPTON e CLARK, 2002).

No caso ucraniano, o sequestro do Estado pelo sistema de clãs possibilitou a supremacia dos interesses individuais desses grupos sobre aqueles do país, o que beneficiava Moscou, na medida em que a Rússia poderia usar a dependência energética ucraniana para obter resultados de política externa favoráveis (MATUSZAK, 2012). Desde a formação dos clãs Dnipropetrovsk, Donetsk e Kiev na Ucrânia, eles competiram por influência e pelo controle do governo central. Para esse fim, todos os três clãs eram formados por poderosos oligarcas, tinham seus próprios partidos políticos, facções parlamentares e seus próprios jornais e canais de televisão, mostrando-se assim bem organizados para a arena política (ZON, 2007).

Assim, essas oligarquias ascendentes implementaram um verdadeiro sistema de clãs, primordialmente em decorrência da falta de uma burocracia estatal efetiva e histórica, o que proporcionou uma luta intensa de poder entre eles (MATUSZAK, 2012; ZON, 2007). Somado a isso, esse sistema de clãs existiu na Ucrânia porque, entre outras razões, o aprofundamento do processo de Acumulação por Despossessão ocorreu somente no fim dos anos 1990, assim, os novos oligarcas inicialmente precisaram se apoiar mutuamente, a partir de relações territoriais e/ou setoriais, e dependiam de maneira mais profunda do governo central (MATUSZAK, 2012). Posteriormente, contudo, a intensificação da Acumulação por Despossessão nesse Estado proporcionou o aumento da importância dos conglomerados de maneira individual, o que estabeleceu inúmeros interesses díspares na Ucrânia (BIRD, VDOVII e TKACHENKO, 2015).

Nesse sentido, o clã Donetsk conseguiu estabelecer em Donbass uma verdadeira região oligárquica dentro de uma República Oligárquica (Ucrânia), por meio do controle sobre as autoridades públicas e do estabelecimento de um quase monopólio na região, na medida em que controlava os preços dos produtos produzidos e a alocação de recursos na região. Zon (2007) afirma que qualquer competidor que ameace a

¹⁵ De maneira análoga ao conceito de bonapartismo que Trotsky desenvolveu a partir de Marx, o conceito de “cesarismo” de Antônio Gramsci reflete a respeito do fenômeno da elevação do aparato estatal à função de árbitro das disputas entre classes sociais. As ocorrências históricas desse tipo de regime são possíveis em situações em que antagonistas estão em equilíbrio, o que pode levar à destruição mútua das classes em conflito e à desagregação da sociedade (GRAMSCI, 1984).

¹⁶ [...] all roads led to Moscow, and all bureaucratic decisions passed through Moscow. If an auto plant in Tartarstan need fuel from a refinery in Bashkortostan, the decision – and possibly even the oil – had to go through Moscow.

soberania do clã de Donetsk, seja da Ucrânia ou do exterior, é expulso por meio de métodos injustos ou até mesmo criminosos, o que demonstra a inexistência da livre-competição na região, porquanto ninguém faz negócios em Donetsk sem a permissão do clã. Somado a isso, aos bancos somente é permitido financiar indústrias desse clã.

Ainda de acordo com Zon (2007), no que se refere ao âmbito internacional, o afastamento da política externa ucraniana da UE, impulsionando a submissão com relação à Rússia alarmou a muitos - em 2003 o governo da Ucrânia assinou um tratado com a *Commonwealth of Independent States* (CIS), o que poderia indicar uma futura submissão à Rússia. Muitos aduziram que a Revolução Laranja tinha sido o fim da tentativa de implantação do modelo de Donetsk (uma extensão da civilização soviética) para toda a Ucrânia. A partir desse exemplo, percebe-se que o mais importante clã ucraniano, o clã Donetsk, não possui força suficiente para “unificar” o território ucraniano sob seu domínio burocrático. Primeiramente, seus interesses estão mais fortemente ligados àqueles russos, diferentemente das outras regiões ucranianas; segundo, esse clã não possui ascendência ideológica sobre as outras burocracias e as populações das outras regiões da Ucrânia, nem nunca exerceu uma liderança genuinamente nacional.

Semelhantemente, no que concerne à Rússia, durante a década de 1990, forças políticas conservadores começaram a dominar e a consolidar-se no poder local, evitando a entrada de políticos democráticos na administração, criando desse modo governos baseados no poder executivo. Em decorrência disso, um novo sistema político emergiu, baseado na proteção política e no não funcionamento das instituições. A nova economia servia principalmente aos interesses da especulação do Ocidente, e houve aumento da influência das máfias e transformação da Rússia em exportadora de commodities (GUSTAFSON, 2003). Ainda que o Estado russo possuísse certo grau de autonomia com relação às oligarquias, os interesses destas prevaleceram na maioria das vezes, transformando a Federação Russa num Estado oligárquico. Entretanto, a novidade russa com relação à Ucrânia refere-se à ascensão de uma figura bonapartista (Vladimir Putin), tributária da fratura e do caos social e econômico do período Yeltsin, e dos profundos conflitos entre antagonistas oligárquicos no período. O seu discurso de posse demonstrava o que ele pensava do passado e proporcionava uma ideia do que ele imaginava para o futuro da Federação Russa:

A integridade territorial da Rússia não está sujeita a negociações. (...) Tomaremos ações duras contra qualquer um que viole nossa integridade territorial. A Rússia tem sido um grande poder há séculos, e continua sendo. Sempre teve e ainda tem áreas de legítimas de interesse no exterior, em antigas terras soviéticas e além. Não devemos baixar nossa guarda, nem deixar que nossa opinião seja ignorada¹⁷.

Portanto, ainda que a necessidade de mediação dos conflitos por uma solução arbitral fosse necessária tanto no caso russo como no ucraniano, somente a Federação Russa possuía uma burocracia histórica autônoma (burocracia político-militar), a qual foi essencial para a retomada de políticas do interesse nacional (MOMMEN, VALUEV e GOLUNOV, 2007).

¹⁷ Discurso de posse de Vladimir Putin como Primeiro-Ministro da Rússia, perante o Parlamento Russo (Duma). 16 ago. 1999. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328_putin_urss_pai. Acesso em: 01 nov. 2015

Considerações Finais

Em conclusão, conquanto existam inúmeras semelhanças entre as revoluções passivas ocorridas nesses dois Estados (o caos neoliberal da década de 1990), as heranças do período soviético e a instrumentalização delas por Moscou foram determinantes para as diferenças entre esses dois processos.

A respeito do âmbito político, o legado soviético e as diferenças entre o centro e a periferia desse Estado proporcionaram problemas profundos à independência política e econômica da Ucrânia. Primeiramente, a burocracia estatal soviética concentrava-se em Moscou, ou seja, as decisões políticas, socioeconômicas e administrativas ocorriam primordialmente nesse centro da URSS; os outros Estados, desse modo, configuravam-se em periferias no que concerne ao aparato estatal (KEMPTON e CLARK, 2002). A partir da falta de estatização burocrática e de uma classe política estatal profissional, os aparatos desses Estados acabaram sendo dominados pelas elites desses países. Embora esse “sequestro” do Estado tenha ocorrido também na Federação Russa da década de 1990, alianças perpetradas por Putin com o aparato militar russo e com ex- componentes da KGB soviética proporcionaram a restauração da autonomia do Estado na Rússia frente aos interesses oligárquicos (MOMMEN, VALUEV e GOLUNOV, 2007; SCHUTTE apud ADAM, 2011). Baseado nessa burocracia, o cesarismo de Putin foi possível e pôde implementar uma verdadeira guerra contra alguns setores oligárquicos desse país.

No modelo corporativista de Putin, um grupo de companhias de bom desempenho, orientadas para exportação, seria a espinha dorsal de um Estado forte e centralizado, que monitoraria a acumulação de capital. Desse modo, Putin explicitamente quer [...] fazer com que a indústria de transformação russa seja competitiva e garanta acesso a mercados estrangeiros; e usar parte da grande renda do petróleo e do gás para financiar um moderno Estado do Bem-Estar Social. (MOMMEN, VALUEV e GOLUNOV, 2007, p. 343, tradução nossa¹⁸).

Portanto, a figura cesarista¹⁹ de Vladimir Putin emergiu a partir da catástrofe estrutural e das deficiências intrínsecas propiciadas por todos os fatores supracitados, que possibilitaram o aparecimento de uma espécie de solução arbitral no contexto da Federação Russa. Ele conseguiu despertar e organizar a vontade coletiva de um determinado bloco histórico, restaurando e reorganizando o Estado russo. Putin estabeleceu um tipo de cesarismo reacionário²⁰ na Rússia, uma vez que não proporcionou a criação original de um novo Estado, porquanto as mudanças estabelecidas por esse estadista podem ser consideradas proeminentemente reformistas, e não revolucionárias:

Em contrapartida, na Ucrânia, a falta de uma burocracia estatal autônoma não permitiu que os interesses estatais fossem primordiais nesse país, na medida em que a tomada do aparato estatal pelas

¹⁸ In Putin's corporatist model a group of well- performing export-oriented companies has to become the backbone of a strong and centralised state monitoring accumulation of capital. Therefore, Putin explicitly wants [...] to make the Russian transforming industry competitive and to give it access to foreign markets; and to use a part of Russia's huge oil and gas revenues for the funding of a modern welfare state.

¹⁹ O conceito de Losurdo (2004) visa o entendimento de novos tipos e maneiras de manifestação da solução arbitral na atualidade, assim como fez Gramsci com relação ao conceito trotskista de bonapartismo.

²⁰ A fim de compreender se determinada solução arbitral é reacionária ou progressista, a relação dialética revolução-restauração torna-se primordial, já que no cesarismo reacionário o elemento revolução predomina, enquanto no cesarismo progressista o elemento restauração é primordial (LOSURDO, 2004).

oligarquias/clãs ucranianos se tornou perene. Dessa maneira, ainda que Kuchma, por exemplo, possa ser considerado, em determinado sentido, uma opção cesarista, ela não se baseou num aparato estatal forte, mas sim no clã Dnipropetrovsk e nos seus próprios interesses, sem uma base estatal de apoio; esse presidente, portanto, não pode ser considerado efetivamente uma solução arbitral. A partir disso, uma guerra às oligarquias na Ucrânia seria impensável, já que elas ou algumas delas são a base de sustentação de qualquer governo que seja estabelecido no país.

Inicialmente, na segunda metade da década de 1990, o sistema que emergiu na Ucrânia era intrinsecamente similar ao sistema russo, no qual a autoridade do presidente Boris Yeltsin foi restrita por poderosos oligarcas [...]. Porém, quando Vladimir Putin ascendeu ao poder em 2000, esses dois modelos tornaram-se, com o passar do tempo, diferentes. Putin conseguiu fazer com que os grandes negócios se subordinassem ao governo em poucos anos. Um marco nesse processo foi a aquisição pelo Estado dos ativos da maior companhia russa, a Yukos [...]. Esse processo na Ucrânia moveu-se na direção oposta: o governo tornou-se cada vez mais fraco, e os oligarcas ganharam força (MATUSZAK, 2012, p. 16-17, tradução nossa²¹).

Desse modo, a ascensão cesarista de Vladimir Putin e o seu sucesso na institucionalização do seu poder, regionalmente e globalmente, opõe-se frontalmente ao relativo fracasso das instituições políticas e econômicas ucranianas em reformarem-se, já que as características singulares domésticas, ou seja, a menor autonomia da Ucrânia e as pressões intensas do cenário internacional impediram mudanças mais bruscas.

No que concerne ao contexto econômico, o legado soviético também impôs profundos problemas à Ucrânia, visto que a economia da URSS se concentrava primordialmente em Moscou, ou seja, a grande maioria dos corredores de transporte energéticos era proveniente da Rússia, o que proporcionava profundas dificuldades na busca de alternativas de suprimento no momento pós-independência. Além disso, a Federação Russa era (e ainda é em muitos contextos) a principal parceira comercial e fonte de investimentos dos países da ex-URSS, o que impõe a eles não somente a necessidade de negociar com a Rússia, mas também uma relação de dependência profunda.

Em conclusão, ficam claras as diferentes revoluções passivas ocorridas nesses países. Enquanto o Estado russo conseguiu se reorganizar socioeconômico, político e ideologicamente a partir de uma figura cesarista (uma grande força interna), os interesses díspares dos clãs ucranianos se perpetuaram (unidade estatal debilitada historicamente). Além disso, enquanto o Kremlin tem autonomia energética para decidir suas políticas econômicas e de desenvolvimento (posição geopolítica privilegiada), a Ucrânia é profundamente dependente energeticamente da Federação Russa (posição geopolítica debilitada), o que provoca inúmeras vicissitudes para a política interna e externa daquele país. Portanto, a revolução passiva neoliberal na Rússia contou, mesmo que tardiamente, com um aparato estatal forte e uma autonomia energética intensa para organizar seus interesses; em contrapartida, naquela ocorrida na Ucrânia, um aparato estatal débil e uma estreita autonomia perpetuaram um Estado dominado pelos interesses dos clãs.

²¹ Initially, in the second half of the 1990s, the system which emerged in Ukraine was quite similar to the Russian system, where President Boris Yeltsin's authority was restricted by powerful oligarchs [...]. However, when Vladimir Putin came to power in 2000, these two models became increasingly different. Putin managed to make big business subordinate to the government in several years. A milestone in this process was the state's takeover of the assets of Russia's largest oil company, Yukos [...] This process in Ukraine moved in the opposite direction: the government was becoming weaker and weaker, and the oligarchs were gaining strength.

Essas conclusões são variáveis indispensáveis, ainda que não sejam as únicas, para se compreender não somente a guerra civil existente atualmente no território ucraniano, mas também, num contexto mais global, o conflito hegemônico entre a Federação Russa e o Ocidente por esse território.

REFERÊNCIAS

- ADAROV, Amat; ASTROV, Vasily; HAVLIK, Peter; HUNYA, Gábor; LANDESMANN, Michael; e PODKAMINER, Leon. How to Stabilise the Economy of Ukraine. **The Vienna Institute for International Economic Studies**. Viena. Final Report. p. 1-100, 2015. Disponível em: <https://wiiw.ac.at/how-to-stabilise-the-economy-of-ukraine-p-3562.html>
- ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. Internacionalização de Empresas Russas. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia**. Cap. 6. p. 183-240. Brasília: Ipea, 2011.
- BALMACEDA, Margarita M. Energy Dependence. **Politics and Corruption in the Former Soviet Union: Russia's power, oligarchs' profits and Ukraine's missing energy policy, 1995-2006**. Oxon and New York: Routledge, 2008.
- BIRD, Michael; VDOVII, Lina; e TKACHENKO, Yana. The Donbass Paradox: Russian-backed separatists have plundered the rebel-held regions in Ukraine's industrial heartland and created an economy stricken with fear, hypocrisy and contradiction. **The Black Sea**, 2015. Disponível em: <http://www.theblacksea.eu/donbass/>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BURAWOY, M. Transition without transformation: Russia's Involuntary road to capitalism. **East European Politics and Societies**. v. 15, n. 02, p. 269-290, 2001.
- CLARKE, Simon. Management and Industry in Russia: Formal and Informal Relations in the Period of Transition. **Institute for Comparative Labour Relations Research**. p. 1-27. Moscow. 1995.
- COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond International relations Theory. **Millennium: journal of international studies**, vol. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- DZARASOV, Ruslan. **The Conundrum of Russian Capitalism: The Post-Soviet Economy in the World System**. New York: Pluto Press, 2014.
- FILHO, Petrônio Portela. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Lua Nova [online]**. v. 15, n. 2, p. 101-131, 1994.
- GNEDINA, E e SLAPTSOVA, E. Eschewing Choice: Ukraine's Strategy on Russia and the EU. **Centre for European Policy Studies**. n. 360, p. 01-21, 2012. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/139446/WD360%20Gnedina%20&%20Sleptsova%20on%20Ukraine.pdf>
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.
- GUSTAFSON, Thane. **Capitalism Russian-Style**. Cambridge: Cambridge University Press. 2003
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004
- KEMPTON, Daniel R. e CLARK, Terry D. **Unity or Separation: Center-Periphery Relations in the Former**

Soviet Union. Westport, Connecticut, London: PRAEGER, 2002.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo**: Triunfo e decadência do sufrágio universal. São Paulo: Editora Unesp. 2004

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

MATUSZAK, Slawomir. The Oligarchic Democracy: The Influence of Business Groups on Ukrainian Politics. **OSW Studies**. n. 42, p. 01-113, 2012. Disponível em: https://www.osw.waw.pl/sites/default/files/prace_42_en_0.pdf

MAU, Vladimir. The Logic and Nature of the Soviet Economic Crisis. In: GAIDAR, Yegor. **The Economics of Russian Transition** (org). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2003.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A Economia Política da Transição na Rússia. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **Uma longa transição**: vinte anos de transformações na Rússia (org). Cap. 01, p. 13-38. Brasília: Ipea, 2011

MOMMEN, André, VALUEV, Vasily, e GOLUNOV, Serghei. The Kremlin and the oligarchs: Clashing economic interests in Russia. In: JILBERTO, Alex E. Fernandez e HOGENBOOM, Barbara. **Big Business and Economic Development**: Conglomerates and Economic Groups in Developing Countries and Transition Economies under Globalisation. USA and Canada: Routledge, 2007.

MORTON. Adam David. **Unravelling Gramsci**: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy, London: Pluto Press, 2007.

PIJL, Kees Van Der. **Transnational Classes and International Relations**. London and New York: Routledge, 2005.

PIJL. Kees Van Der. Ukraine: between East and West. Report for the NO campaign in the Dutch Referendum on the EU-Ukrainian Association Agreement. **Centre for Global Political Economy**. p. 1-145. Utrecht: University of Sussex. 2016.

PLANK, Cristina. The agrofuels project in Ukraine: how oligarchs and the EU foster agrarian injustice. In: PICHLER, M. STARITZ, C. KUBLBOC, K. PLANK, C. RAZA, W. & PEYRÉ, F.R. **Fairness and justice in Natural Resources Politics**. London and New York: Routledge, 2016.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus. 2000.

ROAF, James; ATOYAN, Ruben; JOSHI, Bikas; KROGULSKI, Krzysztof; e IMF Staff Team. 25 Years of Transition: Post-Communist Europe and the IMF. **Regional Economic Issues Special Report**. Washington: International Monetary Fund, 2014.

SILVER, Beverly J. and ARRIGHI, Giovanni. Polanyi's "Double Movement": The Belle Époques of British and US Hegemony Compared. **Politics & Society**. vol. 31. n. 2, p. 325-355, 2003.

SINELNIKOV-MURYLEV, Sergei e TROFIMOV, Georgy. General Macroeconomic Problems of the Post socialist Transition in Russia. In: GAIDAR, Yegor. **The Economics of Russian Transition** (org)x. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2003.

SKOCPOL, T e SOMERS, M. The uses of comparative history in macro-social inquiry, **Comparative Studies in Society and History**, vol. 22, n.2, p. 174-197, 1980.

ZIZEK (S.), *Mapping Ideology*, London-New York: Verso, 1995

ZON, Van Hans. The rise of Conglomerates in Ukraine: The Donetsk Case. In: JILBERTO, Alex E. Fernandez e HOGENBOOM, Barbara. **Big Business and Economic Development: Conglomerates and Economic Groups in Developing Countries and Transition Economies under Globalisation.** USA and Canada: Routledge, 2007.

*Recebido em 10 de abril de 2019.
Aprovado em 4 de junho de 2019.*

RESUMO

As consequências catastróficas das revoluções passivas ocorridas na Federação Russa e na Ucrânia nos anos 1990 somente podem ser compreendidas a partir de dois acontecimentos indispensáveis: a desintegração da ex-URSS e a expansão do neoliberalismo nesses novos Estados formalmente independentes. Desse modo, o fim do bloco histórico soviético e a instauração do discurso hegemônico neoliberal nesses dois países possibilitaram mudanças drásticas em todos os contextos, como político, econômico e social. De uma maneira talvez paradoxal, embora o fim da URSS e a expansão neoliberal sejam dois fatores comuns em ambas revoluções, elas são também os dois fatores diferenciadores. Portanto, o objetivo central deste artigo será explicitar as semelhanças e as diferenças desses dois processos, os quais são profundamente tributários da herança socioeconômica e política do período soviético.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Hegemonia; Neoliberalismo; Cesarismo.

ABSTRACT

It stands to reason that the catastrophic consequences of the passive revolutions in the Russian Federation and in Ukraine, during the 1990's, must be comprehended from two indispensable historical events: the disintegration of the former USSR and the expansion of neoliberalism to these new formally independent States. As a result of this, the end of the soviet historical block and the establishment of the hegemonical neoliberal discourse in these two countries made possible deep changes in all contexts, such as political, economic and social. In a perhaps paradoxical way, even though the end of the USSR and the neoliberal expansion are two similar events to both revolutions, these factors are also the two differentiating characteristics. Therefore, the crucial objective of this article is to demonstrate the similarities and the differences of these two processes, which are deeply tributary to the socioeconomical and political heritage of the soviet period.

Key-words: International Relations; Hegemony; Neoliberalism; Cesarism.

THE CONTRIBUTION OF THE UNITED NATIONS POLICE TO THE PROTECTION OF CIVILIANS IN SOUTH SUDAN

A contribuição da polícia das Nações Unidas para a proteção de civis no Sudão do Sul

*Josias Marcos de Resende Silva*¹

Introduction

On 8 July 2011, the Security Council established the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS) to consolidate peace and security, and to help implement conditions for development. On 15 December 2013, violence broke out in the capital Juba and spread to several other locations, resulting in a countrywide armed conflict. The crisis had disastrous consequences for human rights in many parts of the country, especially in areas of greatest military confrontation. During the hostilities, UNMISS estimates that thousands of people were killed. Both parties to the conflict failed to comply with international humanitarian and human rights law directing attacks on civilians based on their ethnicity. As a result, a large number of Internally Displaced Persons (IDPs) sought refuge in UNMISS bases.

Humanitarian crises normally result in new types of settlement for Internally Displaced Persons (IDPs). For example, in the Balkans in the 1990s, humanitarian actors used pre-existing buildings such as schools and churches to provide assistance to IDPs. In Pakistan, following the 2005 earthquake, humanitarian actors set up tent villages to assist IDPs. More recently, since December 2013, the conflict in South Sudan created another kind of IDP settlement: Protection of Civilians (PoC) sites (LILLY, 2014, p. 31). PoC sites are not the same as the safe havens established in the 1990s in places such as Rwanda and Yugoslavia. PoC sites refer to situations in which IDPs seek refuge in existing United Nations (UN) bases during a conflict.

In South Sudan, currently, approximately 200,000 IDPs are distributed in seven PoC sites throughout the country. Even though this phenomenon occurred at one stage or another in most UN peacekeeping missions, the implementation of PoC sites on such a large scale at the bases of UNMISS is an innovation in

¹Mestre em Relações Internacionais e Resolução de Conflitos pela American Military University (2017) sob a orientação da professora Paula Wylie; Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro (ESAO - 2013) sob a orientação de Carlos Alberto Lins Reis e coorientação de Marcos Eduardo Oliveira de Paula; Especialista em Bases Geo-Históricas para Formulação Estratégica pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME - 2017); e Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN - 2004). Email: dojosias@gmail.com

UN history. Within PoC sites, the United Nations Police (UNPOL) are responsible for the safety and security of the IDPs, as well as to impose law and order. Nevertheless, UNPOL are limited to a maximum of 2,100 personnel, which is a relatively small number. In this context, how the United Nations Police have been contributing to the protection of civilians in South Sudan?

The purpose of this essay is to analyze the mission, structure, jurisdiction, and benefits of UNPOL in UN peace operations, particularly in UNMISS. Moreover, this paper will examine the performance of UNPOL as the law enforcement mechanism within PoC sites and how their employment has contributed to the protection of civilians in South Sudan. UNPOL's structure in UNMISS includes a wide range of police capabilities such as mentoring (advising) and training through UN police advisors, establishment of law and order through formed police units (FPUs), and engagement of local population through community police. For this reason, it is expected that UNPOL have been able to contribute to the protection of civilians by keeping the number of violent crimes among IDPs low, supporting the demobilization of former combatants, and establishing law and order within PoC sites. This is relevant because the Security Council, since its resolution 2155 (2014) of 27 May 2014, reinforced UNMISS and reprioritized its mandate towards the protection of civilians as the first priority (UNITED NATIONS, 2019).

Methodology and research strategy

This research focused on the role of the United Nations Police in South Sudan, as well as their contribution to the protection of civilians in the country, particularly within PoC sites. The research methods chosen for this study were both the quantitative and qualitative approaches.

The quantitative approach provided the numbers related to crimes committed within PoC sites since 2014, especially violent crimes such as homicide and rape. Through the qualitative approach, it was possible to understand and better explain the participation of UNPOL in UN missions over time and the existing scenario that they face in South Sudan. It also helped to understand the possibilities, limitations, and advantages of the use of UNPOL in the UNMISS context. The qualitative methods used in this study were bibliographic research and an interview with a former Brazilian UNPOL officer who was deployed in South Sudan.

The most used sources were journal articles (preferably peer-reviewed), books related to the South Sudanese conflict, United Nations websites, and United Nations documents and manuals. The publications were preferably recent since South Sudan became an independent state in 2011, UNMISS was created in the same year, and only in 2014 the United Nations Security Council reprioritized UNMISS mandate towards protection of civilians in South Sudan.

A theory that is helpful and explains well the dynamics of UNPOL within PoC sites is the community policing theory, which aims at reducing violent crimes and social disorder in a troubled environment. According to the community policing theory, these effects are achieved through the delivery of law enforcement, prevention, problem-solving, and community engagement. Community policing also represents a philosophy of full-time service, personalized policing in which a particular police officer patrols

and work in an area on a permanent basis, and a proactive partnership with citizens to identify and solve problems (YERO et al., 2012, p. 52).

The United Nations police in peacekeeping operations

Since 1992, civilian police have been a part of more than 20 peacekeeping operations around the world, with a total strength of approximately 13,000 police personnel. The complexity of current peacekeeping operations has required civilian police officers to be trained in a wide range of police skills, since their mission may vary from conducting street patrols and controlling traffic to rebuilding an entire national police service. Inside PoC sites, where the civilian police have full law enforcement powers, UNPOL face an ambitious challenge focusing on the protection of civilians under UN shelters.

In peacekeeping operations, the general goals of UNPOL are to contribute with the UN mission in creating a safer environment, protecting people and community, preventing criminal activities, and fighting criminal activities by impartial investigation based on the rule of law (HEEPEN; FREISLEBEN, 2008, p. 28). In order to fulfill the UN mission and the officer's duty, UN police officers must be provided with the following personal traits and skills: knowledge of the mission language (usually English, French, or Spanish), proper use of weapons, tension de-escalation techniques, physical and mental fitness, maturity, driving skills, and mastery of technology. Regarding culture and social relations, UN police officers are required to have cultural awareness, correct attitude, and respect for differences. UN police officers must also be able to overcome obstacles such as relocation, distance from the family, and different ethnic environment, which can generate a cultural shock (HEEPEN; FREISLEBEN, 2008, p. 33).

Focused on the development of the UNPOL formal doctrine, Rotmann (2011) analyzes the period between 2001 and 2006 and the key factors that have contributed to the success or failure of doctrine development processes. His article is based on published and unpublished sources, as well as several interviews with UN officials and external experts. In accordance with the author, the recognition of the need for doctrine for UN police operations dates to the year 2000, when Halvor Hartz of Norway was appointed Police Adviser and head of the Department of Peacekeeping Operations' (DPKO) Police Division. In the same year, the Police Division published a concise handbook entitled *United Nations Civilian Police Principles and Guidelines*. Nonetheless, the new law enforcement powers that had been given to UNPOL in East Timor and Kosovo went beyond the provisions of the Police Division handbook (ROTMANN, 2011, p. 87). For this reason, in 2003, the Police Division developed its first detailed and operational concept for the use of police forces (Formed Police Units or FPU) in peacekeeping operations (ROTMANN, 2011, p. 90).

Oswald and Bates (2010) describe the role played by police contingents in several UN peacekeeping operations since the 1960s, which gives a clear picture of UNPOL's capabilities. In 1960 in the Congo, UNPOL members assisted the Central Government of the Congo in the restoration and maintenance of law and order. They performed standard policing duties such as traffic control, investigations, street patrols, and riot control. They also conducted joint patrols with the Congolese police to help in their training and development

(OSWALD; BATES, 2010, p. 378). In 1964 in Cyprus, the first UN police unit was deployed. There, UNPOL were tasked to liaise with Cypriot police, conduct patrols on the roads, establish police posts in sensitive areas, and conduct investigations.

Nevertheless, only in 1995, the UN recognized the strategic importance of UN international police. In the same year, UNPOL were deployed in Bosnia and Herzegovina to assist national police to develop better policing and justice standards. In 1999 in Kosovo, the UN deployed FPU for the first time. FPU are specialized police such as border guards, serving as a police unit contingent. In the 2000s in Sudan, UNPOL were mandated to assist in restructuring the police service, to develop a police training and evaluation program, and to assist in the training of civilian police (OSWALD; BATES, 2010, p. 380).

Oswald and Bates (2010, p. 381) also describe the role played by UNPOL in the United Nations Mission Stabilization in Haiti (MINUSTAH) in the 2000s. The main tasks of UNPOL in the Caribbean country included assisting the Transitional Government in monitoring, restructuring, and reforming the Haitian National Police (HNP), assisting HNP with comprehensive and sustainable Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) programs, assisting the restoration and maintenance of law and order, and supporting HNP and Haitian Coast Guard with their institutional strengthening and re-establishment of the correction system.

Moreover, the International Peace Operations Association (IPOA) analyzes the role of UNPOL in the last decades. The association stresses the impressive shift of tasks, from monitoring to mentoring, and from simple training to capacity building. The IPOA (2012, p. 22) also highlights the performance of UNPOL in Liberia, where the war took some 250,000 lives and stretched over 14 years. According to the association, the use of the FPU was key to success and stabilization of the country. Complementing the military contingent efforts, the FPU helped put out those disturbing civil unrest brush fires that could have led to larger disastrous effects. In addition to that, there was a whole female unit from India, which contributed to enforce the importance of women in peacekeeping operations.

On the other hand, throughout all these missions the UN has dealt with many problems involving international police officers. Grenfell (2011) draws attention to misconduct and violations carried out by UNPOL personnel. According to the author, the wide range of missions conducted by UNPOL demand very specific personal skills, which sometimes becomes an obstacle for UN police officers. These obstacles include little knowledge of the local language, culture, and legal system. In this often unfriendly environment, it is essential that the attitude of police officers contribute to the UN to be respected and have credibility among the local population. Hence, undisciplined UNPOL personnel are extremely harmful to the mission's mandate (GRENFELL 2011, p. 95).

Furthermore, Grenfell (2011, p. 103) states that it is very difficult for the United Nations to secure sufficient numbers of police, due to their lack of specific personal skills. In 2010, almost 3,000 officers short of the number of authorized UNPOL personnel had been approved to deploy by the Security Council. In addition to that, the lack of specialized police officers can also be explained by the fact that these

professionals are already in high demand within their home countries, facing domestic restrictions to apply for a UN mission.

Also critical of UNPOL, Hood (2006) analyzes the role played by the civilian police in the United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET) and the United Nations Mission of Support in East Timor (UNMISSET). In his article, the author criticizes poor leadership, negligible planning, and unqualified police contingents deployed in the country which contributed to create a local police force lacking strategic vision, coherent identity and institutional loyalty. Hood (2006, p.149) states that UNTAET trained and deployed as many police as possible in the shortest period of time, instead of prioritizing quality. Also, unqualified UNPOL contingents did not adopt a strategic approach towards building the local police.

Hood (2006) emphasizes that among the major mistakes made by UNPOL in East Timor were excessive confidence on former employees of the Indonesian police forces and use of Western procedures for determining candidates' suitability. The author also notes that the selection system was heavily biased towards those who spoke English, which he considers very strange since less than one percent of the total East Timorese population can speak the Anglo-Saxon language (HOOD, 2006, p. 149). As a result, in 2006 violence broke out in Dili and the East Timorese National Police (PNTL), which proved to be highly politicized and inefficient, collapsed in a matter of days (HOOD, 2006, p. 158).

Following Hood's line of thought, Wither (2012) affirms that a common challenge present in almost all UN missions is the development of the host nation police capacity. The author identifies and discusses reoccurring problems in transferring responsibility to local forces and assesses national and international efforts to make better use of foreign and host nation police assets. According to the author, effective policing helps to build confidence in the stabilization process and keeps violence at a manageable level. For this reason, the number of police personnel deployed in UN operations has dramatically increased during the last decades. However, despite the increase in activity, developing host nation police capabilities has frequently been problematic. Wither (2012, p. 40) mentions the example of Afghanistan, in which a rapid expansion, inadequate training, and insufficient resources created a national police that lacked capability, legitimacy, and integrity. Also, the Afghan National Police (ANP) was plagued by problems of corruption, high desertion rates, illiteracy, and drugs abuse.

On the other hand, Wither (2012) encourages the use of FPU, especially what he calls the Stability Police Unit (SPU). SPU are paramilitary police units such as the French *Gendarmerie* or the Italian *Carabinieri*, which can deal with public order problems, tackle violent criminals, assist and strengthen local police forces. However, FPU/SPU do not represent a comprehensive solution to the objective of achieving a police primacy because capacity-building of local police is not their core task. Hence, mentoring of local police forces remains the responsibility of individual police advisors (WITHER, 2012, p. 48).

The south sudanese environment

The context of the African continent helps the understanding of the South Sudanese background and independence challenges. Zambakari (2012) examines colonialism in Africa and provides a historical analysis of the ethnic divisions that threaten to undermine the process of nation building. He also explores the capabilities of South Sudan to accommodate internally displaced persons, migrant workers, and refugees. On a continent which has experienced 80 successful coups d'état, 108 failed coup attempts, and 139 reported coup plots between 1956 and 2001, the greatest threat to Africa in the current century continues to be political violence. The author explains that the reality in South Sudan is the same as most of Africa: the institutional legacy of late colonialism created a series of events that led to the numerous failures to reform the political post-colonial systems. For example, every African state deal with the question of building a plural society and managing diversity within an inclusive framework. Failures in the accommodation of the many ethnicities result in the proliferation of ethnic violence/cleansing in those countries (ZAMBAKARI, 2012, p. 519).

Johnson (2013) examines the Sudanese post-colonial period and the referendum that conferred independence to South Sudan. The author describes the history of the independent Sudan and criticizes the outcome of the 2005 Comprehensive Peace Agreement (CPA), which instead of strengthening and unifying Sudan, divided the country in two without resolving the roots of the conflict. According to Johnson (2013, p. 142), in 1946 Britain conceded Sudan the right of self-determination. In the independent Sudan, federalism was chosen to become the political system, and Southerners would have an autonomous government. Nonetheless, in 1957 the Sudanese parliament refused the federal system. The increased tensions paved the way for the Southern insurgency and the First South Sudanese War, which lasted from 1957 until the creation of the Southern Regional Government in 1972 (JOHNSON, 2013, p. 144).

However, this new political arrangement proved to be completely subordinated to Khartoum. In 1983, backed by the Socialist Ethiopia, the Sudan People's Liberation Movement/Army (SPLM/A) was created in Southern Sudan, which fueled the Second Sudanese Civil War (1983-2005). In the 1990s, the African Union (AU) and the Intergovernmental Authority on Development (IGAD) countries (Djibouti, Kenya, Uganda, Ethiopia, Eritrea and Somalia) became involved in peace negotiations without significant success. In 2002, the United States of America decided to directly engage in Sudan, which resulted in the establishment of the CPA in 2005 and self-determination for South Sudan (JOHNSON, 2013, p. 147). Johnson (2013, p. 150) states that the CPA was supposed to correct the imbalances of the past. On the contrary, reconciliation with the North failed and the objective of CPA supporters became the independence referendum.

The independence process, which started with the CPA in 2005 and consolidated with the referendum in 2011, was painful for both South Sudan and Sudan. Copnall (2014) describes the background and analyzes many aspects concerning the first years of South Sudan as a sovereign country. According to the author, both Sudan and South Sudan are made up of many different ethnic groups, often forced together by circumstance and outside intervention. A relevant difference between both countries is that while most Sudanese perceive themselves as Arab Muslims, South Sudanese consider themselves black Africans. Nonetheless, there is no

strong collective identity between the several different peoples. For decades, South Sudanese people were united to face Sudan, which was a common enemy (COPNALL, 2014, p. 10).

In this context, the independence celebrations on 9 July 2011 marked the high point of the Sudan People's Liberation Movement's popularity in the newly created and united South Sudan. After decades of war, and an even longer time being treated as second-class citizens in Sudan, the long and bloody struggle had come to a promising end. However, in a very short time euphoria became frustration with the ruling class. Only two years after the dreamed independence, most of the population believed that their country was headed in the wrong direction. Issues such as jobs and services being allocated according to ethnic ties, food shortages, poverty, and insecurity were evidence that South Sudan was about to collapse (COPNALL, 2014, p. 73).

The two main characters in South Sudan are President Salva Kiir, an ethnic Dinka, and the First Vice-President Riek Machar, an Ethnic Nuer. Dinkas and Nuers are the two largest tribes in South Sudan. While Salva Kiir is the head of SPLM/A, Riek Machar leads the majority of Sudan's People Liberation Movement/Army in Opposition (SPLM/A-IO). These movements/armies are the two major parties within the complex South Sudanese conflict (RADON; LOGAN, 2014, p. 150). Their size and composition are in constant change depending on their bargaining power at the moment, since dozens of ethnic-centered militia groups migrate from SPLA to SPLA-IO and vice-versa, based on temporary alliances.

On 15 December 2013, a violent civil war broke out in South Sudan. President Salva Kiir accused his Vice President Riek Machar of attempting to overthrow him in a coup. It is still not clear if the coup would really take place, which did not avoid the conflict to take over Juba and spread beyond the capital city. It is also questionable the role of ethnic groups in initiating the conflict, since half of the politicians arrested by the government for planning the coup were Dinka, the same ethnic group of the President. Furthermore, the dispute over the control of the oil-rich region in the northern part of the country seems to have greatly contributed to the outbreak of hostilities. Nevertheless, regardless the low influence of ethnic groups in triggering the conflict, violence became increasingly ethnic, putting Dinkas against Nuers (RADON; LOGAN, 2014, p. 150).

Among the international actors, the IGAD countries have played a prominent role in facilitating the dialogue between the two main parties to the conflict. Ethiopia, in particular, has held important regional meetings in an attempt to stabilize the region. While the conflict continues, the humanitarian situation in South Sudan has been quickly deteriorating. Currently, more than 1.5 million people are displaced in South Sudan, forced to flee their homes. Moreover, at least five million people are in desperate need of humanitarian assistance in South Sudan. Starvation deserves special attention there since the war has prevented South Sudanese people to cultivate their crops (RADON; LOGAN, 2014, p. 163).

Lilly (2014, p. 31) also examines the outbreak of violence that started in Juba in 2013, as well as its consequences, stressing that the hope for a better future became a true nightmare. In a few days, the country as a whole was immersed in a civil war. Civilians were targeted in most areas of military confrontation, causing

a massive humanitarian crisis. In six different locations throughout the country, UNMISS opened its gates and sheltered thousands of IDPs inside PoC sites.

About two years later, in July-August 2015, Ylönen (2017, p. 330) states that an agreement was reached between Salva Kiir and Riek Machar, mainly due to intense pressure by external actors. However, SPLA and SPLA-IO continued to spread violence and disrespect basic human rights. Clashes between them resulted in gang rapes, sexual slavery, forcible recruitment of children, and attacks on villages, hospital, and churches. Despite violations of the agreement on both sides, Riek Machar, who had been in exile since the 2013 conflict, returned to Juba in 2016 as the First Vice-President.

Once in Juba, Riek Machar and two thousand soldiers occupied cantonment sites in the outskirts of the capital. A few months later, another violent conflict erupted in Juba between SPLA and SPLA-IO. Roach (2016, p. 1343) describes the consequences of the Juba conflict, affirming that nearly 300 people died during a four-day period in July 2016, including peacekeepers who lost their lives in an attempt to protect civilians and stop the warring parties. As a result, the UN Security Council approved a Resolution increasing the number of the peacekeepers in the mission. Furthermore, the IGAD mediated an agreement to send 4,000 regional troops to Juba to prevent further fighting between SPLA and SPLA-IO. Today, in accordance with Security Council Resolution 2327 (2016), the mission comprises up to 17,000 troops (UNITED NATIONS, 2019).

Luedke and Logan (2018, p. 106) examine human rights violations during the South Sudanese conflict. The authors argue that UN agencies have rightfully been spotlighting the massive amount of sexual violence in the country committed by regular and irregular armed groups. In addition to UN agencies, human rights organizations and media outlets have reported the use of sexual violence as a “weapon of war” and a “terror tactic”. In this chaotic scenario, both SPLA and SPLA-IO should be held accountable for these atrocities, as well as numerous other active armed militias.

In this complex South Sudanese environment, in which millions of civilians are victims of both warring parties and their various affiliated militia groups, the international community has an essential role to play through the United Nations. For this reason, the UNMISS has become such a robust multidimensional peacekeeping operation, focused on the protection of civilians and composed of thousands of personnel distributed in civilian, military, and police pillars.

The role of UNPOL in UNMISS

Police protection has proven to be a mechanism that decreases the number of civilian deaths in UN peacekeeping operations. Even after the establishment of the buffer zone by military forces, indiscipline and violent raids in regions outside the conflict zone normally result in atrocities. By patrolling areas behind the conflict line, peacekeepers increase the protection of vulnerable populations. According to Hultun, Kathman, and Shannon (2013, p. 880), the most important tasks performed by UNPOL behind the conflict line are patrolling population centers, gathering information, escorting humanitarian aid, and providing security to internally displaced persons.

In South Sudan, the mandate of UNPOL (individual police officers and FPU) is to provide public safety and security within PoC sites, which are very particular arrangements and differ from traditional IDP camps. The primary difference between IDP camps and PoC sites is the time frame of each one. While IDP camps are permanent settlements, PoC sites have a temporary character. Thus, Lilly (2014, p. 32) explains that in theory PoC sites should only provide refuge for civilians under the threat of physical violence and not to those who are forced from their homes due to the conflict. However, in reality, there is little difference between the IDPs settled in PoC sites and those in other kinds of settlement. Within South Sudanese PoC sites, the activities carried out by UNPOL to maintain public safety and security include control of the access to PoC sites, search operations, patrolling, community policing, and first response to any critical incidents.

Canuto was deployed in Juba as a UNPOL officer in 2016, during the second outbreak of hostilities between SPLA and SPLA-IO in the capital city. In the mission, he worked as a PoC site Team Leader, Deputy PoC Coordinator, and Community Police Team Leader. Canuto (2017) explains that the term UNPOL refers to international police officers (IPOs) and formed police units (FPU). Currently, UNMISS is composed of nearly 900 IPOs and 1,200 FPU. Within PoC sites, UNPOL general tasks are to provide security, conduct search operations, ensure maintenance of peace and order by detaining IDPs who engage in security threats against persons or property, and gather information in support of UNMISS early warning mechanism. The IPOs are responsible for supporting UN Security regarding the access control to PoC sites, patrolling, community policing, and searching narcotics, weapons, ammunition, and other military equipment. In support of IPOs, FPU provide quick reaction teams (QRT) to be deployed at short notice when there is a potentially dangerous threat. FPU are also requested when there is a need for patrols, armed support, and a safe environment for the delivery of humanitarian assistance (CANUTO, 2017).

In South Sudan, a major challenge for UNMISS is maintaining the civilian character of PoC sites, since a large number of people seeking protection are former combatants, who have just surrendered or hidden their weapons and uniforms to become eligible for protection. Normally, when the fighting breaks out it is not uncommon that these individuals rejoin their armed groups. Also, since a large number of ethnic groups share the same PoC site, internal security becomes a very serious issue (LILLY, 2014, p. 32).

As well as Lilly, Canuto (2017) admits the presence of former combatants within UNMISS PoC sites, which poses a threat to the protection of civilians. He explains that the process to disarm, demobilize, and reintegrate these former combatants is very complex and depends on the cooperation of the community leaders. UNPOL control the entry and exit points and conduct searches for firearms, ammunition, and other military equipment and uniforms. Nevertheless, community leaders (in association with humanitarian agencies and mentored by the community police) are the ones who play a key role in integrating the former combatants to the local community or removing them from PoC sites when they are not willing to participate in the process (CANUTO, 2017).

Moreover, Canuto (2017) stresses that the presence of UNPOL in PoC sites is a very positive factor since it helps reduce the number of violent crimes to a negligible value. For example, in the first six months

of 2016, there had been no murder, no tribal clash, and only one reported case of sexual abuse within all PoC sites in South Sudan. He also states that FPU are an effective mechanism to maintain law and order among IDPs. However, there is a language barrier for FPU in South Sudan, since a considerable part of them come from Nepal and most of their personnel do not speak English, which is the mission language. In addition to that, Canuto (2017) explains that FPU in South Sudan lack proactivity and are highly dependent on the guidance of IPOs.

Futhermore, Canuto (2017) asserts that the tasks performed by UNPOL (IOPs and FPU) in South Sudan significantly contribute to the protection of civilians within PoC sites. He considers that the frequent searches, foot and mounted patrols, and the mentoring of community leaders by the community police are key UNPOL contributions to maintain law and order and ensure the safety of IDPs in the country.

The official numbers of crimes within PoC sites in South Sudan corroborate Canuto's arguments. In a country devastated by conflict, the rate of violent crime is extremely reduced among the approximately 200,000 IDPs living under UN protection. For instance, the average number of homicides per year within PoC sites is 6.4 from 2014 to 2018, which represents only about 3.2 homicides per 100.000 people (UNITED NATIONS, 2018). This rate is lower than the annual homicide rate in the United States and approximately eight times lower than the Brazilian homicide rate. Concerning violent sexual crimes such as rape and attempted rape, in this same period, the average annual number is 17.2, which is also a small figure (UNITED NATIONS, 2018).

Finally, the United Nations (2018) indicates an improvement in the performance of UNPOL within South Sudanese PoC sites throughout the years. Only in Juba, house to approximately 40,000 IDPs, the total number of crimes have drastically reduced from 953 in 2016, to 623 in 2017, and to 356 in 2018. Considering all PoC sites in the country, the total number of crimes decreased from 3,257 in 2016, to 2,301 in 2017, and to 1,861 in 2018.

Final Considerations

After examining academic research, it is possible to verify that UNPOL have been able to effectively contribute to the protection of civilians in South Sudan. In a country in which sexual violence and human rights violations have been trivialized and used as a "weapon of war" in a continuous and bloody conflict, PoC sites have proved to be relatively safe places for civilians. Despite their limitations, the tasks performed by UNPOL within PoC sites have been essential for the maintenance of law and order, as well as for the reduction of violent crimes among IDPs to a very low level.

The community policing theory helped explain the strategy used by UNPOL in South Sudan. In accordance with the theory, UNPOL have established a full-time presence, personal approach, and proactive partnership with community leaders within PoC sites in order to reduce violent crimes and social disorder. Thus, the comprehension of the community policing theory is a very relevant tool in order to understand the tasks performed by UNPOL in South Sudan.

As a result, it is possible to conclude that UNPOL play a key role in the protection of civilians in South Sudan, in special the 200,000 IDPs who live in UNMISS PoC sites. The environment within PoC sites is very tense and complex, since many ethnic groups are forced to live together in the same community. In addition to that, a significant part of the IDPs are former combatants, who are not integrated to the civil society and may disturb the community or even rejoin their armed groups as soon as conflict erupts. In this context, UNPOL (IPOs and FPU) ensure a safe environment for civilians by controlling access to PoC sites, providing security, conducting search operations, detaining IDPs who engage in threats against persons or property, and gathering information. The outcome of UNPOL engagement is the very reduced number of violent crimes and the maintenance of law and order within PoC sites, which is essential for the safety of the hundreds of thousands of IDPs under the UN protection.

This study does not exhaust the knowledge on the use of UNPOL as a valuable mechanism for the protection of civilians in South Sudan. Although the paper highlights the significant contribution of UNPOL in South Sudan, the engagement of the international civilian police is basically restricted to the PoC sites. Thus, more studies concerning the restructuring, reforming, training, and mentoring of South Sudanese National Police to improve the safety conditions of the population outside PoC sites would efficiently complement this paper.

REFERENCES

- CANUTO, Diego. Interviewed by Josias Marcos de Resende Silva. Juba, 8 April 17.
- COPNALL, James. **A Poisonous Thorn in our Hearts: Sudan and South Sudan's bitter and incomplete divorce**. London: C. Hurst & Co. (Publishers) Ltd, 2014.
- GRENFELL, Katarina. Accountability in International Policing. **Journal of International Peacekeeping**. v. 15, n. 1, p. 92-117, 2011. Available at: https://brill.com/view/journals/joup/15/1-2/article-p92_6.xml. Accessed 13 July 16.
- HEEPEN, Peter; FREISLEBEN, Guenter. **United Nations Police: Restoring Order Following Hostilities**. Williamsburg: Peace Operations Training Institute, 2008.
- HOOD, Ludovic. Missed Opportunities: the United Nations, police service, and defence force development in Timor-Leste, 1999–2004. **Civil Wars**. v.8, n. 2, p. 143-162, 2006. Available at: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=7&sid=d265e473-74fd-4246-ac9f-dd33d978345e%40pdc-v-sessmgr06>. Accessed 13 July 16.
- HULTMAN, Lisa; KATHMAN, Jacob; SHANNON, Megan. United Nations Peacekeeping and Civilian Protection in Civil War. **American Journal of Political Science**. v. 57, n. 4, p. 875-891, 2013. Available at: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=4&sid=d265e473-74fd-4246-ac9f-dd33d978345e%40pdc-v-sessmgr06&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJnNpdGU9ZWwhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=90607817&db=aph>. Access on 16 July 16.
- INTERNATIONAL PEACE OPERATIONS ASSOCIATION. Police Training in an Evolving United Nations. **Journal of International Peace Operations**. v. 8, n. 3, p. 21–23, 2012.

<http://search.ebscohost.com.ezproxy2.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=aph&AN=113775474&site=ehost-live&scope=site>. Accessed 1 May 19.

- JOHNSON, Douglas H. New Sudan or South Sudan? The Multiple Meanings of Self-Determination in Sudan's Comprehensive Peace Agreement. **Civil Wars**. v. 15, n. 2, p. 141-156, 2013. Available at: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=0&sid=5d0b39b4-945f-45aa-9ae673e04271103c%40sessionmgr120&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJnNpdGU9ZWwhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=89978869&db=aph>. Accessed 5 January 17.
- LILLY, Damian. Protection of Civilian Sites: a new type of displacement settle? **Humanitarian Practice Network**. v. 62, 2014. Available at: <http://odihpn.org/magazine/protection-of-civilians-sites-a-new-type-of-displacement-settlement/>. Accessed 23 July 16.
- LUEDKE, Alicia; LOGAN, Hannah. That Thing of Human Rights: discourse, emergency assistance, and sexual violence in South Sudan's current civil war." **Disasters**. v. 42, n. 1, p. S99-118, 2018. Available at: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=0&sid=c28f1594-2c7e-457a-958c-a1e1d3974277%40sessionmgr104&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJnNpdGU9ZWwhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=126984044&db=aph>. Accessed 1 May 19.
- OSWALD; Bruce; BATES; Adrian. Privileges and Immunities of United Nations Police. **Journal of International Peacekeeping**. v. 14, n. 3/4, p. 375-402, 2010. Available at: https://www.researchgate.net/publication/240275569_Privileges_and_Immunities_of_United_Nations_Police. Accessed 13 July 2016.
- RADON, Jenik; LOGAN, Sarah. South Sudan: governance arrangements, war, and peace. **Journal of International Affairs**. v. 68, n. 1, p. 149-167, 2014. Available at: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=0&sid=1f87b5bb-895b-4d8a-9259-fc5da0a06da3%40sessionmgr102&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJnNpdGU9ZWwhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=100052751&db=aph>. Accessed 5 January 17.
- ROACH, Steven C. South Sudan: a volatile dynamic of accountability and peace. **International Affairs**. v. 92, n.6, p. 1343-59, 2016. Available at: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/resultsadvanced?vid=16&sid=d265e473-74fd-4246-ac9f-dd33d978345e%40pdc-v-sessmgr06&bquery=South+Sudan%3a+a+volatile+dynamic&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJmRiPWFwaCZ0eXBIPTEmc2VhcmNoTW9kZT1TdGFuGFyZCZzaXRlPWWob3NOLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d>. Accessed 1 May 19.
- ROTMANN, Philipp. First Steps towards a Police Doctrine for UN Peace Operations (2001-2006). **Policing & Society**. v. 21, n. 1, p. 84-95, 2011. Available at: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=0&sid=27c29c12-56c4-4ba0-89f7-bc873d3dc2b3%40sessionmgr104&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJnNpdGU9ZWwhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=59652891&db=aph>. Accessed 13 July 16.
- UNITED NATIONS. United Nations Police. **Report on Security Incidents within PoC Sites**. Juba: United Nations Mission in South Sudan, 2018.
- UNITED NATIONS. **United Nations Mission in South Sudan**. 2019. Available at: <https://unmiss.unmissions.org/background>. Accessed 1 May 2019.
- WITHER, James K. Challenges of Developing Host Nation Police Capacity. **Prism Security Studies Journal**. v. 3, n. 4, p. 39-53, 2012. Available at: https://cco.ndu.edu/Portals/96/Documents/prism/prism_3-4/prism38-53_wither.pdf. Accessed 13 July 16.

- YERO, Aliyu; OTHMAN, Jamilah; SAMAH, Bahaman Abu; D'SILVA Jeffrey Lawrence; SULAIMAN, Abdul Hadi. Re-Visiting Concept and Theories of Community Policing. **International Journal of Academic Research**. v. 4, n. 4, p. 51-55, 2012. Available at: https://www.academia.edu/1995490/Re-visiting_concept_and_theories_of_community_policing. Accessed 25 May 17.
- YLÖNEN, Aleksi. Bringing Ethnicity Back into Conflict Analysis in South Sudan. **Peace Review**. v. 29, n. 3, p. 325-32. 2017. Available at: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=0&sid=ef26c1f3-ecbb-40d7-9c63-b148168f3ca9%40pdc-v-sessmgr01&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJnNpdGU9ZWhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=124637859&db=aph>. Accessed 1 May 19.
- ZAMBAKARI, Christopher. South Sudan: institutional legacy of colonialism and the making of a new state. **Journal of North African Studies**. v. 17, n. 3, p. 515-532, 2012. Available at: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=22&sid=d265e473-74fd-4246-ac9f-dd33d978345e%40pdc-v-sessmgr06&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJnNpdGU9ZWhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=75179166&db=aph>. Accessed 5 January 17.

*Recebido em 30 de maio de 2019.
Aprovado em 10 de julho de 2019.*

RESUMO

O Sudão do Sul tornou-se um Estado independente em 2011, após uma longa guerra civil contra o Sudão. No mesmo ano, a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) foi estabelecida para consolidar a paz, a segurança e o desenvolvimento. Em 2013, uma sangrenta guerra civil, que estourou e permanece até os dias atuais, mudou o país e a natureza da missão da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual tornou-se mais robusta e passou a abrigar cerca de 200.000 pessoas em locais de proteção de civis (PoC sites). Neste violento e complexo cenário, a Polícia das Nações Unidas (UNPOL), que é um importante componente dentro da UNMISS, enfrenta um desafio substancial na proteção dos civis em todo o país. Desta forma, este artigo examina a performance da UNPOL como o mecanismo de imposição da lei dentro dos PoC sites e também como seu emprego tem contribuído para a proteção de civis no Sudão do Sul. Assim, após uma pesquisa bibliográfica, uma entrevista com um policial brasileiro veterano da UNPOL, e a análise da taxa de crimes dentro dos PoC sites, foi possível verificar que a UNPOL exerce um papel fundamental dentro da UNMISS, assegurando um ambiente seguro para os deslocados internos que se encontram sob a proteção direta da ONU.

Palavras-chave: Polícia das Nações Unidas; Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul; Sudão do Sul.

ABSTRACT

South Sudan became an independent state in 2011 after a long civil war against Sudan. In the same year, the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS) was established to consolidate peace, security, and development. In 2013, a bloody civil war that erupted and remains today has changed the country and also the character of the United Nations (UN) mission, which became more robust and had to shelter about 200,000 people in the protection of civilian (PoC) sites. In this complex and violent environment, the United Nations Police (UNPOL), an important component within UNMISS, face a substantial challenge in order to protect civilians in the country. Thus, this paper examines the performance of UNPOL as the law enforcement mechanism within PoC sites and how their employment has contributed to the protection of civilians in South Sudan. The research methods chosen for this study were both the qualitative and the quantitative approaches. Hence, after bibliographic research, an interview with a former Brazilian UNPOL officer, and the analysis of the crime rates within PoC sites, it was possible to verify that UNPOL play an essential role within UNMISS, ensuring a safe environment for Internally Displaced Persons (IDPs) who are under the direct protection of the UN.

Key-words: United Nations Police; United Nations Mission in South Sudan; South Sudan.

RESENHA

INTER-AMERICAN RELATIONS AFTER 9/11: OVERCOMING NEGLECT

Book Review

BIEGON, RUBRICK. US POWER IN LATIN AMERICA. RENEWING HEGEMONY. ROUTLEDGE STUDIES IN US FOREIGN POLICY. 2017. OXON: NEW YORK: ROUTLEDGE, 194P. ISBN 9781138185418.

*Livia Peres Milani*¹

The US Foreign Policy turn to the Middle East during the 2000s and the coming to power of left-leaning governments in Latin America was widely interpreted as a US neglect of the region and the beginning of a post-hegemonic era in the Western Hemisphere. Hakim (2006) argued that the US was losing interest to the region and Riggigorozzi and Tussie (2012) claimed the US decompression opened space to Latin American regionalism. These ideas became common sense, but they were rarely demonstrated (LONG, 2016). The recent reversion of that scenario, with the coming to power of right-wing governments and the US pressure on the Bolivarian Venezuelan government, makes clear that more research on the post 9/11 US policies to South America is needed.

That is precisely what Rubrick Biegon proposes in *US Power in Latin America*, in which he aims to contest the neglect narrative. The author argues that during the George W. Bush and Barack Obama administrations the US has sought to protect and strengthen its hegemony, reacting to the counter-hegemony

¹Livia Peres Milani is a Visiting Researcher at CLAS – Georgetown University, and a Ph.D. candidate at the Graduate Program San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). She is funded by São Paulo Research Foundation (FAPESP). Livia Peres Milani é Pesquisadora Visitante na Georgetown University e doutoranda pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Sua pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Email: livialpm@gmail.com

practiced by the left-leaning governments in Latin America, which he names the New Latin-American Left (NLL).

He claims that this political trend was not present in the whole region and the Colombia and Mexican alignment with the US was of the most importance. The NLL was not a uniform movement, and Biegón divides them into anti-neoliberals and neoliberal reformers. Although they were not anticapitalistic, these governments sought to increase the role of the state in the economy and the autonomy in relation to the US.

Biegón's theoretical assumptions are delineated on the second chapter and come largely from the Gramscian concept of hegemony, defined as an asymmetrical social relationship, combining ideological and material coercion. He seeks to advance the concept showing "how different forms of power coalesce as hegemony" (BIEGÓN, 2017, p. 48). He proposes a framework to understand the different types of power from a Gramscian perspective, dividing power into its structural, coercive, institutional and ideological forms.

Structural power relates to economic structures. Coercive power is defined as the ability to make others do one's will and correlates to the use of violence and physical force. Institutional power relates to mediation and involves the creation of rules and procedures and the creation of consensus. Ideological power is manifest through discourses and the way they shape interests and identities.

Biegón divides the book chapters by this framework and attempts to explain how the US sought to exert its influence towards Latin America in these various power dimensions. In the Third Chapter, he analyzes the US promotion of free trade in the Americas as a way to advance economic neoliberalism and lock in Latin-American governments to neoliberal policies. He enhances the understanding of US trade policy in the region by emphasizing the US role on the creation of the Pacific Arc, an economic bloc that united the neoliberal governments in the region and promoted a multilateral dimension to free trade. He also claims that the extension of the Transpacific Partnership (TPP) negotiations to Latin America was a means to contain China.

The fourth chapter investigates US military policy to the region, examining the role of the Southern Command in advancing the American influence. He mentions the US attempts to establish military bases in the region and the recreation of the 4th Fleet. It states that the US did not retreat from the region and that it endeavored to create partnerships and maintain physical access to South America. It also analyses the *coup d'état* in Honduras, indicating the US ambiguous position and its eventual support to the destitution of the elected president. He shows the underlying conflict with the Latin American governments regarding this episode.

On the fifth chapter, he analyses the institutional face of power through an investigation of the momentary diminishing US influence in the Organization of American States (OAS). He emphasizes the election of the NLL-backed candidate, José Insulza, as Secretary-General in 2005 as evidence of US losses. Biegón also addresses the construction of regional institutions that excluded the hemispheric power. However, he shows that the US government sought to reform the OAS core functions and is still able to use it to advance some of its interests. The US intention was to recover the OAS central role as the leading

organization in hemispheric cooperation. He maintains that Washington efforts to reconstruct its coercive power affected negatively its institutional power in Latin America

Finally, in the sixth chapter, he describes how the US sought to characterize the NLL governments as populists, in a movement intended to delegitimize them and advance its ideological power. That narrative was applied especially to the anti-neoliberal branch of the NLL, coalesced into the ALBA bloc. Through discourse, the US government sought to promote a binary divide between the modern liberal democracy promoted by itself and the authoritarian and obsolete economic policies advocated by that group. Biegon highlights that the US narrative was politically motivated since Alvaro Uribe's authoritarian actions were never described as populists. Therefore, the term populism was used to describe anti-American and anti-neoliberal governments.

Biegon concludes that the lack of US direct interventions in the region in the post-Cold War period does not mean that the hemisphere became post-hegemonic. In his perspective, the US reacted to the counter-hegemony movements that appeared in the first decade of the 21st century. His statements and empirical findings are relevant to understand the current moment. Nowadays, there is a reversion in the Latin American autonomy and in the promotion of sub-regional institutions. Therefore, more studies on the US Foreign Policy to the region are needed to understand the international context that led to this scenario.

In general, Biegon is effective in proving his point about the US actions to maintain its hegemony in the Western Hemisphere, even when faced by a challenging context. He is successful in attesting that the US power is not equal to its institutional aspect and that the loss of power in this realm does not necessarily apply to the other dimensions. Nevertheless, there are some operationalization problems, since his choices to exemplify the power dimensions are limited. In his analyses, the structural power is almost equal to the trade arrangements, with no examination of lending, foreign direct investment or the dollar hegemony. When it comes to coercive power, the aspect of arms transfers and the production of major weapons is reified, as well as the existence of old partnership between the militaries in the Hemisphere.

As Biegon himself points out, the book also lacks a more detailed investigation about how the US reacted to the presence of external powers in the region. Since the Monroe Doctrine, the US maintained its hegemony by containing challenges from non-hemispheric actors. Therefore, the US reactions towards the headways of China and Russia in Latin America is a critical factor in understanding the renewal of its hegemony. In spite of these issues, the book makes significant steps in the understanding of US policies to the hemisphere during the Bush and Obama administrations.

REFERÊNCIAS

BIEGON, R. **US Power in Latin America. Renewing Hegemony**. New York: Routledge, 2017.

HAKIM, P. Is Washington Losing Latin America? **Foreign Affairs**, v. 85, n. 1, p. 39–53, 2006.

LONG, T. The United States and Latin America: The Overstated Decline of a Superpower. **The Latin**

Americanist, n. 60, p. 497–524, 2016.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism. The Case of Latin America.**
London: New York: Springer, 2012.

Recebido em 11 de março de 2019.
Aprovado em 26 de março de 2019.

NORMAS DE SUBMISSÃO

Diretrizes para Autores

1. A revista CONJUNTURA AUSTRAL publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em três seções: Conjuntura; Pesquisa e Leitura (resenhas)
3. Os artigos de análise de conjuntura devem conter entre 15 mil e 25 mil caracteres (incluindo espaços); os artigos de pesquisa devem conter entre 35 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços); e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 5 mil caracteres (espaços inclusive);
4. As contribuições devem ser inéditas, e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições não devem conter dados sobre o autor. Estes (nome completo, titulação, filiação institucional – com o nome completo da instituição – e e-mail para contato) devem ser inseridos nos respectivos campos da plataforma de submissão da revista;
6. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
7. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
8. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
9. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês; Título em português e em inglês; Resumo em português e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras. Caso o idioma de submissão seja diferente do português, as contribuições também devem apresentar 3 palavras-chave, Título e Resumo na língua original de elaboração do trabalho. Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas, nos campos destinados a elas, no momento da submissão;
10. As contribuições deverão ser apresentadas em documento Word 97-2003 ou superior, em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, sem espaçamento entre parágrafos;
11. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto, não devendo conter referências bibliográficas;
12. As citações diretas devem seguir a norma ABNT 10520/2002: até três linhas no corpo do texto destacada por aspas; maior de três linhas com recuo de 4cm do lado esquerdo, espaçamento simples e fonte tamanho 10;
13. As referências bibliográficas devem estar em ordem alfabética de sobrenome, e devem constar no final do trabalho, de acordo com o seguinte formato:

SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do Capítulo/Artigo. In: SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo do livro. Cap.X, p. xx-xx. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Nome do Periódico. v.X, n.X, p. xx-xx, Ano. Disponível em: <Link para o artigo>. Acesso em dia mês ano.

SOBRENOME, Nome. Título da tese acadêmica: subtítulo. Tese de Doutorado em (curso), Universidade de Brasília, Ano, (nº de páginas) p.

SOBRENOME, Nome. Título da notícia de jornal/revista. Nome do Jornal/revista. Cidade, dia mês. ano (da publicação da notícia). Disponível em: <link para a notícia>. Acesso em dia mês. ano.

14. Em caso de dúvidas a respeito da formatação das referências bibliográficas, utilizar a NBR 6023/2002 da ABNT;
15. Só serão encaminhadas para avaliação aquelas contribuições que estiverem de acordo com as normas estabelecidas pela revista.
16. Todas as submissões devem ser feitas através do site da revista : www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando necessário.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista, no site www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.
6. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares.

SUBMISSION STANDARDS

Author Guidelines

1. CONJUNTURA AUSTRAL journal publishes scientific articles and book reviews;
2. The journal is divided into three sections: Scenario Analysis; Research, and Review (book review);
3. A scenario analysis should be between 15,000 and 25,000 characters (including spaces); research articles should be between 35,000 and 55,000 characters (including spaces); and book reviews should contain about 5,000 characters (including spaces);
4. Contributions must be original, and can be submitted in Portuguese, English, or Spanish;
5. Submitted files must not contain information about the author. Full name, title, institutional affiliation (with the full name of the institution) and e-mail must be inserted in the respective fields of the journal's submission platform;
6. It is mandatory to fill out all the information required on the submission form;
7. Publications of undergraduate students are accepted, as long as in partnership with an advisor professor, who will appear as the main author of the work;
8. Book reviews must contain the complete bibliographical data and ISBN of the analyzed work;
9. Contributions must be accompanied of: 3 keywords in Portuguese and 3 keywords in English; Title in English and in Portuguese; Abstract in English and in Portuguese, both with up to 50 words. If the original language of submission is Spanish, contributions must also contain 3 keywords, Title and Abstract in that language. Moreover, the information referred to above must be inserted in the respective fields of the submission form.
10. Contributions must be submitted in a Word 97-2003 (or higher version) document, Times New Roman, font size 12, 1.5 spacing, without spaces between paragraphs;
11. The footnotes should be strictly of a substantive and complementary nature and should not contain references;
12. Direct quotations should follow ABNT NBR 10520/2002 norm: if they contain up to three lines they must be distinguished by quotation marks; if they contain more than three lines they must be inserted in a different paragraph indented 4cm on the left, with simple spacing and size 10 font;
13. References should be in alphabetical order by surname, and must appear at the end of work, using the the following format:

SURNAME, Name. Book title: subtitle. City: Publisher, Year.

SURNAME, Name; SURNAME, Name. Title Chapter/Article. In: SURNAME, Name; SURNAME, Name. Book title: book's subtitle. Chapter X, p. xx-xx. City: Publisher, Year.

SURNAME, Name. Article Title. Periodic Name. v.X, n.X, p. xx-xx, year. Available at: <Link to article>. Access on day month year.

SURNAME, Name. Title of academic thesis: Subtitle. Doctoral Thesis in (course), University of Brasilia, year, (number of pages) p.

SURNAME, Name. Title of newspaper news / magazine. Newspaper/magazine name. City, day month year (of publication). Available at: <link to the news>. Access on day month year.

14. In case you have any questions regarding references formatting, refer to ABNT NBR 6023/2002 norm;
15. Only contributions that fully comply with the Author Guidelines will advance to the peer review process.
16. All submissions should be made through the website: www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.

Submission Preparation Checklist

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. Contributions must be original, and shall not have been submitted for publication in another journal; otherwise, it must be justified in "Comments to the Editor".
2. Submitted files must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as their size is up to 2MB) format.
3. URLs must be informed in the references when necessary.
4. The text must be single-spaced; Times New Roman typeface 12 pt. must be used for the body of the text; italic is to be used instead of underline (except in URL addresses); Figures and Tables must be embedded in the text.
5. The text must follow *patterns of style* and *bibliographical* requirements described in Authors Guidelines in the section "About the Journal", on the website: www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.
6. The identification of authorship of the work must be removed from the file and the Properties option in Word, thus ensuring the confidentiality criteria of the journal, if it is to be subjected to peer review (i.e. articles), accordingly with available instructions in "Ensuring Blind Peer Review".

INDEXADORES

Os artigos publicados na Revista Conjuntura Austral estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços internacionais (Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the following international services):

- Latindex
- Google Scholar
- Portal de Periódicos UFRGS
- Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE)
- Ulrich Web
- Boletim Mundorama
- Bibliografía Latinoamericana
- Open Academic Journal Index
- GIGA Information Centre
- WorldCat
- Scientific Indexing Services
- Academia.edu
- Portal de Periódicos CAPES
- Sumários de Revistas Brasileiras
- Directory of Open Access Journals
- Journal Tables of Contents (TOCs)